

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

MARIA ELIANE LINHARES DE HOLANDA

**INFREQUÊNCIA DISCENTE: UM ESTUDO DE CASO NA REDE ESTADUAL
DO CEARÁ**

JUIZ DE FORA
2015

MARIA ELIANE LINHARES DE HOLANDA

**INFREQUÊNCIA DISCENTE: UM ESTUDO DE CASO NA REDE ESTADUAL
DO CEARÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e
Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de
Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Prof. Dr. José Alcides Figueiredo Santos

JUIZ DE FORA

2015

MARIA ELIANE LINHARES DE HOLANDA

**INFREQUÊNCIA DISCENTE: UM ESTUDO DE CASO NA REDE ESTADUAL
DO CEARÁ**

Aprovada em: 14 de julho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Alcides Figueiredo Santos
Membro da banca - Orientador (a)

Dr. Arnaldo Lôpo Mont'Alvão Neto
Membro da banca Externa

Dra. Alexsandra Zanetti
Membro da Banca Interna

Aos meus filhos Erick, Pablo Eliack e Erialberto Júnior a quem sou grata pelos afetos, pelas alegrias convividas, pela presença, pelo sentido que dão a minha vida. Como também, a todos os educadores em especial aos professores da EEFM. Dona Clotilde Saraiva Coelho, por pertencerem à classe dos alquimistas da educação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela forte presença na minha vida e pelas bênçãos de nossa senhora de Fátima a quem sou muito devota.

À minha família, em especial ao meu pai Raimundo Quintino Leite, por ter sido a minha primeira expressão de amor, minha mãe Luzia Linhares pelas palavras de incentivo e ao meu esposo José Erialberto, companheiro nos momentos felizes e difíceis, pela paciência durante esse trajeto de estudos inesgotáveis. Agradeço, ainda, à Aline pelas dicas e experiências trocadas nos diferentes caminhos dos nossos mestrados.

Às meninas Jane Cristina, Idelzuite, Maria Aparecida (Zizi), Ana Izabel, Edna Macêdo por fazerem parte do grupo de amigas que torceram pela conclusão deste trabalho, e por serem o meu sustentáculo na escola, sempre que eu precisava, além de me apoiarem nas minhas idas a Juiz de Fora.

Aos tutores Mayanna, pelo empenho e pelas orientações dedicadas e esclarecedoras e Thiago Rattes que além das orientações contundentes, foi nessa caminhada uma força para o meu estímulo, em quem a gente percebe uma luz própria que consegue iluminar os satélites (mestrados) ao seu redor.

Ao orientador José Alcides pelo apoio e responsabilidade na condução das orientações que enriqueceram o trabalho.

Às companheiras de jornada Irvânia, Fábria, Humbêrlania, Marise e Beatriz Boechat, pela convivência e pelo companheirismo durante o curso de mestrado.

Ao governo do Estado do Ceará, pela atitude de cuidar da formação dos profissionais da educação através de seus representantes Cid Gomes (Ex-governador), Izolda Cela, (Ex-secretária de Educação e atual Vice - Governadora) Idilvan Alencar (Ex- Secretário Executivo da Educação) e Maurício Holanda (atual Secretário de Educação).

Aos colegas professores da EEFM. Dona Clotilde Saraiva Coelho pelo empenho e dedicação à educação de nossos alunos e pela contribuição com as entrevistas.

Aos alunos e pais que colaboraram com satisfação das entrevistas que compõem esta dissertação.

“A verdadeira aprendizagem chega ao coração do que significa ser humano. Através da aprendizagem, nos recriamos. Através da aprendizagem, tornamo-nos capazes de fazer algo que nunca fomos capazes de fazer.”

Peter Senge, 2009

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo geral compreender os dilemas do gestor escolar frente ao problema da infrequência discente através de um estudo de caso realizado na EEFM. Dona Clotilde Saraiva Coelho, localizada no município de Juazeiro do Norte pertencente ao Estado do Ceará. Desse modo, os objetivos específicos são analisar quais as causas e as consequências das faltas dos alunos e propor estratégias para reverter esse quadro de alunos faltosos existentes nas instituições escolares, melhorando, assim, os seus resultados educacionais. Foi proposição também averiguar a relação da gestão e dos demais atores na redução das ausências injustificadas na escola e na criação de estratégias para minimizá-las. Neste sentido, este estudo de caso consistiu-se em uma pesquisa documental realizada através de uma análise da política, e da legislação vigentes ligadas ao tema, como também, efetuou-se debates com alguns autores sobre a infrequência discente e a gestão escolar, sendo explorado o legado da escolarização como parâmetro para o progresso do educando. Realizou-se também entrevistas com os professores, alunos e responsáveis dos estudantes com a premissa de que suas visões podem ajudar a não só entender o fenômeno da ausência dos alunos, como também a propor ações para enfrentá-lo. Sob essa ótica, foram percebidos importantes aspectos que transitam nas cadeias causais da frequência discente e na consecução do ato da escolarização, como a ênfase centrada no binômio escola/família, o fato de que a Infrequência pode evoluir para uma evasão, progressão parcial e reprovação, a percepção das diferentes culturas que se entrelaçam no espaço escolar, a motivação/desmotivação dos alunos, e a importância de revigorar uma gestão democrática que leve ao envolvimento da família, dos colegiados, e do Conselho Tutelar. Dessa forma, este Plano de Ação Educacional tem a intenção de potencializar a permanência do aluno na escola, tendo a escola EEFM. Dona Clotilde S. Coelho como um laboratório em que serão realizadas ações que visem a construir uma nova cultura, um novo ethos da presença discente na escola, e assim se possa levar a ideia para outras instituições pertencentes a 19ª CREDE, regional em que a escola está inserida, estendendo e compartilhando experiências de forma sistêmica em toda a região.

Palavras-chave: Escolarização. Infrequência discente. Gestão escolar.

ABSTRACT

This study has the general objective to understand the school manager dilemmas with the problem of student infrequency through in EEFM. Dona Clotilde Saraiva Coelho, located in Juazeiro do Norte municipality belonging to the State of Ceará. Thereby the specific objectives are to analyze what the causes and consequences of students absences and come up with strategies to reverse this situation of missing students existing in schools improving educational outcomes. Then this case study consists of documentary research conducted through an analysis and study of the policy, and the current legislation related to the theme, as well, made up discussions with some authors on the subject infrequency student and school management, being explored the legacy of schooling as a parameter to the student's progress. It also conducted interviews with teachers, students and guardians of students with the premise that their views can help not only to understand the phenomenon of absence of students, but also to propose actions to face it. From this perspective, were realized important aspects transiting the causal chains of student attendance and achievement of the schooling act, as the emphasis focused on the binomial school / family, the fact that the infrequency can develop into a evasion, partial progression and reprobation, the perception of different cultures that intertwine at school, motivation / demotivation of the students, and the importance of reinvigorating democratic management that leads to the involvement of family, the collegiate, and the Guardian Council. This way, the Educacional Plan Action intends to enhance the permanence of the student in school, having the EEFM . Dona Clotilde S. Coelho school as a laboratory to be performed actions that aim building a new culture, a new ethos of student attendance in school, and thus can takes the idea to other institutions belonging to 19th CREDE, extending and sharing experiences in order systemic throughout the region.

Key-words: Schooling. Absence Student. School Management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Fatores críticos que interferem na alfabetização das crianças para a SEDUC, CEARÁ, 2007.....	33
Figura 1- Evolução e metas do IDEB da EEFM. DONA CLOTILDE S. COELHO de 2005 a 2021	44
Figura 2- Resultado do SPAECE em Língua Portuguesa - 2011/2012/2013.....	45
Figura 3- Resultado do SPAECE em Matemática – 2011/2012/2013.....	46
Figura 4- Resultado interno de aprovação referente ao Ensino Fundamental em 2013 .	48
Quadro 2- Resultado final dos alunos infrequentes do 1ª A	50
Figura 5- Resultado interno de abandono referente ao Ensino Fundamental e Ensino Médio em 2013	52
Quadro 3- Metas do PPP da escola pesquisada	55
Quadro 4- Projeto da Infrequência.....	57
Quadro 5- Projeto Diretor de Turma.....	59
Quadro 6- Perfil dos entrevistados.....	65
Quadro 7- Expectativas dos pais com a escola segundo Burgos (2009).....	83
Quadro 8- Perfis de liderança segundo Polon (2009)	91
Figura 6- Abandono/2013 das escolas pesquisadas	97
Quadro 9- Aspectos a serem melhorados e proposições para a permanência do aluno na escola.....	102
Quadro 10- Síntese das ações a serem desenvolvidas durante a execução do Plano de Ação Educacional- PAE.....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Gastos anuais, em dólar, por aluno em instituições educacionais para países selecionados em 2002	29
Tabela 2- Investimentos financeiros em educação - gasto anual por aluno	30
Tabela 3- Número de Matrícula do município Juazeiro do Norte (2014).....	41
Tabela 4- Quantidade permitida de alunos em sala no Ceará no ano de 2013.....	42
Tabela 5- Ideb das Escolas Estaduais de Juazeiro do Norte, em 2013	44
Tabela 6- Ideb das Escolas Municipais de J. do Norte em 2013	45
Tabela 7- Resultados do Spaece/2013 das Escolas da CREDE 19.....	47
Tabela 8- Comparação entre faltas e rendimentos de aprendizagens, da 1ª Série do - Ensino Médio da EEFM. Dona Clotilde Saraiva Coelho.....	49
Tabela 9- Notas do terceiro período do 1ª A /2014	50
Tabela 10- Resultado do terceiro período em três séries do Ensino Fundamental.....	51
Tabela 11- Resultado final/2014 dos alunos com 100% presença /E.F.....	51
Tabela 12- Resultado final/2014 dos alunos com 100% de presença/E.M.	51
Tabela 13- Taxa de abandono do Ensino Médio	53
Tabela 14- Rendimento geral dos alunos no ano 2013	53
Tabela 15- Questionário estudante de 9º ano Prova Brasil /2011	79
Tabela 16- Escolaridade dos pais dos alunos do 2ª B da EEFM. Dona Clotilde S. Coelho	84
Tabela 17- Matrículas iniciais de 2015 referente às escolas pesquisadas	94
Tabela 18- Resultados externos das escolas pesquisadas	97

LISTA DE ABREVIATURAS

BID	Banco Mundial
CAQI	Custo aluno Qualidade Inicial
CEB	Câmara de Educação Básica
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional da Educação
CREDES	Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DT	Diretor de Turma.
EC	Emenda Constitucional
EEFM	Escola de Ensino Fundamental e Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
NTPPS	Núcleo de Trabalho Pesquisa e Práticas Sociais.
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAE	Plano de ação Educacional
PAIC	Programa de Alfabetização na Idade Certa
PCdoB-BA	Partido Comunista do Brasil–Bahia
PLAMETAS	Plano de Metas do Diretor
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPP	Purchasing Power Parity
PRE-VEST	Pré-Vestibular
ProEMI	Programa Ensino Médio Inovador

PROUNI	Programa de Universidade Para Todos
SEDUC	Secretaria de Educação
SIGE	Sistema Integrado de Gestão Escolar
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
TPE	Todos Pela Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, à ciência e a cultura.
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USD	Dólar americano
WEI	World Educational Indicators

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 PERCORRENDO AS NORMATIVAS EDUCACIONAIS PARA UMA ANÁLISE DO DIREITO À EDUCAÇÃO E À PERMANÊNCIA DISCENTE NA ESCOLA	19
1.1 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A LDB 9394/96.....	20
1.2 CARACTERIZANDO A REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ E DE JUAZEIRO DO NORTE.....	30
1.3 PROGRAMAS E PROJETOS QUE SUBSIDIAM O ALUNO NA APRENDIZAGEM E QUE DÃO SUPORTE À PRESENÇA DO ALUNO NA ESCOLA	37
1.4 DESCRIÇÃO DA COORDENADORIA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JUAZEIRO DO NORTE.....	39
1.5 A EEFM DONA CLOTILDE SARAIVA COELHO	43
1.6 DADOS DA INSTITUIÇÃO, SUA MISSÃO, VISÃO DE FUTURO, REGIMENTO INTERNO E PPP.....	54
1.7 PRIMEIRA OBSERVAÇÃO SOBRE O CAMPO DE PESQUISA E A BUSCA DE NOVOS DADOS SOBRE O CASO.....	59
2 A ESCOLA E A SUA ARTICULAÇÃO COM OS PARADIGMAS DA ESCOLARIZAÇÃO E A PERMANÊNCIA DISCENTE.....	64
2.1 A ESCOLA E A SUA INCIDÊNCIA NA SOCIEDADE.....	66
2.2 OS FATORES EXTRAESCOLARES E A SUA INTERFERÊNCIA NA PERMANÊNCIA COM SUCESSO DO ALUNO NA ESCOLA.....	73
2.3 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLARIZAÇÃO DOS SEUS FILHOS.....	78
2.4 A ESCOLA E O TRABALHO/ESTÁGIO NO COTIDIANO DOS JOVENS ESTUDANTES.....	86
2.5 PRECEITOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUAS IMPLICAÇÕES COM A LIDERANÇA DA ESCOLA COM VISTAS AO SUCESSO DO EDUCANDO.....	90
2.6 O RETRATO DE OUTRAS EXPERIÊNCIAS REGIONAIS ACERCA DA PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA.....	94

3	PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – PAE -IMPLEMENTAÇÃO DE UMA CULTURA QUE REVIGORE A PERMANÊNCIA DO DISCENTE NA ESCOLA.....	99
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
	REFERÊNCIAS.....	114
	APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	121
	APENDICE B – ROTEIRO DAS ATIVIDADES BIMESTRAIS NA CONDUÇÃO DO PROJETO DE VIDA DOS ALUNOS.....	124

INTRODUÇÃO

Sou professora formada em pedagogia atuando há dezesseis anos na Rede Estadual do Ceará. Pós-graduada em Administração Escolar e Gestão, sempre me dediquei ao trabalho como educadora, primeiramente como uma profissão que me dá grande satisfação e depois como uma missão. Missão essa que me faz sempre refletir sobre os percalços que permeiam o dia a dia em uma escola, como as dificuldades na aprendizagem, as faltas injustificadas, a violência, dentre outros.

Percorri as salas de aula até assumir a coordenação pedagógica, em 1999, permanecendo no cargo até 2009, tomando posse como diretora administrativa da EEFM. Dona Clotilde Saraiva Coelho neste citado ano até os dias atuais. Nesse percurso, ganhei em aprendizagem e maturidade protagonizando uma história de dedicação e amor na educação da comunidade atendida por esta escola.

Assim, acredito na educação como forma de transformação e focalizo sempre na ideia de que temos um poder educacional bem maior do que imaginamos e que utilizamos. Diante disso, revela-se a inquietante preocupação com os aspectos que determinam os êxitos escolares, sabendo que são diversas as variantes que conduzem ao sucesso ou ao fracasso dos educandos. Então, prioriza-se, neste trabalho, a saga do gestor na luta contra a infrequência escolar como meio de se aproximar das resoluções dos problemas que dificultam a aprendizagem desses jovens.

Nessa perspectiva, a pesquisa que se segue, no formato de um Plano de Ação Educacional, tem como intuito investigar os dilemas da gestão escolar perante as ausências dos discentes e visa a contribuir, por meio de um plano de intervenção, para o aprimoramento dos mecanismos de combate a esse problema. Para isso, a citada investigação se apoiou na metodologia do estudo de caso, tendo como foco a Escola de Ensino Fundamental e Médio Dona Clotilde Saraiva Coelho, localizada em Juazeiro do Norte – Ceará. Tais inquietações nasceram após se ter observado que os alunos desta referida escola faltavam continuamente.

Nesse contexto, se observou que nessa instituição diariamente faltam, em média, 17% dos alunos, no turno matutino que apresenta uma matrícula de 392 estudantes, ocorrendo também grande número de faltas nos outros turnos. De todas as séries, as que mais têm ocorridos incidências de infrequência são as de Ensino Médio, ficando em primeiro lugar nesse *ranking* negativo os 1ºanos. A série que menos apresenta déficit de frequência é o 8º ano, é também a série que apresenta um melhor resultado de

aprendizagem no bimestre analisado cujos dados constam nesta dissertação. Ressalta-se que esse cenário é referente ao turno diurno, visto que, o noturno apresenta uma realidade bem diferenciada.

Além disso, constatou-se também que alunos faltosos, isto é, que apresentam mais de quatro faltas por mês, é geralmente os que apresentam dificuldades na aprendizagem, podendo existir alunos presentes com problemas, mas, vale destacar que não foram encontrados alunos ausentes com progresso nos resultados.

Embora, esses eventos apontados não sejam os únicos males da educação, entende-se que a infrequência faz parte dos aspectos periféricos que dificultam os bons resultados na aprendizagem dos alunos, acredita-se que esse viés é um dos transgressores do sucesso escolar.

Sob essa ótica, trago à tona o problema da infrequência diária nas escolas, aliada à defasagem na aprendizagem, partindo desses citados dados da EEFM. Dona Clotilde Saraiva Coelho, que corroboram com a ideia de que a presença do educando mesclada a outros fatores que elevam o estímulo e a aprendizagem se faz necessária para que haja uma Interação entre os pares aluno-aluno e aluno-professor, reverberando uma troca de conhecimentos que atue na construção da autonomia intelectual do discente. A escola ainda é um bom local para que isso aconteça.

Dessa forma, estabeleci as seguintes questões como sendo direcionadoras deste trabalho: Quais os motivos causadores de infrequência dos alunos nesta escola? Quais São os papéis específicos dos fatores extraescolares e intraescolares neste processo? Como os atores educacionais e a família têm trabalhado as adversidades e a responsabilidade da permanência do aluno nesta escola? E por fim, como aprimorar os mecanismos de monitoramento da infrequência discente para que se concretize uma aprendizagem de qualidade?

Nesse pressuposto, este trabalho terá como objetivo geral analisar quais as causas e as consequências das faltas discente e propor estratégias para reverter este quadro de alunos faltosos existentes na escola melhorando, assim, os seus resultados educacionais. Ademais, encontra-se também o objetivo específico que é o de investigar o que já vem sendo feito para mudar o quadro que caracteriza a infrequência dos alunos, relacionando este às políticas já existentes, como também, a relação da gestão e dos demais atores com esse dilema, culminando na redução das ausências injustificadas na escola e na criação de estratégias para minimizá-la.

Certamente, para se conseguir concretizar esses intentos com presteza será necessário muito empenho do gestor o qual deverá se revestir intensamente da função pedagógica sendo timoneiro do sucesso dos resultados internos e externos.

Além disso, ter sucesso na função de gestor é começar a realizar um trabalho que minimize as possibilidades de existência de alunos faltosos no dia a dia da escola, entendendo que essa ausência é um dos percalços do desenvolvimento intelectual desses alunos e pode causar efeitos negativos diversos na construção da sua cidadania. Logo, os gestores protagonistas serão os diretores que deverão atuar diretamente no problema da infrequência das escolas em que trabalham, buscando compreendê-la e propor possíveis soluções.

Diante desse propósito, acredito que se deve instigar no meio escolar essa ideia de que é de extrema importância a presença diária dos jovens na escola de uma forma que possa ser um consenso entre todos os atores envolvidos para a oferta do ensino público de qualidade, criando assim uma rede que interliga os pais, os alunos, os professores e os gestores em busca de um caminho promissor para os alunos. Contudo, essa premissa, está aliada ao entendimento de que na educação existem grandes problemas que são compostos por várias causas que devem ser atacadas uma de cada vez, a infrequência é uma delas que naturalmente não está desconectada das outras como conflitos diários, evasão, baixo rendimento, violência, absenteísmo dos docentes, e outros.

A luta pela presença do aluno na escola aliada à melhoria da aprendizagem é uma das formas de garantir o direito à educação. Então, para efetivar esse axioma da função da escola é que se desenvolve na EEFM. Dona Clotilde Saraiva Coelho ações realizadas pelos gestores para minimizar a infrequência e seus males na construção do conhecimento.

Nesse pressuposto, as estratégias ocorrem concretamente em situações do dia a dia, nas quais o diretor faz o monitoramento da presença por meio da chamada de classe e quando observado a constância de faltas, o aluno é convocado a explicar seus motivos e quando é reincidente, o seu responsável é contactado para esclarecimentos sobre o fato. Os pais são comunicados também por telefone ou visitados em sua residência quando necessário. Outro aspecto a ser ressaltado é a parceria com os professores que somam forças nesse processo de resgate do aluno à escola. Todavia, a pesquisa levou em conta, ainda, o importante papel dos gestores e sua responsabilização com a

instituição, o papel dos professores na mediação da aprendizagem e a comparação dos resultados interescolar entre o estudante presente e o ausente.

Nesse contexto investigativo de causas e ações para minimizar o descaso ainda existente, dos governantes, dos gestores, pais e professores com a ausência dos alunos nas aulas é que este trabalho será desenvolvido, levando-se em conta que não se pode deixar de falar da qualidade de ensino e suas políticas públicas para melhorá-la, quando se está descrevendo os fatores que levam os jovens a não justificarem suas ausências na escola ou seu completo abandono das aulas.

Nesse pressuposto, os atores envolvidos neste Plano de Ação Educacional (PAE) serão todos aqueles que fazem parte da comunidade escolar: professores, pais, funcionários e os próprios alunos.

Destaca-se, portanto, que, atendida a universalização da educação a partir da Emenda Constitucional Nº 59, resta-nos verificar se a matrícula efetivada está concomitantemente ligada à real permanência dos alunos na escola. Visto que, o decurso do aluno com sucesso na instituição escolar, exige que este possua uma frequência autêntica, pois se compreende que sua ausência se traduz em dificuldades na concepção da aprendizagem, assim, quanto mais presente, mais aprende e mais cresce em resultados internos e externos.

Neste sentido, este Plano de Ação Educacional vem estruturado em três capítulos, sendo que o primeiro trata de uma descrição do caso através da análise documental valendo-se das leis nacionais, estaduais, municipais, e os documentos internos da escola pesquisada. Também, foi realizada uma breve pesquisa de campo no intuito de elaborar um piloto para investigações mais profundas. Esta pesquisa consistiu em pequenas entrevistas realizadas com alunos e professores para a obtenção de dados preliminares que acreditamos ser úteis para novas investidas, enfim, ainda no capítulo 1 buscou-se compreender o contexto onde se passa a pesquisa e os principais entraves e perspectivas que levam à ausência do aluno na escola.

No segundo capítulo, buscou-se expor alguns dos debates acadêmicos sobre o tema desta pesquisa, sendo explorado o legado da escolarização como parâmetro para o progresso do educando, como também, foi enfatizada a permanência como um aporte para assegurar o direito à educação de qualidade para os jovens. E ainda, para um melhor aprofundamento foi dada ênfase à literatura acerca do tema infrequência e o processo educacional de modo geral.

Além disso, foram apresentados dados mais aprofundados sobre a realidade da escola, procurando apontar possíveis respostas para os dilemas encontrados neste estudo de caso com o objetivo de subsidiar o próximo capítulo.

No terceiro capítulo foi apresentado um plano de intervenção que, baseado nos dados obtidos ao longo da pesquisa, buscou apontar as possibilidades de aperfeiçoamento das ações da escola no combate à infrequência, bem como auxiliar outros gestores escolares que se encontrem em realidades semelhantes.

Por fim, espera-se que este trabalho tenha como resultado uma retomada na concepção do tempo escolar do aluno, englobando todos os formadores de opinião acerca da necessidade de cativar esse aluno a estar presente na sala de aula.

1 PERCORRENDO AS NORMATIVAS EDUCACIONAIS PARA UMA ANÁLISE DO DIREITO À EDUCAÇÃO E À PERMANÊNCIA DISCENTE NA ESCOLA

A educação brasileira tem, em seu histórico, transformações relevantes desde os tempos do império, perpassando por várias Constituições até chegar à atual de 1988 e suas emendas. Sob essa ótica, compreende-se que a leis que regem a oferta do ensino estão em constantes mudanças, mas sempre trazem no seu esteio a importância do direito à educação, direito esse que é universal e indispensável para que os jovens brasileiros possam exercer o direito à cidadania.

Dessa forma, todas as leis, desde os Manifesto dos Pioneiros da Educação (1932) e dos Educadores (1959), até as Leis Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394 anunciam o estudante como sendo o elemento central da função social da educação. Esse desafio, que tem como elemento primordial as mudanças educacionais citadas foi importante nas decisões que se referem à coeducação, à laicidade, à universalização, e que, em resumo, tem como mérito cuidar para que os estudantes sejam assistidos e escolarizados, preocupações essas que se iniciam na Educação Infantil, perpassando pelo Ensino Fundamental e culminando no Ensino Médio. Para tanto, é necessário uma coparticipação entre família e o poder público, para que a formação ensejada seja plena, de uma forma que não vise apenas à aprendizagem de conteúdos tradicionalmente ensinados na escola, mas a capacidade de usar conceitos e procedimentos científicos para explicar fenômenos e resolver problemas cotidianos.

Nesse sentido, este capítulo vem com sete seções que irão descrever as normas que prescrevem as leis para o cumprimento do direito à educação brasileira, começando pela lei maior, a Constituição Federal de 1988, até chegar ao Regimento Escolar, Projeto Político Pedagógico (PPP), Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), documentos esses que regem a escola no seu local, onde realmente se processa a práxis desse direito.

A primeira seção descreve o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, como também a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9394-96 no Artigo 3º e inciso I, que nos faz rememorar através de seus princípios, o direito ao acesso dos estudantes a um ensino de qualidade. Além disso, são exploradas também as contribuições do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), bem como do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento das 21

Educações Básicas (FUNDEB); as ações do Plano Nacional da Educação- PNE e o que regimenta o parecer CNE/CEB nº 8/2010 para se chegar ao Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI).

Na segunda seção, estão as leis Estaduais Lei nº 12.452, de 06.06.95 e Lei nº 3.851, de 21.12.06 e a Municipal Lei Complementar nº 06, e os artigos que, entre outros deveres, corroboram com a ideia de obrigação da presença do aluno na escola, como também impõem a responsabilização pelas faltas a todos da comunidade escolar.

Na terceira seção, são abordados alguns projetos e programas que subsidiam a presença dos alunos na escola, tais como, em âmbito federal, a Bolsa Família, o Mais Educação, o Jovem de Futuro e, em âmbito Estadual, o Prêmio Escola Nota Dez, a lei Aprender para Valer.

A quarta seção apresenta a coordenadoria regional na qual se encontra a escola pesquisada. A quinta seção apresenta, de forma sucinta, a instituição onde se dá a pesquisa, sendo complementada pela sexta seção que nos faz perceber de forma Holística o que diz sua visão, missão, resultados internos e externos. Nas últimas seções são descritas algumas entrevistas que foram pontuadas com o intuito de ouvir os professores e alunos desvendando as diferentes percepções sobre a infrequência e revelando novas rotas para futuras entrevistas que foram realizadas e serviram de subsídios para a construção do capítulo 2.

1.1 A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A LDB 9394/96

A Constituição Federal de 1988 traz no Título VIII da Ordem Social, o capítulo III e a seção I de forma estrita, normas para a educação brasileira. Assim, trata de princípios da educação, da obrigatoriedade do ensino, da colaboração entre os sistemas de ensino, sobre a gestão democrática, enfim, de toda uma engrenagem de orientações para que a educação tenha como prioridade a formação do jovem brasileiro.

Nesse contexto, encontra-se o artigo 205 que diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988a).

Conforme o artigo supracitado, tanto o estado como a família devem caminhar juntos para potencializar o cumprimento do direito à educação, direito esse estendido a todos. Por fim, a visão exposta neste artigo, prega não somente a aquisição da instrução

intelectual, mas busca, ainda, transmitir a noção de uma educação que possa imprimir valores ao cidadão, que o qualifique para o exercício da cidadania e para o emprego.

Com essa motivação e financiada por organismos internacionais, em 1990, foi realizada em Jomtien, a Conferência Mundial de Educação para Todos. Dentre estes organismos destacam-se: Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial (BID). Os governos que dela participaram, assinaram a Declaração Mundial de Educação para Todos comprometendo, entre outros pontos, assegurar uma educação de qualidade para crianças, jovens e adultos, em seus respectivos sistemas. Vale ressaltar que o Brasil estava presente e participou das decisões sobre a Declaração Mundial da Educação para Todos.

Segundo Brooke (2012), tal declaração “estabelece a educação, como um direito humano fundamental, e define como obrigação de todos os países participantes, de satisfazer às necessidades básicas de aprendizagem de toda a sua população” (p.326). Nesse sentido, foram tomadas medidas importantes, como a universalização do Ensino Fundamental com metas previstas até o fim da década de 1990, valorização das questões de equidade, como também, a ênfase nos resultados da aprendizagem. Por fim, ficou acordado entre as nações participantes que a educação deveria ser um instrumento de desenvolvimento econômico e social.

Nesse pressuposto, surgem as Leis de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996, expandindo o texto da Constituição Federal de 1988 (CF/88), e em consonância com os seus artigos e princípios, que retoma por meio do artigo 2º o que diz no já citado art. 205 da CF/88 no que se refere à educação como dever do Estado e da família.

Dessa forma, destaca-se também o princípio da LDB que no art. 3º expõe que seja assegurada a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Esse princípio merece dois destaques: primeiro no que refere à igualdade de condições para o acesso do aluno à escola, que muitos pais interpretam que ao realizar a matrícula do filho o seu dever com a educação já está consolidado. Segundo, quando essa obrigação se estende à permanência do aluno na escola, neste sentido, prevalece uma dificuldade maior da família por não compreender que o seu dever não se resume só no ato da matrícula, mas de procurar junto à escola caminhos para a concretização dessa responsabilidade social.

Nessa perspectiva, com base nesse princípio, faz-se um aporte entre este e os insumos relacionados à infrequência, visto que, existem várias dimensões que permeiam a igualdade de condições, para o acesso e por fim para a permanência do educando na escola.

Nesse contexto, Peregrino (2010) teoriza sobre a fragilidade da escola que acaba se revestindo de várias faces para receber diferentes alunos com diferentes situações, é como se para uns alunos a mesma escola fosse mais "escola" que para outros. Em suma, se todos acessam a escola, uma parte faz mais com o objetivo de habitá-la do que para escolarizar-se. Além do mais, a igualdade quando não bem compreendida pode ser produtora de desigualdades, na medida em que desconsidera as diferenças inerentes à posição de cada aluno e sua família. Por isso, a escola, em busca de igualdade de condições, deve estabelecer critérios de equidade como forma de reverter às desigualdades passando a existir o respeito aos modos desiguais de se estar na instituição.

Ressalta-se, porém, que a permanência é a parte do princípio que mais se conecta com as questões proferidas até aqui, devido a sua intrínseca ligação com a presença na escola com seus riscos e possibilidades, como também no confronto com a educabilidade preterida na escola. Nessa perspectiva, a frequência é um elemento importante para os que buscam uma escolarização que não seja unicamente fadada à conquista de um certificado, mas que seja realmente recheada de conhecimentos que tornem esses sujeitos proativos na sociedade. A essa permanência está atrelada às questões internas como boas dinâmicas em sala de aula que cativem o educando, como também, os fatores externos como necessidade de trabalhar, violência, drogas que de certa forma refutam o jovem da escola.

Considerando tudo o que foi mencionado, conclui-se que, a escola e seus atores têm um papel relevante na busca pela qualidade na educação; escola essa que seja reflexiva, que leve seus professores a avaliarem sua prática, que possa propiciar aos alunos experiências culturais ricas e variadas. Por fim, uma escola que seja apartada do sentido anacrônico e busque junto com a família realizar uma aprendizagem plena, que signifique mais que aprender conteúdos e seja a junção de valores que transformem sua vida, e assim, o princípio relatado anteriormente possa ocorrer com todas as suas palavras principais, que são elas: igualdade, acesso, permanência.

Ademais, em proteção ao direito à educação e na exigência do cumprimento do dever com a ela, se estabelece tanto na CF/88 como na LDB 9394/96 o direito público

subjetivo, que é o ato pelo qual se pode responsabilizar o Estado quando se constatar a ausência dele na prática da oferta da educação.

Sob essa ótica, o Ensino Fundamental II foi quem primeiro foi acobertado pelo direito público subjetivo, porém, novas resoluções modificaram o texto da LDB 9394/96 alargando esse direito pra a Educação Básica ficando: Art. 5º. O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). § 1º. O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; II - fazer-lhes a chamada pública; III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL, 2013).

Neste supracitado artigo, se observa as ações que são atribuídas ao poder público na consecução do acesso e da permanência do aluno na escola, reacendendo a educação como direito público subjetivo. Esse fato nos faz refletir sobre a obrigatoriedade de se ter acesso à escola como também de se procurar meios para a permanência nela, visto que, existe aí uma relação com a infrequência. Sob essa ótica, o artigo II nos permite um olhar prospectivo diante da possibilidade de trabalhar em parceria com os pais na conquista de uma frequência linear na escola, evitando a infrequência e as suas consequências.

Acrescenta-se à ideia de rememorar o histórico da obrigatoriedade, o artigo 208 da CF/88 que expõe sobre essa questão na educação:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a Garantia de: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino Médio (BRASIL, 1988b).

O exemplo supracitado evidencia qual é a parte obrigatória e gratuita da educação básica, no caso, o Ensino Fundamental, sendo que o Ensino Médio será de progressiva extensão, visto que, em 1996, surge a Emenda Constitucional nº. 14, que substitui o artigo anterior, o artigo expõe:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (BRASIL, 1996).

Percebe-se a diferença entre o artigo e a emenda no que se refere à etapa do Ensino Médio que passa de progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade para a progressiva universalização desta etapa do ensino, e ainda, no sentido de alterar esse artigo surge a Emenda Constitucional nº. 59, de 11 de novembro de 2009 que estabelece:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; [...] VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (BRASIL, 2009a).

Estabeleceu ainda a citada Emenda Constitucional nº. 59 que:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. [...] § 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório (BRASIL, 2009b).

Vale ressaltar que, anterior a essa EC nº. 59, já haviam sido estabelecidos pela Lei nº 11.274/2006 a ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos de duração com matrícula aos seis anos de idade. Por fim, esses documentos, serviram para a implementação do acesso ao ensino público e gratuito no nosso país. O grande desafio para o cumprimento dessas determinações estava no financiamento. Por isso, foi criado o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEF. O Fundo surgiu para auxiliar nas mudanças da estrutura de financiamento do Ensino Fundamental, subvinculado a esse nível de ensino, uma parcela dos recursos descritos no artigo:

Art. 212-A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os.

Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988c).

Nesse contexto, o FUNDEF foi implementado com o intuito de ser uma política de caráter equalizador e que visa amenizar as desigualdades existentes entre municípios mais poderosos economicamente e outros mais pobres. O referido fundo foi criado pela emenda constitucional n.º 14 e regulamentado pela Lei n.º 9. 424/96 e pelo Decreto n.º 2.264/97.

Essa política proporcionou a universalização e a igualdade de oportunidades educacionais, como também impulsionou a descentralização. De acordo com Nigel Brooke (2012), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) pode ser considerado como uma política bem sucedida de equidade horizontal fundamentada no direito de todos terem acesso a uma educação de igual qualidade.

Sob essa ótica, O FUNDEF foi instituído em 1996 e implantado entre 1998 a 2006, surgindo, depois deste período, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), que é um Fundo de natureza contábil, instituído pela Emenda Constitucional n.º 53, de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro do mesmo ano, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos nºs 6.253 e 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007, respectivamente que tem vigência de 2007 a 2020. (BRASIL, 2009). A diferença entre os dois fundos se deve ao fato de que o FUNDEF só atendia ao Ensino Fundamental de 8 anos, deixando de fora a Educação Infantil e o Ensino Médio. Com o FUNDEB passou a ser atendida toda a educação básica. Para enfatizar a universalização do acesso e a obrigatoriedade da educação básica, o FUNDEB proporcionou a criação da Emenda Constitucional n.º 59, anteriormente citada, sobre esta Emenda, Gentil (2009) destaca que:

A EC nº 59 modificou a redação do inciso I do Art. 208, para deixar bem claro que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de ensino básico obrigatório e gratuito dos 4 aos 17 anos de idade; a redação anterior mencionava “ensino fundamental obrigatório e gratuito”, o que levava a interpretações que afastavam do Estado o dever do oferecimento do ensino médio gratuito, não obstante a imposição de “progressiva universalização do ensino médio gratuito” que sempre constou do inciso II; agora não pode haver mais controvérsias: educação básica é abrangente da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; a meta é a sua efetiva implementação, progressivamente, até o ano de 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União (Art. 6º da EC nº 59); nesse sentido, a EC nº 59 vai na linha da EC nº 53/2006, que transformara o FUNDEF em FUNDEB, fixando prioridades para a manutenção e o desenvolvimento da educação básica; - (GENTIL 2009, p. 2, Grifos do autor).

Entende-se que o direito público subjetivo impõe, após o decreto nº 59/2009, a obrigatoriedade de todos os brasileiros que estiverem com idade entre 4 a 17 anos, a estarem matriculados na escola, sob pena de qualquer cidadão poder acionar a lei e punir os responsáveis pela falta desse atendimento. No que se refere à responsabilização

pela permanência dos alunos na escola, como vimos, a LDB 9394/96 ressalta que, compete aos Estados e Municípios, com assistência da União de, entre outras coisas, zelar junto aos pais ou responsáveis pela frequência à escola, sendo considerado crime de responsabilidade quando comprovada a negligência da autoridade.

Sendo assim, o FUNDEB é um importante aliado na consecução do cumprimento do dever com a educação, visto que, ele possibilita a qualificação do profissional docente, como também a sua melhoria salarial, e ainda é responsável por ações de manutenção e desenvolvimento do ensino. Sendo melhorada a estrutura educacional ofertada aos alunos, naturalmente vai atingir a questão da presença na escola, já que as escolas poderão contar com mais recursos em seu benefício levando-os a permanecerem com mais prazer na escola.

Nesse pressuposto, outra política pública igualmente importante e que também ao longo dos anos vem se estendendo para toda a Educação Básica é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), devido à sua distribuição contribuir com a permanência dos alunos na escola diariamente, visto que através dessa política os alunos são assistidos com uma alimentação que dá a eles suporte para suprirem sua necessidade em relação à alimentação. Dessa forma, a merenda escolar é também um parceiro incontestável na frequência diária do aluno.

Em 2001, outro documento significativo tomou força, com diretrizes e metas, quando aprovado, o Plano Nacional de Educação (PNE) que teria sua vigência de 2001 a 2010, fazia alusão direta à permanência do aluno na escola, ressalta-se a sua quarta meta: reduzir em 50% a repetência e o abandono.

Essa preocupação com dois dos dilemas educacionais, que são a repetência e o abandono, é, até os dias de hoje, os desafios latentes nas escolas, com maiores incidências no Ensino Médio. Assim, se fazem necessárias estratégias de acompanhamento mais sistemático com a presença dos alunos, tanto para frear as repetências como as desistências discentes.

Já o Plano Nacional de Educação- PNE mais recente contempla o período de 2011 a 2020, aprovado em 2014, pelo Congresso Nacional, ele traz no seu escopo dez diretrizes e vinte metas. Fazendo um recorte sobre o tema da infrequência e a necessidade de um acompanhamento sistemático do aluno no Ensino Fundamental, o Plano estabelece, em sua meta 2:

Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos. Estratégias: 2.1) Criar mecanismos para o acompanhamento individual de cada estudante do ensino fundamental. 2.2) Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem. 2.3) Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde (BRASIL, 2014a).

Em relação ao Ensino Médio a meta 3 também apresenta significantes estratégias que deixam claro o cuidado com a frequência escolar e a aprovação, segundo a meta:

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária. Estratégias: [...] E apresenta como estratégia do item 3.7 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de assistência social e transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem. (BRASIL, 2014 b).

Nesse contexto, tanto na meta 2 como na 3, nota-se uma preocupação com o aluno, e tratam dos problemas mais pertinentes à escolarização que são a defasagem na aprendizagem, que pode resultar na reprovação, e as suas persistentes ausências, que possivelmente levam à evasão.

Dessa forma, com a universalização do acesso de todos na escola através da Lei Nº 11.274 /2006, que regulamenta o Ensino Fundamental de 9 anos, e a Emenda 59/2009, que amplia o ensino obrigatório, é dada ênfase à preocupação de como está sendo processado esse ensino, visto que, o aumento da quantidade não pode ser dissociado da qualidade, o que motivou estudos e pesquisas sobre os fatores que beneficiam uma aprendizagem significativa para os nossos alunos, e escolarizá-los de forma eficiente, neste sentido, não basta garantir a matrícula, é necessário que sua presença seja acompanhada ou que sejam criadas mecanismos de acompanhamento.

Portanto, apesar da discussão da qualidade educacional ser antiga, renasce o desafio para que sejam equalizados os contratempos existentes entre os extremos da quantidade e da qualidade.

Ademais, a ação da educação abriu possibilidades para uma reforma social, sendo que a escola e os atores que atuam em seu entorno exercem uma decisiva

influência sobre os indivíduos, e essa negociação está intrinsecamente ligada às conquistas concebidas nas promulgadas leis que permeiam o nosso sistema de ensino.

Outro conhecido problema é a carência de professores qualificados, principalmente nas disciplinas previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), fato relatado por Giesteira (2014), ao afirmar que “a redução do interesse pela carreira docente faz com que metade dos professores do ensino médio não tenha formação específica na área em que lecionam e impacta a qualidade da educação básica.” A reportagem explica, ainda, que em uma pesquisa realizada pelo movimento Todos Pela Educação (TPE), para o Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE), com dados do Censo Escolar da Educação Básica 2013, apontam que 51,7% dos professores do Ensino Médio no Brasil não têm licenciatura na disciplina em que ministram aulas.

Essas questões, conjuntamente com outras, fazem parte de uma engrenagem de fatores que podem levar os alunos ao desestímulo e conseqüentemente à evasão e à reprovação. Nesse pressuposto, dados passados retratam o histórico da realidade brasileira na Geografia da Educação Brasileira.

Em 1996, dos alunos do ensino fundamental, 14,3% tinham abandonado a escola. Em 2000, esse índice caiu para 12%. No mesmo período, a taxa de aprovação subiu de 71,8% para 77,3% e a de reprovação diminuiu de 13,9% para 10,7%. Foram o Norte e o Nordeste que apresentaram melhor evolução nesses indicadores, apesar dessas regiões ainda terem índices inferiores aos das demais. (BRASIL, 2002).

Em combate a essas mazelas, surge o parecer nº: 8/2010, do Conselho Nacional de Educação, que trata dos padrões mínimos de qualidade de ensino para a Educação Básica. Dentre outros pontos, o parecer destaca que o aluno deve ser motivado a ser mais proativo e, conseqüentemente, permanecer na escola com sucesso.

Carreira e Pinto (2007, p.78) defendem esse parecer, ressaltando que o investimento Custo aluno Qualidade Inicial- CAQI é “um primeiro passo decisivo rumo à qualidade que almejamos como ideal”. No nosso país, o dinheiro destinado ao aluno anualmente era de 1.008 dólares para os anos finais do Ensino Médio, em 2002. Quando se compara os valores gastos por alunos no México, na Argentina, e no Chile no mesmo ano, o Brasil se mostra bastante inferior, como podemos observar na Tabela 1:

Tabela 1- Gastos anuais, em dólar, por aluno em instituições educacionais para países selecionados em 2002

Países da América do Sul	Educação secundária	
	Séries Iniciais	Séries Finais
Argentina	1.286	2883
Brasil	913	1008
Chile	2070	2094
Paraguai	747	1168
Uruguai	921	544
Países da OCDE		
México	1477	2378
Portugal	6727	7155
Coreia do Sul	5036	6747
Estados Unidos	8669	9607
Japão	6607	7274

Fonte: Elaboração própria a partir do modelo da WEI (World Educational Indicators).

Nessa comparação, o Brasil se mantém distante do investimento por aluno em relação aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Continuando a equiparação com dados mais recentes se observa que após 10 anos o Brasil ainda continua muito atrás na questão dos gastos com o aluno quando comparado aos países OCDE, embora se tenha notado um crescimento em relação a 2002, como podemos ver na Tabela 2.

Tabela 2- Investimentos financeiros em educação - gasto anual por aluno

NÍVEL	BRASIL	MÉDIA DA OCDE	POSIÇÃO DO BRASIL NO RANKING
Ensino pré-primário	*US\$, 696	*US\$ 6,670	3º pior colocado de 34 países
Ensino primário	*US\$ 2,405	*US\$ 7,719	4º pior colocado de 35 países
Ensino secundário	*US\$ 2,235	*US\$ 9,312	3º pior colocado de 37 países

Fonte: Uol educação/OCDE, 2012.

Nota: *US\$ - Dólar Americano

Acresça-se que na relação entre resultados e investimento educacional, encontramos a Finlândia que está entre os países que possuem os melhores resultados no Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA, em 2012, ficando na 12º posição referente à disciplina Matemática, e o seu gasto com aluno/ano, é de US\$ 9.463 por aluno/ano (25% da renda per capita). Nesse exemplo, nota-se a grande disparidade entre os valores investidos nos alunos desse país em comparação com o Brasil que ficou no mesmo ranking do PISA no 58º lugar.

Assim, após essas considerações, vamos, a seguir, verificar o que dizem as Leis estaduais sobre a infrequência.

1.2 CARACTERIZANDO A REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ E DE JUAZEIRO DO NORTE

Esta seção nos revela as propostas administrativas para a implantação e implementação de políticas públicas no contexto educativo cearense, uma vez que as normas que regem o sistema educacional buscam atender aos anseios dos familiares e alunos deste estado. As leis e programas tratados nesta pesquisa revelam o cuidado com os fatores escolares e sociais que permeiam as escolas com seus sucessos e fracassos. Logo, as normas cearenses corroboram com a presença dos alunos de diversas maneiras, seja de uma forma direta, determinando obrigações para o resgate dos faltosos, ou indireta, beneficiando com medidas que favorecem sua frequência diária. Portanto, para adentrar nessas questões, passaremos a analisar os preceitos legais do Ceará enfatizando os que seguem essa linha de pensamento.

Nesse pressuposto, encontramos na Lei nº 12.452, de 06 de junho de 1995 do Estado do Ceará, que, dentre outros pontos, dispõe acerca do Processo de

Municipalização do Ensino Público cearense. No que diz respeito à gestão do ensino público, tal Lei estabelece:

[...] cabe ao poder público municipal à responsabilidade pelo levantamento anual da população com vista à chamada escolar para a matrícula. Os gestores educacionais municipais, fomentando a cooperação entre os membros da comunidade escolar, deverão zelar pelo cumprimento por parte da família da obrigação de matricular filho ou dependente e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar. Com relação à gestão administrativa das unidades escolares, a municipalização tem como diretriz a adoção de critérios e regras comuns à gestão de escolas estaduais e municipais, com vistas à implantação de uma rede única e integradas de escolas públicas (CEARÁ, 1995).

Esse enunciado da lei cearense é importante ser citado devido à obrigação da família em acompanhar a frequência e aproveitamento escolar dos alunos. Sendo assim, pode ser considerado mais um dos aportes para assegurar a necessidade de se cumprir com o dever e zelo com a frequência escolar e de provocar mudanças eficazes na sua aplicabilidade.

Ainda sobre a permanência discente, o Estado do Ceará apresenta em suas leis a preocupação em atender o disposto no inciso VIII do art. 12 da LDB nove. 394/1996, ao estabelecer na Lei n.º 13.851, de 21.12.06:

Política e Instituições: O poder público estadual, atuando no combate a evasão escolar, zelará pela permanência dos alunos matriculados no ensino fundamental por meio do desenvolvimento de ações integradas entre os estabelecimentos de ensino, os Órgãos Estaduais de Educação, os Conselhos Tutelares Municipais e o Ministério Público Estadual, que adotarão, no âmbito de sua competência, as medidas necessárias. Nesse sentido, observa-se o princípio da cooperação para a ação integrada entre os órgãos responsáveis pela retenção do aluno no ensino fundamental. O início do elo dessa corrente de responsabilidade pela manutenção da criança na escola é atribuído ao gestor do estabelecimento de ensino e às suas conexões com outras instituições e, ao fim da corrente, encontra-se o Ministério Público que tem competência para responsabilizar pais ou responsáveis por não manter ou não dar condições de possibilidade de a criança frequentar a escola. É preciso percorrer todas as instâncias oficiais para que se cuide de evitar a infrequência e a evasão escolar. (CEARÁ, 2006a).

Nesse sentido, a Lei ressalta ainda que o gestor da educação pública deverá cumprir suas atribuições para diminuir a evasão escolar da maneira mais eficiente possível. Nesse sentido, ele deve, após:

Apurar a ausência do aluno por 5 (cinco) dias letivos consecutivos ou 10 (dez) dias alternados no mês, entrar em contato com a família ou responsável pelo aluno faltoso, com vistas a promover o imediato retorno e a regular frequência à escola. Se assim não o fizer, o gestor torna-se responsável administrativamente, estando sujeito a

penalidades derivadas do mau exercício de suas funções administrativas. Além disso, o dirigente do estabelecimento de ensino remeterá ao Conselho Tutelar do Município, ao Juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos cujo número de faltas ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do percentual permitido em lei, nos termos do art. 12, inciso VIII, da Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Enfim, é dever do gestor atuar no sentido de utilizar todos os meios disponíveis para que a criança e o adolescente não venham a abandonar os estudos. (CEARÁ, 2006b.)

Vale relembrar que, o permitido de faltas para os alunos tanto para o Estado do Ceará como para o Brasil é de 25%, do total de dias letivos ou da carga horária, afirmação dada pelo art. 47, § 3º, da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Sendo assim, ao interpretar o inciso VII citado anteriormente, entende-se que, na prática, tomando por base os 200 dias letivos, e aplicando os 25% tem-se 50 faltas e os 50% incidido nesse resultado ficará 25 faltas devendo o gestor tomar providências de acionar os órgãos competentes como previsto nessa lei. (art. 12, inciso VIII, da Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Logo, compreende-se que isso poderá ocorrer se o educando se ausentar cinco vezes no mês durante cinco meses.

Em suma, essas leis supracitadas reforçam a ideia central desta pesquisa que é a de garantir a permanência do aluno com sucesso na escola, e isso exige que este aluno possua uma frequência efetiva, pois partindo da premissa de que sua ausência se traduz em atraso na concepção da aprendizagem e que quanto mais presente, ele terá condições de aprender e crescer mais tanto em resultados internos quanto externos.

Nessa perspectiva, o Ceará tem procurado, através de projetos e programas, alavancar a educação, e com esse propósito busca implementar vários programas com finalidade de apoiar e financiar estratégias de melhorar a educação desde as primeiras séries até as séries finais da Educação Básica.

Dessa forma, foi promulgada a Lei nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007 que cria o Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC. Este Programa acontece em cooperação entre o governo estadual e os municípios. Ele tem por finalidade primeira a alfabetização de todas as crianças das escolas públicas nos dois primeiros anos de escolaridade, ou seja, até os 7 (sete) anos de idade.

O Programa surge em função da evidência de um contexto nada positivo sobre a educação nos primeiros anos – a grande maioria das crianças não aprende e os

indicadores de eficiência são muito ruins. Naquele momento, houve constatação de alguns fatores relevantes, organizados no Quadro 01.

Quadro 1- Fatores críticos que interferem na alfabetização das crianças para a SEDUC, CEARÁ, 2007

Baixo índice de frequência dos (as) estudantes;
Alta taxa de absenteísmo dos professores;
Tempo pedagógico desqualificado;
Não cumprimento dos dias letivos;
Altas taxas de distorção e abandono;
Escolha de diretores sem critérios de mérito;
Participação insuficiente das famílias;
Ausência de responsabilização pelos resultados.

Fonte: Elaboração própria.

Neste programa, observa-se que um dos motivos citados como causadores do insucesso escolar o “baixo índice de frequência dos (as) estudantes”, é tido como uma das preocupações do Estado que cria leis abrangendo essa etapa da Educação Básica.

Já a Lei n.º 14.190, de 30 de julho de 2008 cria o Programa Aprender pra Valer. Este Programa tem como principal finalidade elevar o desempenho acadêmico dos estudantes do Ensino Médio para aquisição de proficiência adequada a cada série/ano, além de articular este nível de ensino com a educação tecnológica e profissional. O Programa propõe a efetivação de suas ações em dimensões que atingem a gestão escolar, o currículo, o professor, bem como o próprio alunado através de 6 (seis) categorias de ações, que são: A superintendência Escolar, Primeiro Aprender, Pré-vest, Professor Aprendiz, Avaliação Censitária do Ensino Médio, Articulação do Ensino Médio com a Educação Profissional.

Sob esse aspecto, o programa traz em seu desenho subtemas que trabalham vários aspectos que são voltados para o desenvolvimento da aprendizagem, entre eles está o Primeiro Aprender que enfatiza a consolidação de competência de leitura e de raciocínio lógico-matemático, com uso de material didático especificamente elaborado para este fim, o programa é destinado aos primeiros anos do Ensino Médio. Além disso, faz parte também desse programa o Pré-Vest que é o apoio à continuidade dos estudos com vistas ao ingresso no Ensino Superior. Essa parte do programa atua como um cursinho e é destinado aos anos finais do Ensino Médio.

Agregado a esse Programa está o Prêmio Aprender Pra Valer, que premia os alunos do Ensino Médio com melhor desempenho acadêmico no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará - SPAECE, com microcomputadores. Sendo assim, é um forte aliado na presença dos jovens do Ensino Médio na escola, visto que, eles são estimulados pela oportunidade de serem premiados, além disso, o programa auxilia a minimizar os problemas de leitura e matemática, matérias que são, muitas vezes, as vilãs que provocam o afastamento dos estudantes da escola. Em 2012, dois alunos da EEFM. Dona Clotilde foram agraciados pelo prêmio, passando a onze ganhadores em 2014.

Em 2009, o Governo Federal instituiu por meio da Portaria nº 971, de 9 de outubro, o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI). Esse programa tem em comum com o Programa “Aprender pra valer” a tentativa de reestruturação dos currículos do Ensino Médio, propiciando a construção de habilidades e competências capazes de responder às necessidades da contemporaneidade, dentre elas, o mundo do trabalho. Parece-nos que este segundo programa é mais abrangente, pois pretende articular as diversas áreas do conhecimento por meio das dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, além de indicar proposições curriculares a partir de 8 (oito) macro campos: Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e Pesquisa, Cultura Corporal, Cultura e Artes, Comunicação e uso de Mídias, Cultura Digital, Participação Estudantil e Leitura e Letramento. O Programa pretende também ampliar o tempo dos estudantes na escola, o que difere do programa “Aprender pra valer”.

Em parceria com o ProEMI estão as ações do Jovem de Futuro, que também traz, em sua essência, estratégias que podem fomentar a presença dos alunos na escola. Esse programa amplia a presença do aluno no ambiente escolar, principalmente quando se observam duas de suas vertentes denominadas como monitoria e agentes jovens. A monitoria consiste em uma bolsa de cem reais mensais para os selecionados para essa categoria e sua função é auxiliar os colegas que possuem dificuldades nas atividades escolares no contraturno. Já o agente jovem participa de movimentos estudantis dentro e fora da escola, estimulando-os a auxiliar na elaboração e execução de projetos. Entre seus preceitos estão a melhoria dos índices de frequência, do clima coletivo compartilhando desafios e as metas estabelecidas no planejamento estratégico da instituição.

Nesse sentido, com o intuito de identificar o cenário educacional em que está localizada a EEFM. Dona Clotilde S. Coelho, passaremos a conhecer o Sistema Municipal de Ensino de Juazeiro do Norte.

Ao instituir o seu Sistema Municipal de Ensino, no ano de 1995, o Município, passou a empreender na educação, assumindo um compromisso com sua população, com a intenção de responsabilizar-se pedagógica, administrativa e politicamente pela educação local. O Sistema Municipal de Ensino é responsável pelas creches, como também pelas escolas de Ensino Infantil e Fundamental I e II. Vale ressaltar que o Município ainda não abarcou todos os níveis citados, dividindo a responsabilidade com o Estado no caso do Ensino Fundamental II.

Ademais, comparando os dois entes federados e sua forma de contratação dos gestores das escolas, observa-se que os municípios, nessa ação, trazem resquícios da gestão patrimonialista, visto que, eles são lotados através de apadrinhamentos políticos, diferentemente do Estado que realiza concurso público para selecionar o seus gestores.

Essa afirmação encontra embasamento ao se observar que no documento que trata do Sistema Municipal de Ensino não estabelece nenhuma regra para a contratação desse gestor, sobre a gestão democrática da educação pública expõe:

Art.19-Além de outros previstos em lei pelo Poder Executivo, são instrumentos destinados assegurar a gestão democrática da educação pública: I- a descentralização do processo educacional; II- a adoção de mecanismos que garantam precisão, segurança e confiabilidade nos procedimentos de registros dos atos relativos à vida escolar, nos aspectos pedagógicos, administrativo contábil e financeiro, de forma a permitir a eficácia da participação da comunidade escolar e extraescolar diretamente interessada no funcionamento da instituição; III – o funcionamento, em cada instituição de educação básica pública municipal, de Conselho Escolar de APCs com a participação paritária de representantes da respectiva comunidade escolar; IV – o funcionamento, no âmbito do órgão central do Sistema do Fórum Municipal de Educação, com a participação de representantes das entidades que congreguem os diversos segmentos da sociedade Juazeirense com interesse na educação. (JUAZEIRO DO NORTE, 2005).

Em contrapartida, o Art. 206 da Constituição Federal, que trata dos princípios que asseguram o ensino, destaca em seu Capítulo VI, a garantia de: “gestão democrática do ensino público, na forma da lei.” Assim, concretiza-se, em consonância com o Capítulo V, que assegura: gestão democrática da instituição escolar na forma de lei, garantidos os princípios de participação de representantes da comunidade; previsto no Capítulo II, que trata da Educação, em seu Art. 215 da Constituição Estadual, conforme

redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 16 de setembro de 2009 – D.O. 24.09.2009.

Na constituição cearense, a conquista da gestão democrática é prevista no Art. 220 ao destacar que “a organização democrática do ensino é garantida, através de eleições, para as funções de direção nas instituições de ensino, na forma que a lei estabelecer”.

Nesse sentido, o processo de seleção e eleição de diretores pela comunidade escolar, que teve início na Rede Estadual em 1995, permanece na história da educação do Ceará até os dias atuais, repercutindo de forma positiva, uma vez que, trouxe muitos ganhos do ponto de vista da alternância do poder de gestão. Dessa forma, as escolas e a comunidade puderam escolher seu representante, de forma democrática, o que culminou com a exclusão da indicação política para a nomeação de cargos gestores nas escolas regidas pelo Estado.

Essa ênfase, retratada na forma da gestão que permeia os Sistemas de Ensino Estaduais e Municipais tem a sua parcela de importância neste trabalho, visto que, é possível perceber se um gestor consegue conduzir as ações pedagógicas interligando de uma mais democrática e de visão compartilhada ou mais burocrática, personalista e autoritária. Dependendo do desempenho gerencial desse gestor, o acompanhamento da vida escolar do aluno tem um sentido mais produtivo em relação à frequência e na aprendizagem.

Nesse contexto, tais reflexões nos fazem compreender que o gestor possui um papel de construtor e reconstrutor do espaço escolar com a participação dos sujeitos que dele fazem parte. Como também, faz parte de suas ações aprender com esses sujeitos, compreender suas linguagens, valores, interesses e necessidades para possibilitar a todos os alunos a aquisição de competências necessárias às exigências do mundo atual. Além disso, o gestor deve compreender que sujeitos são esses e que necessidades básicas, por exemplo, que afetam a eles nos processos de aprendizagem e quais influências são concorrentes para uma frequência regular às aulas. Logo, é preciso que a escola se reinvente para ser eficaz, neste sentido, é importante que seja gerenciada por um profissional que vise à sistemática desse contínuo exercício de ação, responsabilização e reflexão para manutenção ou melhoria da sua função educativa.

Portanto, a legislação aponta para uma tendência desse perfil que se traduz no próprio processo democrático de descentralização, no controle e intervenção adotados pelo gestor, em que não basta conhecer sua demanda, avaliar suas deficiências, dar

publicidade aos atos, mas é fundamental que lute pelos ideais de justiça e igualdade contrapondo com as diversas diferenças existentes no meio escolar.

1.3 PROGRAMAS E PROJETOS QUE SUBSIDIAM O ALUNO NA APRENDIZAGEM E QUE DÃO SUPORTE À PRESENÇA DO ALUNO NA ESCOLA

Entre Projetos e Programas que interagem com o problema da infrequência escolar, o Bolsa Família, um Programa nacional, tem dado sua parcela de contribuição na questão da permanência do aluno. Um dos maiores veículos de comunicação do Estado, recentemente retratou essa realidade apontando que nos meses de abril e maio do ano de 2014 a presença dos alunos participantes do programa Bolsa Família atingiu um percentual de 96,1% em todo o Estado do Ceará.

Nessa perspectiva, a lei estabelece que o aluno tenha que ter 85% de presença mensal. Sobre a frequência mínima indicada, o Portal Brasil ressalta que:

De acordo com as normas do programa, a frequência escolar mensal mínima para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos deve ser de 85% da carga horária e, para os alunos de 16 e 17 anos, 75%. A baixa frequência pode levar ao bloqueio, suspensão e até ao cancelamento do benefício, caso as faltas sejam reincidentes. Com isto, exatas 801 mil crianças e adolescentes não alcançaram os índices exigidos pelo programa no mês de maio. Entretanto, antes que o benefício seja bloqueado, é necessário que os gestores da Bolsa Família identifiquem o motivo das faltas e incluam os beneficiários no acompanhamento familiar, caso se encontre em condições de vulnerabilidade e risco social. (BRASIL, 2004).

Em suma, o trabalho de monitorar a infrequência dos educandos referentes à Bolsa Família é do Ministério da Educação (MEC) com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), mediante a cooperação das secretarias municipais de educação e das escolas. Ultimamente, essa prática está sendo realizada em Juazeiro do Norte através da Secretaria de Educação que convoca os pais dos alunos para comprovarem a presença, que, por conseguinte procuram a escola para que esta forneça uma declaração confirmando a sua situação. Isso faz com que os pais procurem manter o filho presente na sala de aula, principalmente aqueles que receiam perder o benefício. Naturalmente, aliada a essa preocupação com a presença escolar, o programa Bolsa Família traz em si outras vantagens como o combate à miséria

ocasionando um melhor bem estar ao educando e conseqüentemente esse bem estar a auxilia no seu desenvolvimento intelectual.

No âmbito estadual, um Projeto chama a atenção, por possuir objetivos voltados para a melhoria dos resultados internos e externos obtidos pelas escolas, além de contribuir para o fortalecimento da aprendizagem escolar. Esse projeto é o Prêmio Escola Nota Dez que tem por meta agraciar até cento e cinquenta escolas públicas que tenham obtido os melhores resultados de alfabetização, expressos pelo Índice de Desempenho Escolar, tem-se em mente induzir comportamentos dentro da escola para se construir um ambiente de produtividade pedagógica cujo fim imediato seja um eficiente processo de alfabetização. Através desta política as escolas são premiadas.

Esse Projeto Estadual contribui para estimular a presença do aluno na escola, pois o seu objetivo é a melhoria na aprendizagem sendo este o foco da premiação. Sob essa ótica, entende-se que a aprendizagem e a presença são elementos, mormente para as premiações, uma vez que, um está vinculado diretamente ao outro.

No tocante a um sistema de monitoramento da infrequência próprio da Rede, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) possui o Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE), que é interligado às escolas. Esse Programa faz o acompanhamento em toda a Rede do Estado, apresentando dados acerca da quantidade de matrícula, remanejamento, transferência de aluno, médias bimestrais e até mesmo a frequência.

Outra medida para monitorar a frequência dos alunos na escola foi a implementação do ponto biométrico, um investimento estadual que consistia em captar a presença do aluno na entrada e na saída através da sua digital. Porém, o programa não se consolidou devido a problemas mecânicos dos equipamentos utilizados. Diante disso, em análise feita no órgão mentor do Projeto, chegou-se à conclusão que daria mais certo se fosse colocado um ponto em cada sala de aula. Essa ideia está sendo estudada para ser implementada nas escolas do Estado futuramente. Dentro dessa perspectiva, os pais poderiam ver, através da internet, se os filhos estão presentes na escola e poderiam acompanhar também a quantidade de ausências que seu filho tem na escola. Encontramos, também, os projetos e programas associados às ações do PPP citado no início deste capítulo, que dão suporte a uma mudança de mentalidade da comunidade que faz parte dessa unidade escolar.

Um deles é o Programa Federal Mais Educação, que tem por objetivo a promoção da educação integral no Brasil contemporâneo. Conforme dados da Secretaria

Do Estado do Ceará- SEDUC aderiram ao programa em 2011, 85 municípios com um total de 999 escolas, totalizando 18 mil alunos atendidos pelo programa só na Rede Estadual cearense. A EEFM. Dona Clotilde S. Coelho fez a sua adesão ao referido programa, também no ano de 2011, e está registrado em seus relatórios:

O Programa Mais Educação é uma ferramenta importante para que o processo de ensino/aprendizagem aconteça, e acreditando ser o acompanhamento pedagógico, a educação ambiental, o esporte e lazer, Os direitos humanos em educação, a cultura e artes, a cultura digital, a promoção da saúde, a comunicação e uso de mídias, a investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica elementos fundamentais desse processo, a escola aderiu a este programa, que vem contribuindo largamente na construção de cidadãos críticos e conscientes da sua realidade social, política e econômica, percebendo a educação de tempo integral como um caminho para que a educação no Brasil possa atingir um patamar mais elevado de qualidade. (SECRETARIA DA EEFM. DONA CLOTILDE S. COELHO, 2013).

Nessa perspectiva, acredita-se que os jovens participantes do programa sejam motivados a permanecerem presentes na escola. Sendo assim, não restam dúvidas de que a implantação deste Programa vem contribuindo significativamente tanto para aproximar os alunos de um universo maior de perspectivas de aprendizagem, como também serve como um mecanismo de aproximação entre comunidade e escola, permitindo assim uma interação maior entre esses segmentos. Atualmente, estão em funcionamento oficinas de letramento, música, teatro e esporte, com 100 alunos participantes no contra turno de sua série.

1.4 DESCRIÇÃO DA COORDENADORIA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JUAZEIRO DO NORTE

A escola pesquisada está inserida na Rede Estadual de Educação do Ceará, sendo mantida por esse órgão. O Ceará possui 272.311 alunos matriculados na Educação Infantil; no Ensino Fundamental são 1.054.386 alunos; e no Ensino Médio, 378.462. Na Educação de Jovens e Adultos, o número de matrículas em todo o Estado soma 122.924.

Para reger as diversas escolas no âmbito do estado, existem vinte e uma Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES), distribuídas por todas as regiões do Ceará, abrangendo 668 escolas estaduais. (CEARÁ, 2013).

A Crede 19 é a que atende a cidade de Juazeiro do Norte, com 14 escolas urbanas estaduais, 66 municipais urbanas e 31 rurais. Fazendo parte desses números,

está a EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho com 912 alunos divididos entre o Ensino Fundamental e Médio. Recentemente foi divulgado no Diário oficial da União 13 de outubro de 2014 a quantidade de matrículas no município juazeirense pertencente a Crede 19, como descrito na tabela 3.

Tabela 3- Número de Matrícula do município Juazeiro do Norte (2014)

Parcial	Matrícula inicial													
	Ensino regular										EJA			
	Ensino Infantil				Ensino Fundamental				Ensino Médio		Presencial			
	Creche		Pré-escolar		Anos iniciais		Anos finais		Parcial	Integral	Fundamental		Médio	
	Parcial integral		Parcial Integral		Parcial Integral		Parcial Integral				Parcial Integral		Parcial Integral	
Estadual Urbana	0	0	0	0	0	0	2542	74	8307	1440	370	0	670	0
Estadual Rural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Municipal Urbana	1770	694	3210	141	7881	3063	7321	1461	0	0	3306	0	0	0
Municipal Rural	368	0	505	0	758	1086	521	899	0	0	648	0	0	0
Estadual e Municipal	2138	649	3715	141	8639	4149	10384	2434	8307	1440	3324	0	670	0

Fonte: BRASIL, 2014.

Através desses números, podemos ter uma panorâmica de quantos alunos estão matriculados em todos os níveis educacionais neste município, como também, compreendermos quantos jovens estão sob a égide estadual e quantos na municipal. Dessa forma, observa-se que, na zona rural, não existem escolas estaduais. Outro fato interessante é que o Estado ainda é responsável por algumas escolas de nível fundamental II, no caso da EEFM. Dona Clotilde S. Coelho que é estadual e ainda oferta a partir da 7º série do Ensino Fundamental II.

Nesse contexto, vale ressaltar que estão sendo construídas escolas na cidade para atender a demanda de alunos, porém as escolas que estão sendo construídas não são suficientes para a demanda, especialmente no Ensino Fundamental, as salas estão superlotadas. Vale destacar que, a Conferência Nacional de Educação de 2010 estipulou a quantidade de: 15 alunos por turma para a Educação Infantil; 20 para o Ensino Fundamental; 25 para o Ensino Médio. Entretanto, o que se observa nas escolas é que esses números estão fora da realidade. Vejamos o que diz a portaria do Estado do Ceará nº1089/2013 que orienta sobre as matrículas de 2014. Considerando a quantidade de alunos, as turmas devem ter a seguinte composição.

Tabela 4- Quantidade permitida de alunos em sala no Ceará no ano de 2013

5.2.1 Ensino Fundamental:		5.2.2 Ensino Médio Regular:		
ANOS/SÉRIE	NÚMERO DE ALUNOS	ANOS/SÉRIE	NÚMERO ALUNOS	DE
1º ao 3º ano	25 a 30	1ª série	35 a 45	
4º e 5º ano	30 a 35	2ª série	35 a 45	
6º ao 9º ano	35 a 40	3ª série	35 a 45	

Fonte: Diário oficial do Ceará, 10 de dezembro de 2013.

Logo, devido a grande procura por vagas, as salas acabam recebendo alunos além do limite permitido pela portaria. Na EEFM Dona Clotilde S. Coelho, em 2014, o 8º ano da manhã chegou a ter 44 alunos na sala, como também o 3º ano do Ensino Médio noturno que está com 46 em sala, segundo o Sistema de Gestão Escolar - SIGE.

1.5 A EEFM DONA CLOTILDE SARAIVA COELHO

A escola pesquisada foi construída em 1986, na administração municipal do senhor Manoel Salviano Sobrinho. A escola recebeu o nome de Dona Clotilde Saraiva Coelho, mãe do doador do terreno. A instituição foi criada pelo decreto nº 17.759 de 18/02/86, conforme o Diário Oficial de nº 14.269 de 19/02/96, com reconhecimento nº 225/96 de 08 de janeiro de 1995.

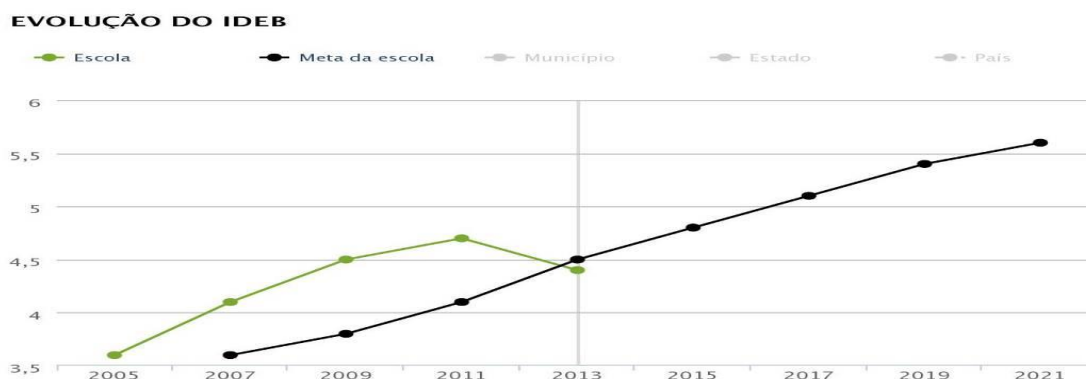
Esta escola conta com uma infraestrutura favorável ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Esse fato se evidencia devido ao histórico da escola que ao longo dos anos foi melhorando o seu aspecto físico, pois antes era bem mais precário. As melhorias foram acontecendo com a construção da quadra de esportes, com a lanchonete, a construção de mais uma sala de aula, aquisição de linha telefônica e introdução da informatização da escola.

O progresso dos alunos em vestibulares e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) está descritos no PPP da escola que diz:

Em 2013, muitas conquistas foram alcançadas como a aprovação de 26 alunos em vestibulares de Instituições de ensino superiores públicas e particulares, da região, além de ótimos resultados no ENEM, propiciando o ingresso através do SISU e PROUNI. A escola foi destaque no Estado do Ceará com o aluno que obteve a maior nota no ENEM 2013 da CREDE 19, o mesmo foi representá-la em Fortaleza, em cerimônia de reconhecimento pelo êxito obtido, além de 11 alunos que obtiveram boas notas no ENEM e foram premiados pela Lei n.º 14.190, com notebooks. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO/2014, EEFM. DONA CLOTILDE S. COELHO).

Em relação aos resultados das avaliações externas ocorreram grandes mudanças na área pedagógica, como o crescimento do IDEB nas séries finais do Ensino Fundamental. Em 2005, o IDEB da escola era 3,6 passando para 4,1 em 2007. É válido ressaltar que a instituição conseguiu superar a meta projetada para o referido ano (3,6). Em 2009, o índice cresceu para 4,5, chegando a atingir a média de 4,7, em 2011. Porém, em 2013, a escola obteve resultado de 4,4, ficando com uma média inferior aos anos de 2009 e 2011, e não atingindo a meta estabelecida que era de 4.5 (Fonte Qedu), conforme se apresenta na Figura 1 a seguir.

Figura 1- Evolução e metas do IDEB da EEFM. DONA CLOTILDE S. COELHO de 2005 a 2021



Fonte: MERITT e FUNDAÇÃO LEMANN, 2014.

Ao observar o PPP da escola, constatou-se que, após o último resultado, a escola averiguou junto aos professores, alunos e pais quais as causas para a queda nas proficiências de Português e Matemática, embora o SPAECE desta turma (mostrada nos gráficos 2 e 3, a seguir) tenha dado um grande salto em contraste com a Prova Brasil que é utilizada para o cálculo do IDEB, inclusive consta a meta (PPP, 2013) para a proficiência em Língua Portuguesa 270 para 2013, o alcance nesse referido ano foi de 274,9 (gráfico 2). Após essas discussões foram pensadas estratégias para o crescimento dessa turma nas avaliações externas futuras. Entretanto, observa-se também que apesar da queda entre 2011 e 2013 no IDEB da escola EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho, ela ainda ocupa uma posição de destaque dentro de seu contexto regional, especificamente se comparada com as outras escolas estaduais que existem no mesmo município, como demonstra a Tabela 5 a seguir.

Tabela 5- Ideb das Escolas Estaduais de Juazeiro do Norte, em 2013

ESCOLA	ANO 2013
ALM ERNANE VITORINO	4.1
ABOIM SILVA CERE	
AMALIA XAVIER EEFM	4.4
DOM ANTONIO CAMPELO DE	3.4
ARAGAO CAIC	
DONA CLOTILDE SARAIVA	4.4
COELHO EEFM	
DONA MARIA AMELIA	4.1
BEZERRA EEFM	
JOSE BEZERRA DE MENEZES	4.1
EEFM	
PREF ANTONIO CONSERVA	4.4
FEITOSA EEFM	
PRESIDENTE GEISEL EEFM	5.5
TIRADENTES EEFM	4.8

Fonte: INEP, 2014.

Quando a comparação se dá entre as escolas municipais, percebe-se uma maior diferença entre os valores alcançados pela EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho e os resultados das outras, como pode ser constatados na tabela 6.

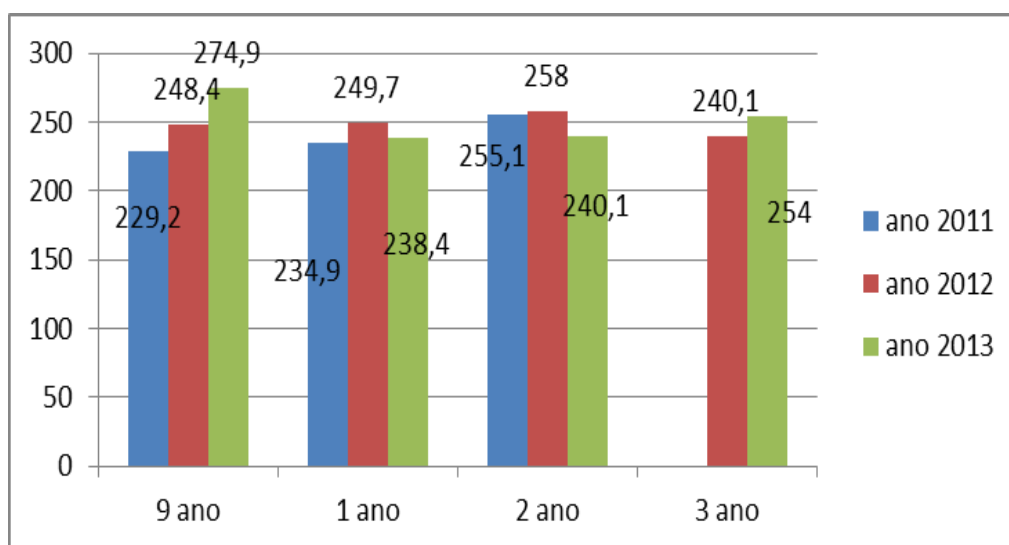
Tabela 6- Ideb das Escolas Municipais de J. do Norte em 2013

ESCOLA	ANO 2013
ANTONIO BEZERRA MONTEIRO EEF	3.6
ANTONIO FERREIRA DE MELO EEF	3.1
CICERA GERMANO CORREIA EEF	3.7
DEMOSTENES RATTTS BARBOSA EEF	3.6
DOM VICENTE DE PAULA ARAUJO MATOS EEF	3.9
EDVARD TEIXEIRA FERRER DR EEF	4.3
FRANCISCO BARBOSA DA SILVA VEREADOR EMEF	3.4
JERONIMO FREIRE DOS SANTOS EEF	3.5
JOÃO ALENCAR DE FIGUEIREDO EEF	3.1

Fonte: INEP, 2014.

Em contrapartida, os resultados no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), apresentam oscilações nos anos que foram investigados, como apresenta a Figura 2.

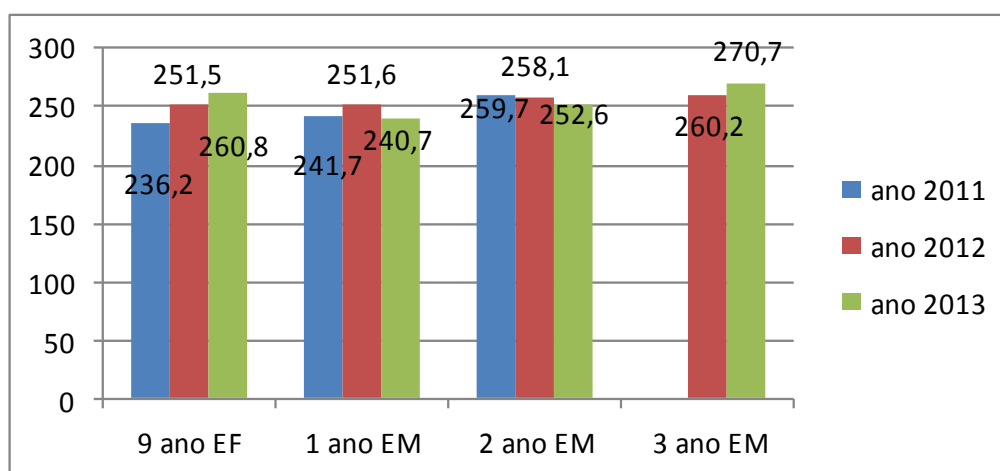
Figura 2- Resultado do SPAECE em Língua Portuguesa - 2011/2012/2013



Fonte: Seduc/Ceará, 2014.

Nesse contexto, se observa que tanto o 9º ano do Ensino Fundamental como o 3º ano do Ensino Médio tiveram um crescimento na disciplina de Português, porém os 1º e o 2º anos decresceram, o destaque mais significativo ficou para 9º ano, apresentando crescimento do ano de 2011 para o ano de 2013. Na disciplina de Matemática se repete as séries que obtiveram êxito, sendo diferente no resultado do 1º ano que, em 2013, cresceu um pouco, sendo que a série que mais cresceu foi o 3º ano, como ilustra a Figura 3:

Figura 3- Resultado do SPAECE em Matemática – 2011/2012/2013



Fonte: Seduc/Ceará, 2014.

Nesse sentido, se observa um grande déficit de aprendizagem em Matemática no 1º e 2º anos do Ensino Médio. Nesse contexto, as avaliações externas possuem o crédito de serem vistas como um dos mecanismos que demonstram o grau de aprendizado nas disciplinas e turmas, determinando o sucesso ou fracasso nessas avaliações perante esse modelo de análise, dando um norte para que a escola investigue os motivos que levam ao decréscimo nesse evento e se este decréscimo ocorre nos resultados de outras avaliações externas e internas.

Com o intuito de comparar os resultados segue abaixo a Tabela 7 que apresenta os resultados do Spaece em outras escolas do Juazeiro do Norte e de outros municípios que fazem parte da Crede 19.

Tabela 7- Resultados do Spaece/2013 das Escolas da CREDE 19

ESCOLAS	SÉRIES/2013							
	9º		1º		2º		3º	
	PORT	MAT	POR T	MAT	POR T	MAT	PORT	MAT
EMM. Virgílio Távora	...	...	253,3	230,7	245,7	246,1	244,4	239,9
Cere-Almirante Ernani Vitorino Aboim Silva	222,2	233	246,6	246,2	255,9	275,8	271	275,7
EEFM. Figueiredo Correia	...	...	233,6	231,3	238,8	243,4	247,6	254,5
EEFM. Maria Amélia	247,6	244,2	230,5	231,2	250,4	252,4	257,2	258,8
EEM. Gabriel B. de Moraes	...	...	244,1	249	260,9	278,4	266,7	279,7
EEFM. Tiradentes	282,7	276,7	237,7	238,8	247,2	244,3	257,7	265,7
EEFM. José Bezerra	280,5	268,3	240,9	239,2	245,7	241,6	254,9	263,8
EEFM. Dona Clotilde	274,9	260,8	238,4	240,7	240,2	252,6	254	270,7
EEM. Plácido Aderaldo	..	...	257,8	262,4	247,8	255,5	259,8	276,6
EEFM. Amália Xavier.	268,2	263,1	274,1	245,3	266,9	279,4	263,5	289,5
EEFM. Presidente Geisel	281,6	274,1	274,5	270,8	286	301,9	301,7	314,9
EEFM. Conserva Feitosa	290,1	291	254,6	255,7	242,8	245,9	239,5	255,5
EEM. Aduino Bezerra	...	...	244,2	244,8	243,7	250,3	265,4	267,1

Fonte: Seduc/Ceará, 2014.

Seguindo os níveis de proficiências estabelecidos pelo Spaece através dos resultados, observamos que no 9º ano em Língua Portuguesa, não há nenhuma escola na categoria de Muito Crítico (proficiência abaixo de 200), já no Crítico (entre 200 e 250), encontram-se duas escolas e no Intermediário (entre 250 e 300) estão seis escolas, inclusive a EEFM Dona Clotilde. Nessa disciplina, não há na tabela escolas que estejam no Adequado que seria o nível acima de 300. Em Matemática, essa série traz a escola CERE no Muito Crítico (abaixo de 225) e somente três escolas estão no intermediário (entre 275 e 325), as restantes se encontram no Crítico (225 e 275).

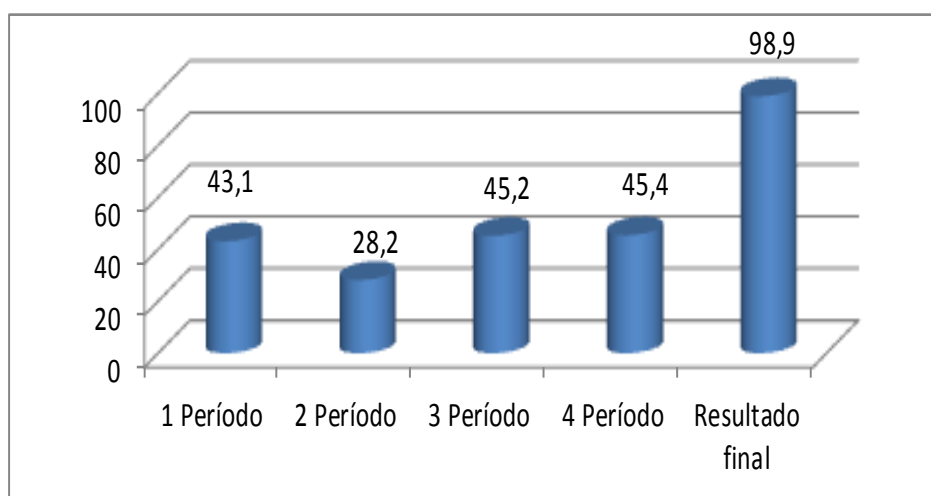
Passando a analisar o Ensino Médio, através dos níveis de proficiência do 3ºano, constatamos que não há nenhuma escola no nível Muito Crítico (abaixo de 225) em Língua Portuguesa. No Intermediário (entre 275 e 325), encontramos somente a Escola Presidente Geisel. Porém, não há escolas no nível Adequado (acima de 325), estando as demais no nível Crítico (entre 225 e 275). Já em Matemática, no Muito Crítico (abaixo de 250) ficou a Escola Virgílio Távora, no Intermediário (entre 300 e 350) a Escola Presidente Geisel, sendo que todas as outras escolas se enquadram no nível Crítico (entre 250 e 300). Por fim, constata-se que não tem nenhuma instituição da coordenadoria no nível Adequado (acima de 350).

Assim, em busca de melhores resultados nas avaliações externas e, conseqüentemente, em todo o seu eixo de aprendizagem escolar é que se alimenta a hipótese de que os alunos precisam estar presentes diariamente para que, por meio do

contato com o conhecimento, seja possível melhorar a qualidade educacional oferecida nas escolas.

Passando às avaliações internas, observa-se que o índice de aprovação apresentou uma diminuição no segundo período e um resultado estável no terceiro e quarto bimestres de 2013, crescendo somente no final, como demonstrado na Figura 4. Nele estão dispostos os percentuais de aprendizagem em todos os bimestres, eles representam os números de alunos com notas iguais ou superiores a seis (média da escola) para chegar a estes números, segue-se o seguinte raciocínio: se o ano terminasse nesse período teríamos 43,1 % de aprovações e os 57,9 % de alunos com problemas como reprovação ou abandono. Faz-se essa interpretação até chegar à coluna final que fecha o ano letivo. Por fim, o resultado final corresponde a 98,9 % de alunos aprovados na escola no final do ano tendo um número bem reduzido para a reprovação e zero para o abandono.

Figura 4- Resultado interno de aprovação referente ao Ensino Fundamental em 2013



Fonte: Secretaria da escola, 2014.

Nota-se na figura 4 que a aprovação tem uma queda no segundo período, porém volta a crescer no terceiro, permanecendo no quarto período com um percentual semelhante e tendo um grande avanço no resultado final. Esse fenômeno ocorre devido à recuperação final, que acaba por ajudar a aumentar a aprovação, como também, o benefício advindo da progressão parcial que leva os alunos para a série seguinte, embora estejam em dependência em algumas disciplinas. Em 2013, ficaram em progressão parcial mais de cinquenta alunos.

Em levantamento feito através de investigação dos boletins e dos documentos das chamadas da escola, foi constatado que os alunos que estão com melhores notas nos períodos são os que estão presentes em todas as atividades escolares. Esse fato é constatado no terceiro período do ano 2014, quando analisamos, por exemplo, os primeiros anos do Ensino Médio diurno e comparamos o percentual de alunos que apresentam faltas no período (mais de quatro por mês) e o percentual de notas na média ou acima da média chega-se a seguinte conclusão.

Tabela 8- Comparação entre faltas e rendimentos de aprendizagens, da 1ª Série do - Ensino Médio da EEFM. Dona Clotilde Saraiva Coelho

Séries	1ª Série A		1ª Série B		1ª Série C	
Número de alunos	41		42		34	
Faltas (alunos que possuem mais de quatro faltas no mês)	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
	18	43,9	28	66,6	8	22
Notas (alunos que estão na média ou acima da média 6,0)	6	15	7	17	9	26

Fonte: Secretaria da escola, 2014.

Por meio dessa leitura pode se constatar que a 1ª Série C é a que menos apresenta problemas com faltas e é a que possui melhor resultado de aprendizagem. Vale ressaltar, que entre esses alunos do 1º ano C, que fazem parte desse montante com notas inferiores a seis, muitos deles só possuem uma nota abaixo dessa média.

Como exemplo demonstrativo desse evento, expõe-se quatro dos dezoito alunos (para que a tabela não fique muito extensa) faltosos do 1ª A desse referido período que se apresentaram com média nas disciplinas.

Tabela 9- Notas do terceiro período do 1º A /2014

Alunos	Mês: Setembro /outubro. faltas.	Disciplinas e notas											
		Port	Art.	Ed.Fí.	Inglês	Hist.	Geo.	Físi.	Quim.	Biol.	Mat	Sociologia	Filosofia
A.C.N.S.	9	60	100	70	50	40	70	1.0	1.0	30	50	30	80
C. R.S. A	11	50	100	70	40	40	70	40	40	70	60	20	60
C.E.S.S.	10	70	70	90	60	50	90	40	40	30	90	70	60
F.M.S.L	8	70	100	90	30	40	70	10	10	20	60	30	40

Fonte: Secretaria da escola, 2014.

As notas baixas demonstram alguns distúrbios na aprendizagem, nos levando a entender que existem vários fatores que dificultam o êxito do estudante, e que entre eles está a sua ausência em sala de aula, visto que, a vivência com as matérias e seus conteúdos podem assegurar maiores possibilidades de clarear as respostas para suas dúvidas e assim alcançar melhores resultados. Observa-se que as disciplinas como Inglês, História, Física, Química e Biologia estão entre as que mais possuem notas inferiores à média 6,0 e, coincidentemente, são as que possuem carga horária de duas aulas por semana, logo, para os faltosos, uma falta semanal pode significar passar a semana sem assistir aula dessas disciplinas.

Quando analisamos o resultado final, para o ano de 2014, desses alunos encontramos o seguinte Quadro 2:

Quadro 2- Resultado final dos alunos infrequentes do 1º A

Alunos	Quantidade de disciplina em recuperação. (jan/2015).	Resultado final.
A.C.N.S.	Cinco disciplinas.	Aprovado com dependência em Inglês.
C. R.S. A	Seis disciplinas.	Aprovado.
C.E.S.S.	Duas disciplinas.	Aprovado com dependência em Biologia.
F.M.S. L	Sete disciplinas.	Aprovado com dependência em História.

Fonte: Secretaria da escola, 2014.

Também se observa o Ensino Fundamental que apresenta na Tabela 10 seus resultados:

Tabela 10- Resultado do terceiro período em três séries do Ensino Fundamental

Séries	7ª Série A		8ª Série A		9ª Série A	
Número de alunos	41		44		41	
Faltas (alunos que possuem mais de quatro faltas no mês)	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
	8	19.5	5	11.3	10	22.7
Notas (alunos que estão na média ou acima da média 6,0)	25	60.9	32	72.7	15	36.5

Fonte: Secretaria da escola, 2014.

Representando os alunos que não possuem faltas sem justificativas nesse período e nem no decorrer de todo o ano, visualizaremos o desempenho final dos alunos do Ensino Fundamental, inclusive a aluna Y. (entrevistada no final deste capítulo) da 7ª Série A, constatamos em seus boletins:

Tabela 11- Resultado final/2014 dos alunos com 100% presença /E.F

Aluno (a)	Série	Port.	Arte	Ed.F.	Inglês	Hist.	Geo.	Erei.	Ciênc.	Mat.	Faltas Anuais
Y	7ª	100	100	100	100	100	90	90	100	100	0
G.A.S.	8ª	70	90	80	70	80	90	60	80	90	0
F.											
C.S.S.	9ª	70	100	80	100	90	90	80	80	70	0
C.											

Fonte: Secretaria da escola, 2014.

Da mesma forma, na Tabela 12 estão os alunos do Ensino Médio e seus resultados:

Tabela 12- Resultado final/2014 dos alunos com 100% de presença/E.M.

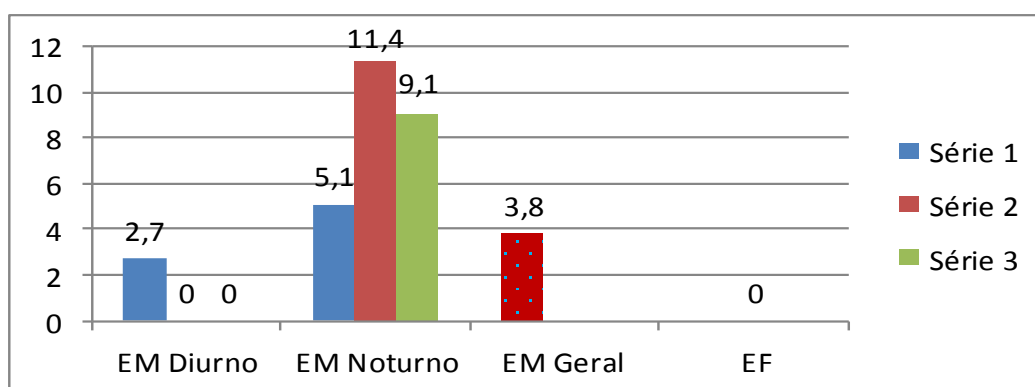
Aluno (a)	Série	Port.	Art.	Ed.F.	Inglês	Hist.	Geo.	Fís.	Qui.	Biol.	Mat.	Soc.	Fil.	Faltas
J.E.L.S.	1ª	90	80	100	90	100	90	90	90	100	100	90	100	0
S.														
S.A.S.	2ª	90	-	90	80	90	80	70	90	90	80	90	100	0
C.R.V.	3ª	80	-	90	80	80	80	80	80	90	90	90	90	0
M.														

Fonte: Secretaria da escola, 2014.

Observa-se que dentro do padrão de notas, os alunos que estão presentes no dia a dia da escola possuem excelentes resultados internos. Neste sentido, essas tabelas demonstram um pouco da realidade da escola.

A Figura 5 configura o abandono da escola nas duas etapas do ensino regular: O Ensino Fundamental e o Médio.

Figura 5- Resultado interno de abandono referente ao Ensino Fundamental e Ensino Médio em 2013



Fonte: Secretária da escola.

No gráfico 5, pode-se visualizar que o abandono na escola é preponderante no noturno. Além disso, encontramos uma tendência maior de abandono nesse turno quando comparamos com as séries do diurno. Nas três séries do Ensino Médio, no diurno, o primeiro ano é o que se apresenta com um maior índice de alunos evadidos. Já à noite, é o segundo ano que se destaca nesse parâmetro. No que se refere ao Ensino Fundamental, observa-se que a evasão é inexistente nessa fase. Um dos possíveis motivos talvez seja por ser no turno diurno e por ser composto por adolescentes que ainda estão sob a égide dos pais. Contudo, é importante observar que o Ensino Médio caminha para a diminuição do abandono, sendo demonstrado na Tabela 13 que inclusive mostra a comparação da escola com outras instâncias.

Tabela 13- Taxa de abandono do Ensino Médio

Taxa de Abandono do Ensino Médio (em %)				
Esfera	2009	2010	2011	2012
Brasil	11.5	10.3	9.5	9.1
Estado	-	-	11.5	-
Município			10.3	25.2
Escola (DONA CLOTILDE SARAIVA COELHO EEFM)		6.1	4.8	3.9

Fonte: Plano de Desenvolvimento da Escola, 2013.

Com esse demonstrativo, nota-se que o abandono vem caindo ano a ano na escola, fato que não ocorre com o município onde ela se localiza. Ainda, o resultado geral, na tabela 14, mostra como está o rendimento dos alunos nas séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio, além dos alunos da Educação Jovens e Adultos.

Tabela 14- Rendimento geral dos alunos no ano 2013

NÍVEL/MODALIDADE	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA A ATUAL	GERAL					
			APV		REP		ABAN	
			Abs.	%	Abs	%	Abs	%
FUNDAMENTAL/DIURNO	501	461	456	98,9	05	1,1	00	00
MÉDIO/DIURNO	309	276	264	95,7	09	3,3	03	1,1
MÉDIO/NOTURNO	133	117	103	88,0	02	1,7	12	10,3
EJA MÉDIO NOTURNO	125	83	73	88,0	01	1,2	09	10,8
GERAL	1068	937	896	95,6	17	1,8	24	2,6

Fonte: Secretaria da escola, 2014.

A Tabela 14 expõe o universo de alunos existentes nas etapas da Educação Básica da escola e seus resultados no ano 2013. Dessa forma, ao realizar a leitura desta tabela, compreende-se que 896 alunos tiveram êxito nesse referido ano e que de negativo teve-se um total de 41 alunos sendo mais representativas a reprovação no turno diurno e a evasão no noturno. No Ensino Fundamental também o dado que gera déficit é a reprovação.

Assim, em busca de melhores resultados nas avaliações externa e consequentemente em todo o seu eixo de aprendizagem escolar é que se alimenta a hipótese que alunos precisam estar presentes diariamente para que, por meio do contato

com o conhecimento, seja possível melhorar a qualidade educacional oferecida nas escolas, e, conseqüentemente, os resultados das avaliações externas.

Ademais, a EEFM Dona Clotilde S. Coelho está localizada na periferia de Juazeiro do Norte, no bairro Pirajá, o prédio possui dez salas de aula, laboratório de informática, centro de multimeios, estacionamento, quadra esportiva, pátio, cantina e bloco administrativo. A comunidade é constituída por uma maioria de pessoas simples que batalham cotidianamente pelo seu salário, outro fator que os conceituam é a baixa escolaridade dos adultos que no caso são os responsáveis dos alunos desta citada escola.

A partir dessas abordagens acerca da EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho, em que nos deparamos com algumas ações positivas e também com as possibilidades de melhorias de outras, é que se buscou realizar esta pesquisa sobre a infrequência escolar e o seu peso na consecução da qualidade educacional. A seguir nos apropriaremos do que diz seus documentos formais- o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Regimento.

1.6 DADOS DA INSTITUIÇÃO, SUA MISSÃO, VISÃO DE FUTURO, REGIMENTO INTERNO E PPP

O Projeto Político Pedagógico da EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho é um documento que já existe há muito tempo na escola, mas que anualmente, na semana pedagógica, se faz uma reavaliação da sua composição e nessa análise se refaz o diagnóstico, para ver se os parâmetros anteriores ainda são os mesmos detectados no presente e se as estratégias ainda são as necessárias. Por fim, neste estudo dá-se continuidade ao que vem dando certo e busca-se melhorar o que precisa ser reajustado.

Nessa perspectiva, analisaremos, primeiramente, a visão e a missão dessa instituição descritas no Projeto Político Pedagógico de 2014 e exposto no pátio da escola:

VISÃO DE FUTURO: Construir uma escola voltada para o sucesso dos alunos, minimizando os índices de abandono, reprovação e déficit de aprendizagem. MISSÃO: A missão de nossa escola é preparar, capacitar e promover, dando relevância ao aprendizado do aluno, envolvendo a família, resgatando a responsabilidade dela com o sucesso do educando, garantindo a excelência de um trabalho comprometido com o êxito do processo ensino aprendizagem (Secretaria da Escola/Projeto Político Pedagógico/2014).

Sob essa ótica, observando a singularidade da Visão de Futuro, encontramos a preocupação com o abandono escolar. Já na missão, não há nenhuma citação direta à infrequência do aluno. Porém, ressalta-se a relevância da aprendizagem dele e o

envolvimento da família, como pontos que interligam a essência da presença do aluno na escola, pois é fato que para que ocorra o que está mencionado na Visão e na Missão é necessário que o discente esteja cotidianamente presente em sala de aula.

No referido documento está escrito também a que se propõe a proposta pedagógica da escola:

Desenvolvendo as capacidades: cognitiva, afetiva, ética, inserção social, estética, física e relação interpessoal tendo como pilares: aprender a conhecer, aprender a viver com os outros, aprender a fazer, aprender a ser. Ter acesso aos conteúdos como um meio para aquisição e desenvolvimento dessas capacidades. Capacitar-se para o processo de educação permanente, exigido pelas constantes inovações no mundo de trabalho (Secretaria da escola/PPP/2014).

Nesse aspecto, a escola se propõe a aumentar ainda mais o incentivo aos estudos e ainda propõe que se devem criar condições para que os alunos possam:

Desenvolver suas capacidades; Desenvolver sua identidade pessoal e a socialização; Construir valores; Ter acesso a conhecimento que os preparam para uma atuação ética, crítica e participativa na sociedade, no âmbito cultural, social e político; Valorizar a cultura de sua comunidade, a cultura brasileira e a universal (Secretaria da escola/PPP/2014).

Considera-se essencial, nesse recorte do PPP, desenvolver a capacidade intelectual e social dos alunos da EEFM Dona Clotilde S. Coelho, visto que, é exposto sobre a importância do seu desenvolvimento pessoal. Dessa forma, observou que as estratégias em busca desse objetivo, encontram-se descritas no Projeto Político Pedagógico da EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho:

Quadro 3- Metas do PPP da escola pesquisada

METAS GLOBAIS Fundamental e Médio.	Estratégias:
1-Aumentar a taxa de aprovação do Ensino Fundamental geral para 99% e reduzir para 1% a reprovação, conservando o abandono em zero até dezembro de 2014. 2-Aumentar a taxa de aprovação para o Ensino Médio regular para 93,5% e reduzir em 3,8% a taxa de abandono até dezembro de 2014.	1-Informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, buscando juntas soluções para as dificuldades. ... 6- Monitorar diariamente as faltas dos alunos, convocando os pais (quando menor) a partir de três faltas consecutivas e sem justificativas.

Fonte: Secretaria da Escola, 2014.

No Quadro 3, observa-se que a primeira estratégia faz insurgir a necessidade de se manter um elo entre a família e a escola, quando esta refere-se à ação de informar os responsáveis sobre os resultados internos produzidos pelos seus filhos com o intuito de buscar intervenções para o sucesso do aluno no que se refere a sua escolaridade. Entende-se que a ação dessa estratégia irá repercutir no atingimento da meta citada no quadro 3.

Acredita-se que a participação da família influencia na melhoria educacional dos filhos. Voltando o olhar para as ações documentadas pela a EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho, expõe-se inicialmente o Regimento Escolar, que sobre a frequência declara:

ART. 106 – a verificação da frequência será sempre apurada em cada atividade, área de estudo ou disciplina. ART. 107 – Ficaré reprovado quanto á assiduidade, o aluno que apresente frequência abaixo de 75%%. ART. 108 - A inobservância ao mínimo estabelecido em relação á assiduidade faz com que o aluno seja considerado reprovado, sem a possibilidade de uma recuperação referente á carga horária total, ministrada pelo Estabelecimento de Ensino. (SECRETARIA DA ESCOLA/ REGIMENTO ESCOLAR, ano 2014).

Ressalta-se que o Art. 106 do referido regimento está em consonância com o art. 47, § 3º, da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispõe que é obrigatória frequência de alunos.

Nesse pressuposto, é notável que o regimento da escola, no que se refere à frequência, é bem claro em estabelecer uma conduta de punição ao não cumprimento ao que é estabelecido, entre elas está a reprovação por faltas quando o educando não tiver no mínimo 75% de presença na escola. Assim, na EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho, encontramos vários relatos, embora cite apenas um como modelo dos demais, que confirmam a preocupação desta instituição com a frequência em Ata de reunião com os pais e responsáveis, que está escrito:

Sobre faltas à diretora pediu compreensão e acompanhamento dos pais, para que seus filhos não falem sem motivos justos às aulas, pois isso causa prejuízo na aprendizagem dos mesmos, e está previsto em lei que vinte e cinco por cento de faltas leva o aluno a reprovação... (Ata da primeira reunião de pais\responsáveis e mestres da EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho para informes sobre o ano letivo de 2014).

Sob essa ótica, observa-se que as taxas de evasão nos três últimos anos da EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho têm diminuído, alcançando o valor de zero no Ensino Fundamental, sendo demonstrado no gráfico 5. Esse fato tem estimulado a escola a

buscar zerar também a infrequência dos alunos no seu dia a dia nas duas etapas do Fundamental e Médio e minimizar a evasão deste último.

Como documento interno voltado para o problema da infrequência, encontramos o Plano de Metas do Diretor (PLAMETAS). Esse plano é uma exigência da SEDUC ao diretor para que este tenha um norte para administrar a escola. As metas são planejadas junto à comunidade em vistas dos problemas da escola e com intervenções conjuntas para melhorá-la.

Entre as muitas ações, está o combate à infrequência na EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho. Sob essa ótica, o referido documento traz em sua introdução a sua intencionalidade em focalizar o problema da infrequência destacado:

Pretende-se então, levar a infrequência diária com uma visão diferenciada, sendo consciente que a mesma pode ser atrelada a evasão, porém esse olhar é mais apreciativo, visto que, os faltosos regulares no cotidiano escolar, geralmente não são os mesmos que desistem, esses os quais este projeto se refere são os que querem estar matriculados, mas não valorizam o dia a dia escolar. Em resumo o foco é no aluno que apesar de querer preservar sua matrícula, tem um histórico de faltas que chamam a atenção e causam um prejuízo na aprendizagem (Plano de Metas do Diretor).

Suas ações estão associadas aos eventos citados no Quadro 4:

Quadro 4- Projeto da Infrequência

Monitoramento	1- Realizar chamadas diárias feitas nas salas sob a égide da diretora. (fica em sua sala).
Diagnóstico	2- Observar após o término do mês, quais salas estão com maiores problemas e necessitam de maior atenção.
Ação	3 Resgate dos alunos que foram detectados como ausente da escola por um período longo, sem justificativa, através de visita ao domicílio. 4- Advertir os alunos com mais de 4 faltas, através de ocorrência escrita no primeiro momento, sendo comunicado aos pais a reincidência. 5- Desenvolver estratégias junto aos professores para motivar a presença diária dos alunos na escola. 6-Parabenizar aos que não possuem nenhuma falta no mês. 7-Acionar o Conselho Tutelar quando esgotado todos os esforços. 8- Realizar palestra com o tema infrequência nas reuniões bimestrais com os pais.

Fonte: Secretaria da Escola, 2014.

Observa-se que esse é um dos projetos da escola em que consiste na ação direta da diretora que tem diariamente uma chamada realizada em cada série, na qual ficam registradas as presenças e ausências dos alunos. Vale salientar que as faltas justificadas são registradas na referida folha com atenção ao fato, como por exemplo: “A. L. - amparado por atestado médico por cinco dias”. Após o término do mês, os alunos faltosos com mais de quatro faltas sem justificativas são chamados para assinar o livro de Ocorrências Escolares com o intuito de serem advertidos para que isso não ocorra mais. Nessa advertência, o aluno fica ciente de que se isso se repetir o seu responsável será convocado. No caso do 9º B, treze alunos assinaram o livro referente às faltas do mês de fevereiro. Para exemplificar como são realizadas as notificações exponho o que diz em uma das páginas referente à aluna C.C:

11/03/2014 – A referida aluna está sendo advertida por possuir 4 faltas sem justificativas no mês de fevereiro. A mesma fica consciente que se esse fato se repetir seu responsável será comunicado (Fonte: Secretaria da escola).

Outro exemplo é o do aluno A.S. que por ter faltas recorrentes apresenta tanto a sua assinatura no texto da advertência, como também a de seu pai:

03/10/2014- O aluno continua faltando sem justificativas, por esse motivo, comunicamos o fato a seu responsável para que as Providências sejam tomadas e o mesmo não falte mais (Secretaria da Escola, 2014).

Outro projeto da escola aliado ao anterior é o chamado Diretor de Turma que, quando bem articulado, tem resultados bem significantes. Ele pode ser definido como uma:

Tecnologia educacional de execução simples, em que um professor, ministrante de qualquer disciplina e com perfil adequado para exercer a função, assume o compromisso de responsabilizar-se pelos alunos de uma única turma, ao longo de 05 horas semanais, desenvolvendo atividades de planejamento, monitoramento e avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes (CEARÁ, 2013).

O Projeto Diretor de Turma é especificamente voltado para o Ensino Médio e consiste em um trabalho de dedicação do professor em cinco horas semanais, sendo dividida em atendimento aos alunos, aos pais e à aula de formação cidadã, aula essa dedicada a levantar discussões sobre os problemas da turma que geram dificuldades para o bom andamento da aprendizagem da turma. As reuniões de Conselho de Turma

são presididas pelo diretor de turma, que segue com uma pauta disposta na seguinte ordem:

1 - Palavra da diretora administrativa; 2- avaliação de todos os atores escolares realizada pela turma e lida pelos alunos representantes. 3- Avaliação da escola realizada pela ótica dos pais, exposta pelo representante eleito pela categoria. 4-Apresentação (realizada pelo diretor de turma) dos resultados individuais dos alunos obtidos no bimestre, notas e frequência. 5-Considerações gerais sobre cada um dos alunos realizados pelos professores presentes. (Secretaria da escola, 2014).

Compõem a reunião, no primeiro momento: o núcleo gestor, os professores da turma, um representante dos pais e dois representantes de alunos. No segundo momento, de análise individual dos alunos, ficam apenas os professores e o núcleo gestor e é nesse momento que se constata os alunos que precisam ser mais atendidos pelo diretor de turma. O Quadro 5 retrata as ações referentes à aprendizagem e frequência.

Quadro 5- Projeto Diretor de Turma

Etapas	Ações
Monitoramento	Através do dossiê do aluno o professor reúne todas as características do educando bimestralmente para servir de parâmetro para as discussões na reunião de Conselho de turma.
Diagnóstico	Nas reuniões de Conselho de turma.
Ação	1-Realizar atendimento individual com vistas à permanência do aluno na escola e o desempenho acadêmico. 2-Ministrar aulas de Formação Cidadã com foco na melhoria da convivência na escola e na aprendizagem. 3- Convocar os pais para atendimento individual em vista da melhoria no progresso do seu filho.

Fonte: Secretaria da escola, 2014.

1.7 PRIMEIRA OBSERVAÇÃO SOBRE O CAMPO DE PESQUISA E A BUSCA DE NOVOS DADOS SOBRE O CASO

Como vimos anteriormente, uma série de dados sobre a realidade deste estudo de caso estão disponíveis nos documentos da instituição, além dos documentos que tratam das legislações acerca da educação pública brasileira e cearense. Porém, muitas lacunas apontam para a necessidade da obtenção de novos dados. Sendo assim, o primeiro passo

dado, ainda na fase inicial da pesquisa, foi o de promover breves entrevistas semiestruturadas com uma amostragem de professores e alunos tendo como base o tema da infrequência, realizando, assim, um estudo piloto. Cabe dizer que tais entrevistas tiveram como objetivo principal a possibilidade de elaborar um diagnóstico da realidade escolar para subsidiar a construção de um instrumento posterior de pesquisa mais profundo e minucioso. Ou seja, elas foram uma ida a campo provisória em que se buscou compreender os desafios que poderiam surgir à frente para a elaboração de um instrumento definitivo de pesquisa.

Enfim, esse diálogo com os entrevistados teve uma roupagem de um processo inconcluso e aberto, que serviu como passos iniciais para as próximas entrevistas. Basicamente, o roteiro dos professores foi elaborado no sentido de entender como eles compreendem a infrequência, suas origens e implicações no cotidiano escolar.

Já com os alunos a perspectiva era entender, no caso dos faltosos, as razões que os levaram à infrequência, buscando obter dados mais detalhados sobre isso. O mesmo procedimento se fez com os alunos frequentes, porém com o objetivo de compreender como eles concebem e justificam sua presença. As entrevistas ocorreram no dia 10 de setembro de 2014 no período da manhã na escola EEFM Dona Clotilde S. Coelho.

Nessa primeira fase, entramos em contato com quatro professores que responderam ao questionamento acerca do tema infrequência. O critério de escolha foi estabelecido com o interesse de contemplar docentes do turno diurno, que lecionam concomitantemente no Ensino Fundamental e Médio, e que são representantes de diferentes disciplinas, como Português, Inglês, Ciências e História, tendo como base as seguintes questões: Em que séries lecionam? Em sua opinião a infrequência interfere ou não na aprendizagem do aluno? Existem casos de alunos faltosos nas suas aulas? Qual a opinião sobre a infrequência cotidiana dos alunos?

Nesse pressuposto, o professor R., comenta que:

A infrequência prejudica os alunos em duas dimensões: a primeira em relação a sua interação social, visto que, a escola é o espaço social onde os jovens abraçam oportunidades para sua vida através da interação com seus pares e a segunda se refere ao prejuízo no processo ensino aprendizagem, na absorção de conhecimentos científicos. (Professor R., entrevista concedida em 10/09/2014).

A fala deste professor nos permite afirmar que ele articula de forma interessante suas ideias ao dizer que em primeiro lugar a escola é espaço de interação social para além de conteúdos. Ou seja, de alguma maneira ele percebe que a escola é um espaço de

sociabilidade (troca de experiências) dos alunos, oferecendo a visão de que a presença do aluno na escola é importante também para além da questão dos conteúdos. As professoras M. e Comungam da premissa de que as faltas injustificadas geram um déficit na aprendizagem dos estudantes e deram mais ênfase à questão dos conteúdos ministrados. P., fala que:

Quando o aluno perde uma aula, ele se perde no conteúdo, mesmo que os estudantes venham só por vir é mais fácil, se o mesmo está presente, dele ser motivado para a aprendizagem, sendo difícil se ficam em casa longe da dinâmica da sala de aula. (Professora P., entrevista concedida em 10/09/2014).

A sua preocupação se dá em trabalhar com adolescentes em fase de formação de personalidade e no Ensino Fundamental, sendo assim jovens que ainda não trabalham. Em sua fala ela contempla a relação direta entre a perda de aula e a perda do conteúdo, apontando assim outro problema: a dificuldade de manter o aluno infrequente atualizado na escola.

Ademais, o professor E, expõe seu pensamento mostrando afinidade com os demais colegas, ao dizer que:

A escola propicia o conhecimento e os alunos em sala conseguem absorver em um maior ou menor grau e fora da escola o mesmo não consegue o conhecimento formal. Conclui: Não é irrelevante é preocupante e interessante que a escola se auto avalie para descobrir o motivo da ausência desses jovens. (Professor E. entrevista concedida em 10/09/2014).

Por fim, conclui-se que um dos objetivos da escola é estimular a permanência do aluno buscando a atenção desses jovens para as possibilidades de aprendizagem quando presentes e usufruindo o dia a dia escolar. Contudo, esse primeiro diálogo com alguns dos atores da escola nos levou a refletir se essas opiniões contemplam o que a escola pensa, se as estratégias citadas pelos professores são coletivas ou individuais. Além disso, na entrevista do professor E. encontramos um dado que precisa ser ressaltado no futuro dessa investigação, quando ele cita a necessidade da escola se auto avaliar em busca de respostas para os alunos que faltam muito.

Entre os muitos questionamentos, outro que é relevante e também citado por esse professor, é sobre a necessidade dos docentes refletirem sobre o tipo de aula que estão ministrando, dentro dessa perspectiva, está também à fala da professora P. que comenta sobre estratégias para prender a atenção do aluno na aula, acreditando que esse é um dos possíveis fatores que podem afastar o estudante do desejo de estar presente na escola. Nesse contexto, percebe-se entre umas e outras ideias dos entrevistados que eles

se sentem parte do processo que conduz o aluno estar presente ou ausente da sala de aula, entrelaçando o fato com a qualidade das aulas em serem atrativas ou não para o aluno.

Com isso, compreende-se que não temos todas as respostas para se fechar em uma única concepção sobre a importância da presença do jovem aprendiz em sala de aula. Precisa-se perguntar mais, provocar novas perguntas, desafiando professores e alunos a formarem novos conceitos sobre o tema infrequência.

O público alvo das entrevistas com os estudantes foram os do Ensino Médio (1º e 2º ano) e Fundamental (7º e 9º ano). Eles foram escolhidos pela quantidade de faltas apresentadas nos últimos meses, sendo incluído também o reverso da infrequência, isto é, aquele aluno que não apresenta nenhuma falta neste ano. O convite foi realizado de forma tranquila, sempre sendo colocado sobre a possibilidade de se dar a entrevista, dando oportunidade deles recusarem a proposta se assim quisessem. A forma utilizada foram gravações. Como o objetivo era uma amostra então foram entrevistados sete jovens. As entrevistas seguiram com perguntas como: Qual sua série? Quantos anos você tem? Possui um trabalho? Quais os Motivos de suas faltas? Cada uma das questões tem por objetivo se aproximar da realidade de cada educando.

Nesse contexto, os alunos entrevistados desta Unidade Escolar, percebem que estudar ainda é um dos melhores caminhos para a vida deles, mas que mesmo com esse pensamento são muito faltosos.

Sob essa ótica, E., do 1º ano, diz:

Eu falto às vezes é por estar doente e outras vezes são para cuidar dos meus irmãos, pois, a minha mãe trabalha e quando não tem com quem deixar eles que são pequenos, eu tenho que ficar em casa para ajudar ela. Eu acho que isso me prejudica, com certeza as minha notas seriam bem diferentes, se eu não faltasse tanto às aulas, (...) Uma disciplina que me arrependo de ter me ausentado é Filosofia, visto que, tenho perdido muito de aprender sobre a mesma.

Dessa forma, a aluna justifica sua ausência devido à necessidade de cuidar de seus irmãos, porém, afirma que é importante estar nas aulas porque nem todos os trabalhos têm como recuperar o que ocasiona suas notas vermelhas e reafirma que se estivesse presente melhoraria a sua aprendizagem. Para J, do 9º ano, suas faltas são devido à sua desmotivação, ao seu desinteresse em estudar.

Na visão dos estudantes J. E J. I. ambos do 2º ano do Ensino Médio, o conhecimento advindo da escola trará para eles imensos benefícios. Dessa forma, o primeiro ressalta: “não tenho motivo para faltar. Eu tenho pensado nisso principalmente

porque estamos em um período importante para o Enem... eu sei que preciso mudar.” (aluno J. entrevista concedida em 10/09/2014). Assim, o segundo rapaz menciona que trabalha no jovem aprendiz, e que as suas faltas são casuais, e complementa: “quando eu falto minha consciência me acusa...” (aluno J. I. entrevista concedida em 10/09/2014). Ele entende que existem duas formas de encarar a escola, uma mais rígida e outra mais “leve”. Ou seja, para ele a projeção de futuro via escola tem um peso diferente.

Ainda, encontramos entre os entrevistados I. (9º ano) que nos leva a pensar que o contato com a tecnologia surge como motivos para as suas faltas. Ela confessa que falta aula porque dorme tarde, depois de ficar no celular até as 4 da manhã. Quando interpelada sobre as explicações perdidas em relação aos conteúdos no dia da sua ausência em sala, ela fala: “se eu não entender, eu procuro a matéria no youtube...” (aluna I. entrevista concedida em 10/09/2014).

Em contraste aos demais, entrevistamos Y. (7º ano) que diz não faltar porque se preocupa com os conteúdos que são ministrados na sua ausência, e por ser tão dedicada na escola suas notas são superiores à média oito. Além disso, elenca outro motivo para sua constante presença: a imposição da mãe, que diz que estar na escola é prioridade.

Por fim, nesse primeiro momento, buscou-se ouvir os principais envolvidos na questão da infrequência para compreender o que se passa com cada um, desvendando um pouco do que pensam sobre si e sobre os benefícios da escola para suas vidas. Entende-se que quando se conhece os fatos e seus reveses, esses são mais bem compreendidos e assim se supõe encontrar estratégias diretivas para sua resolução. Nesse ínterim, foram percebidas novas rotas que poderão ser aprofundadas em posteriores contatos com esse fim, como a ausência da família junto aos jovens entrevistados, a utilização ambígua da tecnologia que ora é desfavorável e ora é aliada da aprendizagem, dentre outras questões.

No próximo capítulo, pretende-se realizar uma análise dos aspectos que permeiam a infrequência escolar, tomando como base as questões de investigação extraídas desse primeiro capítulo com a intenção de nortear o capítulo que se segue.

2 A ESCOLA E A SUA ARTICULAÇÃO COM OS PARADIGMAS DA ESCOLARIZAÇÃO E A PERMANÊNCIA DISCENTE

O presente capítulo tem como objetivo fazer uma reflexão crítica sobre os dados já levantados no capítulo 1 buscando responder às questões de investigação assinaladas anteriormente. Acreditamos que essas respostas poderão subsidiar um plano de intervenção para a escola estudada e escolas de realidades similares. Para garantirmos dados fidedignos, que representem o fenômeno estudado, apresentaremos novos dados de pesquisa de campo, através de instrumentos de pesquisa baseados nos indícios encontrados nas entrevistas-piloto que foram feitas para o capítulo 1.

Para esta reflexão crítica selecionamos alguns estudos acadêmicos que envolvem o tema da permanência escolar, não só pela lógica da escola, mas também pelas questões sociais que envolvem o tema, o que nos levou a buscar apoio na Sociologia da Educação. Além disso, trouxemos também parte da bibliografia relacionada à gestão escolar na intenção de refletir de maneira mais profunda sobre o papel do gestor frente a esse dilema.

Ademais, este capítulo será composto por seis seções nas quais serão abordados. Debates contemporâneos acerca das causas e reflexos da infrequência e as possíveis soluções de dilemas da gestão escolar em seu cotidiano, sob a ótica que envolve as questões sociais dos educandos e da escola. No tocante ao desempenho do gestor, será discutida a liderança democrática, sua autonomia e responsabilização. E para um alargamento sobre o tema será realizado levantamento sobre outras experiências escolares, como também, serão condensadas as questões suscitadas na entrevista do capítulo anterior com novas sondagens através de outras entrevistas, findando em um conhecimento vivo sobre a dicotomia presença versus ausência.

Nessa perspectiva, o percurso metodológico escolhido para a realização deste capítulo ocorreu por meio de revisão bibliográfica, com bases teóricas, como também de pesquisa exploratória. Além do mais, os instrumentos utilizados para a coleta dos dados, foram entrevistas com roteiros semiestruturados e a análise documental. Dessa forma, o capítulo contará com uma análise descritiva e interpretativa dos resultados compreendendo que a entrevista aos atores da escola se faz necessária, pelo fato do problema da infrequência ser complexo e, por isso, é importante saber quais os pensamentos dos atores sobre esse dilema, pois suas visões podem ajudar não somente a entender o fenômeno, como também a propor ações para enfrentá-lo.

Esses questionamentos tiveram por base indícios advindos com a entrevista anterior que são: (i) a noção dos professores de que a escola é além de um espaço de educação formal, um espaço de vivência. Como isso pode ser explorado a favor da escola? (ii) a convicção dos professores de que a escola precisa refletir criticamente seu papel e debatê-lo como forma de aperfeiçoar seus mecanismos de combate à infrequência. Esse corpo docente se sente à vontade para fazer essa reflexão acerca do papel da escola com a gestão? (iii) alguns alunos relatam dificuldades em conciliar os estudos com o emprego devido ao trabalho/estágio. Como a escola trata esse tema em seu cotidiano? (iv) Isso significa a vivência de novas tecnologias, novas formas de sociabilidade fora da escola, novas relações com os pais, e outros. Esses fatores são dinâmicos e interferem na vivência escolar e por consequência na infrequência. Como a escola e seus atores veem esse movimento?

Sob essa ótica, foi elaborado um novo roteiro para a segunda versão das entrevistas, na qual se procurou buscar elementos informativos sobre as questões citadas no parágrafo anterior, focando na importância da permanência do aluno na escola e, então, associada à primeira versão, elencar possíveis respostas para os objetivos deste trabalho. Assim, as entrevistas foram realizadas no período de 06/04/2015 a 07/05/2015, na EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho, utilizou-se de gravações para registro das entrevistas, tendo como entrevistados os professores, os alunos e os responsáveis seguindo os critérios descritos no quadro 6.

Quadro 6- Perfil dos entrevistados

PROFESSORES	ALUNOS	PAIS/responsáveis
Dos 45 professores da EEFM. Dona Clotilde S. Coelho foram entrevistados 9. O critério da escolha foi entrevistar os docentes de Língua Portuguesa, Ed. Física, Matemática, História, Geografia com a intenção de obter uma variedade de opiniões dos que lecionam nas diferentes disciplinas acerca do tema infrequência.	Foram entrevistados os estudantes do Ensino Fundamental e Médio diurno que apresentavam faltas e os mais frequentes, sendo no total 20 alunos.	Os pais entrevistados foram os que são responsáveis pelos alunos que possuem mais de quatro faltas por mês, como também o inverso, os que estão sem problemas com a frequência escolar dos filhos. Foram entrevistados dez pais.

Fonte: Elaboração própria

Nas entrevistas foram conduzidas perguntas sobre o tema infrequência e permanência discente, com o intuito de analisar as relações entre esse dilema e os atores educacionais, a escola no geral e a família. As abordagens buscaram comparar as

diversas visões sobre o tema que nos servirão de mote para a construção de uma cultura que motive a presença dos alunos na sala de aula cotidianamente. O roteiro se encontra no anexo 1 no final deste trabalho.

Partindo por outra vertente e com a intenção de fazer uma descrição mais precisa da realidade sobre a infrequência discente em outras escolas foram entrevistadas, também, quatro gestoras que atuam nas escolas públicas Estaduais de Juazeiro do Norte. Nesse caso, foram escolhidas quatro diretoras de escolas que possuem perfil semelhante à EEFM Dona Clotilde S. Coelho, por fazerem parte da mesma Rede, como também possuírem um histórico de oferta de Ensino Fundamental e Médio.

Por fim, para compor esta análise sobre infrequência discente, serão utilizados autores como Paro (2000) que nos fará entender a dinâmica histórica da gestão democrática, realizando um diálogo com a prática de gestão vivenciada na pesquisa, incluindo seus valores e concepções diante do tema infrequência escolar. Burgos (2014) nos auxiliará a olhar criticamente para essas questões, também referenciando o gestor, com o seu empenho, comprometimento e monitoramento das atividades cognitivas dos discentes, como também, a construção social do aluno, com o intuito de propagar novas culturas e ideias. Finalmente, Alves (2008) e Mont'Alvão (2011) nos levarão a entender a relação da família com a responsabilidade escolar, trazendo as relações dos possíveis vínculos existentes entre a tríade educadores, família e aluno e, através dessas confluências, repensar, discutir e analisar a educação institucional e a presença do aluno em meio a essas fontes e referências citadas.

Além disso, utilizamos também outros autores que nos possibilitaram enxergar novos prismas acerca do tema da presença discente no cotidiano escolar, tratando inclusive das raízes sociais que afetam os jovens da escola pública e as benesses diante do plano da aprendizagem institucional, como poderemos ver nas seções a seguir.

2.1 A ESCOLA E A SUA INCIDÊNCIA NA SOCIEDADE

As pessoas acreditam que a escola é possuidora de uma forte influência na identidade social dos seus alunos. Sob essa ótica, ela é tida como responsável não só pela transmissão do conhecimento, mas de um conjunto de valores, ideias e comportamentos universais que dizem respeito ao cidadão e à cidadania. Sobre isso, Sá (2014, p.17) diz que:

É função de a escola formar um sujeito que respeite o outro e tenha os direitos humanos como base de conduta (...) a escola deve formar o cidadão coletivo, que se preocupa não só com suas prioridades, mas também com o bem comum.

Nesse pressuposto, os anseios sociais são inseridos no seu espaço como uma educação voltada para a disseminação de diversos valores como a ética, a não violência, a preservação ambiental, o combate ao racismo, à inserção ao trabalho entre outros que são exigidos como função contemporânea da escola. Para Lahire (2015, p.17) esse deve ser o ofício da escolarização: o de educar e ensinar, e que os “professores têm, sim, a responsabilidade de fornecer competências de instrução, aquisição do conhecimento, e de Educação – disciplina do saber e da vida”.

Estudo realizado por Burgos (2014) aponta que a escola pública universalizada é a grande novidade deste país, visto que, há vinte anos, não se matriculavam todas as crianças na escola. Assim, a instituição escolar ganhou centralidade na sociedade, na qual não só os pais, mas todos acreditam que a função desta instituição é o de educar seus filhos, sendo capaz de lidar com as informações e formações dos alunos, dando a ela uma responsabilidade que vai além de simplesmente ser repassadora dos conhecimentos, mas que possa através do princípio da equidade minimizar as barreiras das desigualdades sociais, e propiciar mais oportunidades a esses jovens. Burgos (2014) nos remete à ideia de que não basta a universalização do acesso à educação para superar os desafios existentes, sendo então, necessário que a escola passe por uma transição democrática, em que o autoritarismo, a centralização e as ações fragmentadas sejam substituídas pela gestão participativa, que envolva a autonomia desse gestor, a responsabilização, a visão compartilhada das ações escolares, a formação dos colegiados como conselhos escolares, associação de pais e outros.

Assim, Burgos (2014) frisa, em especial, que a escola pode melhorar na sua função educativa ao se aproximar do discente e ao aperfeiçoar seu ambiente para a permanência discente na instituição. Por fim, destaca-se a importância da escola no mundo do aluno, ao dizer que:

Para a escola se afirmar institucionalmente, ela precisa ser capaz de articular, de um lado, medidas voltadas para a busca por resultados escolares mais igualitários, e de outro, ações voltadas para fazer com que ela entre para valer no jogo da disputa de identidades, criando um clima escolar capaz de produzir sentimentos de pertencimento e confiança no projeto escolar. Ou seja, fazendo, com que a escola passe de fato a fazer parte do mundo do sujeito que subsiste no aluno. (BURGOS 2014, p.13).

Ressalta-se que, cabe a essa instituição fortalecer a credibilidade que lhe é exigida na educação desses jovens, por meio da participação e estreitamento de laços entre escola e comunidade na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, dando maior visibilidade aos anseios estudantis e da comunidade. Nesse interim está o depoimento do professor A.R. que a firma que a:

Relação escola e família ela se fortaleceu muito nos últimos anos. Antes a gente não tinha muito esse diálogo da escola com a família no sentido de chamar os responsáveis até às instituições, hoje à gente vê que a escola tem chamado mais a família. Ela chama, convoca, dá diagnóstico do aluno, então assim eu acho que a primeira ação importante é essa relação entre escola e família e eu vejo isso acontecendo aqui no Clotilde. (Entrevista concedida pelo Professor A.R. em 11/04/15).

É possível perceber na fala do professor entrevistado que há uma consciência de que esse processo de aproximação da escola com a família tem se tornado cada vez mais relevante ao longo dos últimos tempos. Essa relevância está clara quando o próprio professor considera essa ação como a primeira ação importante. Essa aproximação é um passo fundamental para a consolidação da relação da escola com a comunidade na qual está inserida.

Além disso, Burgos (2014) aponta a questão do clima escolar e a produção de sentimentos de pertencimento, argumentos esses que refletem na permanência do aluno na escola, no gosto de estar presente e participar do ato educativo, de fazer parte na elaboração das ações escolares. Para ele, um dos problemas da massificação é a invisibilidade do aluno na escola, fato esse ocorrido devido o educando passar despercebido no ambiente escolar, e conseqüentemente, provocar uma distância entre ele e seus educadores, dificultando a aproximação interpessoal tão necessária para a criação de relações sociais. Contudo, a escola deve se preparar para esse aluno real, concreto, precisa aprender a dialogar com o mundo dele. Em face do colocado, expõe-se a entrevista de M.A., aluna do primeiro ano que diante da pergunta - o que lhe atrai na escola? Ela diz:

O que me atrai na escola são as amizades... E também eu venho para a escola para aprender coisas que em casa não tenho oportunidade de Aprender. Assim, é melhor estar na escola, pois aqui a gente aprende coisas novas. (M.A., entrevista concedida em 09/04/15)

O fragmento apresentado mostra a necessidade dos jovens de se relacionarem, e de fazerem da escola esse espaço de convivência, como também, reforça as perspectivas a frequência traz para a aluna, pois possibilita a ela a aprender “coisas novas”.

Para Peregrino (2010), a massificação da educação da forma como foi implementada no Brasil, trouxe para as instituições escolares a desescolarização aos pobres e aumentou ainda mais as desigualdades educacionais entre os estudantes, a autora comenta: “não se eliminou o fracasso, o que se fez foi incorporá-lo à escola, permitindo, dentro da instituição, a criação de modos desiguais de estar nela.” PEREGRINO, 2010, p.317). Compreende-se, entretanto que a massificação não é o que gera a desigualdade, mas pode ser o que leva a sua reprodução.

Da mesma forma que a autora, acredito que muitas iniquidades foram habitando a escola pública com a massificação, colocando em questão a educação ofertada a esse novo grupo de alunos de composição heterogênea, e por isso, com diferentes valores, anseios, comportamentos diversos. Somando-se a isso, a questão da permanência do aluno na escola condição essa que não deve estar deslocada da acepção do conhecimento, e do saber conviver, e ainda, associado a esses fatores, acrescenta-se o despreparo da escola para lidar com esses dilemas, como destaca Burgos (2014, p.490) uma “escola inadaptada, diante da nova configuração de uma escola massificada”.

Convergente com essas ideias estão os pensamentos explicitados na entrevista do professor A. R., que ao ser questionado sobre a escola e o viés da infrequência, ele defende:

A meu ver a educação no sentido da infrequência ela ainda está meio sem identidade, nós ainda caminhamos, meio que perdidos porque se a gente observar no dia a dia, nós adotamos inúmeras estratégias na busca de manter esse aluno cada vez mais dentro da escola e cada dia a gente percebe a necessidade de se repaginar, de rever os conceitos, de rever os planejamentos, então é como se a gente estivesse em uma busca constante desse aluno... Mas eu acho também que a educação é isso se ela fosse completa e acabada seria sem graça o segredo está justamente em a gente está buscando e a gente tá revendo, tá discutindo tá reavaliando, questões como essa... (A. R., entrevista concedida em 11/04/15).

O professor fala da sua experiência em relação à infrequência denotando dúvidas e incertezas sobre esse tema, pois ele entende que apesar de muitos esforços, ainda assim as ações esbarram nas diversas ausências dos discentes, gerando a necessidade de procurar sempre novos meios para reverter esse problema. Assim, o docente parte da concepção de que todos devem estar constantemente atentos para novas fórmulas para a conquista do aluno presente na escola, isso demonstra que ele está aberto para o debate em questão sobre a infrequência escolar.

Sob essa ótica, a escola deve ser um lugar preeminente de oportunidades, não podendo ser constituída de uma visão monolítica, fadada a um único caminho, visto que, a escolarização não deve existir com o único intuito de levar os alunos a prestarem vestibular, e cursarem uma determinada graduação. Por outro lado, a instituição escolar deve ser portadora de diversas perspectivas para que esse jovem possa acima de tudo ressignificar sua experiência de mundo e buscar melhores condições para sua vida na sociedade e consequentemente para uma construção sólida da sua cidadania.

No capítulo 1, os professores demonstraram, por meio das suas falas, a percepção de que a escola é para além de um espaço de educação formal, mas também um espaço de vivência. Entendendo que o ato da vivência se dá não só com o professor, mas com todos que formam o meio, e essa interação, às vezes, ensina mais do que o conhecimento previsto nos currículos oficiais.

Nesse segundo bloco de entrevistas, percebe-se que há uma semelhança de pensamentos entre os docentes, inclusive com os anteriores do capítulo I, configurada na ideia do professor J. D. que defende:

A finalidade geral da educação, na minha visão é preparar o cidadão, se o camarada está consciente dos seus direitos, dos seus deveres, ele. Vai procurar Geografia, Matemática e aprender a qualquer preço, mas se ele não tem consciência disso, ele não vai ver sentido nessas disciplinas... (J.D. entrevista concedida em 07/04/2015.)

A fala do professor aponta para o entendimento de que a escola deve contribuir para uma educação que transcenda a aquisição de conhecimentos acadêmicos, mas também deve estar voltada para a sua formação como sujeito de direito, para que possa exercer a sua cidadania. Então, a escola e os seus atores entram com essa parcela de envolvimento como orientador e dinamizador de valores que podem ser decisivos na mobilização desses alunos, e na construção de novos ideais junto a esses jovens. Dentro desse contexto, o professor V. A. demonstra, na entrevista, a forma como ele realiza seu trabalho na escola:

O professor precisa cativar os alunos, principalmente nas áreas exatas que são vistas como um bicho de sete cabeças, e a gente precisa fazer com que o aluno se encante com a matemática assim como a gente é encantado pelas disciplinas que lecionamos, para que ocorra esse encantamento procuro realizar atividades lúdicas, se utilizando da metodologia do trabalho em equipe, pois acredito que ajuda muito o aluno, ele acaba sendo envolvido por algo que ele aprende no coletivo e descobre depois que pode fazer sozinho, porque o trabalho em equipe auxilia a aprendizagem e ai ele acaba se interessando, visto que, se eu sei fazer em equipe posso desvendar outras formas de realizar sozinho... (V.A. entrevista concedida em 06/05/15.)

Nesse pressuposto, Fontes (2000, p.176) contribui com a ideia de que é na vivência entre os indivíduos que ocorre a troca de experiências, compartilham-se conhecimentos, e isso só é possível quando existe a interação entre os pares. Comparando com o que ocorre na escola, os grupos de alunos aprendem ao se comunicarem, ao transpor o aprendido para o outro, existindo, dessa forma, uma reciprocidade entre eles. Assim, ele está muito próximo da perspectiva histórico-cultural de Vygotsky que

ao longo do desenvolvimento das funções superiores- ou seja, ao longo da internalização do processo de conhecimento – os aspectos particulares da existência social humana refletem-se na cognição humana: um indivíduo tem a capacidade de expressar e compartilhar com os outros membros de seu grupo social o entendimento que ele tem da experiência comum ao grupo. (FONTES, 2000, p.176).

Sob esse aspecto, Fontes (2000) ressalta o papel do contexto social do aluno, para que dessa forma, o discente possa atuar criticamente no seu mundo, transformando ideias em projetos que intervenham no seu meio, e daí em novas ideias e novos projetos, e da necessidade do professor em estar atento ao grau de relevância que esse contexto apresenta.

Nessa perspectiva, a contextualização das atividades escolares com a vida do aluno é uma forma de trazer o debate acerca da participação ativa nesse meio e de torná-lo participante e responsável pelo todo. Dessa forma, é importante compreender que toda atividade de instrução deve levar o ser humano a ir além do que sempre foi peculiar a ele, através da curiosidade, dos desafios, enfim, levá-lo a ser um indivíduo que esteja disposto a sempre transcender como humano e como cidadão. Adendo a esses valores está novamente J.D. que acredita que além de repassar o conteúdo a ser trabalhado, o professor é aquele que orienta, ele declara:

A gente vê que tem alunos que não têm orientação nenhuma em casa, De como proceder, de como fazer para enxergar o futuro. O professor tem essa questão, além de ministrar o conteúdo ele é um orientador, um facilitador, digamos assim. Às vezes, o aluno está perdido e você consegue enxergar algo além de aonde a visão dele ainda não chega.(J.D. entrevista concedida em 07/04/2015).

Sobre a sua prática para alcançar o seu intento em elevar o olhar dos alunos para além da sua visão, J.D. diz

são várias ações que realizo dentro da disciplina que leciono.Primeiro, acredito que eu como professor tenho diariamente um grande desafio na atualidade em meio a esse mundo de hoje com os meios de

comunicação. Assim procuro didáticas diferenciadas, como vídeo aulas, com conteúdos diversos, como todo bom professor procuro estudar para ter que acima de tudo domínio do conteúdo, mas também busco me aliar a essa tecnologia, que chama realmente a atenção do aluno. Embora não seja somente isso, mas de alguma forma acredito que o segredo está em planejar. Acho que faz parte do planejamento. O planejamento deve ser a base para tentar atingir o aluno naquilo que é importante para ele, através do uso de mídias, de metodologias que aproximem o aluno cada vez mais da sua realidade. Então eu procuro aproximar o conteúdo que ministro em sala de aula com a vida do aluno, com o objetivo de fazê-lo compreender a praticabilidade daquilo que ele está aprendendo em sala de aula. (J.D. entrevista concedida em 07/04/2015).

Em resumo J.D. afirma que é preciso aliar o planejamento das aulas ao uso de tecnologias e ao contexto do aluno. Então, ao participar das atividades escolares os indivíduos são transformados, partindo da ideia de que nesse espaço educativo fluem uma pluralidade de conhecimentos que vão sendo processados, e isso agrega novos conceitos, autogerando um novo sujeito, que através dessa relação dialógica entre conhecimento, pensamentos, subjetividades, provocam o desenvolvimento do indivíduo, adicionando nele pontos de vista antes inexistentes no seu ser. Dessa forma, a vivência nesse meio produz uma aprendizagem que vai além da cognição. E isso nos faz perceber que há uma ligação entre os diversos fatores que envolvem o aluno e sua educabilidade, e inclusive que tudo isso tem uma relação direta com a permanência do aluno no cotidiano escolar.

Sob essa ótica, a escola se torna uma aliada na formação da identidade dos educandos que a frequentam, a partir dos significados vividos com os outros nesse espaço educativo, nesse sentido Miranda (2015, p.26), evidencia que:

Os atos de reconhecimento conectam o social ao pessoal, sendo uma das vias pela qual se estabelece a influencia do outro sobre a construção da identidade de aprendiz. (...) as emoções desempenham um papel importante nessa seleção, podendo contribuir, conforme o seu grau de intensidade, para a vinculação desses atos na construção do sentido de reconhecimento.

Nesse contexto, ressalta-se a importância de levar a discussão sobre quem são nossos alunos, o capital cultural que trazem consigo, enfim, descortinar a diversidade é uma maneira de transpor as diferenças e compreender os fatores que podem melhorar com o acesso e a permanência do aluno na escola.

Por fim, entende-se que o acesso à escolarização é o que possibilita diferentes oportunidades aos que frequentam a educação institucionalizada. Portanto, quanto maior

for essa vivência escolar mais chance de desenvolvimento pessoal, social e econômico esses alunos terão.

2.2 OS FATORES EXTRAESCOLARES E A SUA INTERFERÊNCIA NA PERMANÊNCIA COM SUCESSO DO ALUNO NA ESCOLA

Os fatores extraescolares são dilemas que têm levado a muitos questionamentos sobre a influência social, econômica e cultural dos alunos no acesso, na permanência e nos resultados educacionais, não sendo diferente na Escola de Ensino Fundamental e Médio (EEFM) Dona Clotilde Saraiva Coelho. Dessa forma, essa pesquisa nos remete à análise da realidade desses estudantes na atual vivência desse espaço escolar.

Nessa perspectiva, os fatores socioeconômicos e culturais são indicados por muitos estudiosos como elementos que interferem no desempenho dos alunos, inclusive nas ausências escolares. Nesse sentido, Piotto (2009) cita Pierre Bourdieu para explicar o termo capital cultural como uma forma para identificar as diferenças existentes no rendimento escolar obtido pelos alunos de classe sociais distintas. Então, os mais bem dotados de capital cultural seriam os que trazem consigo valores do seu meio familiar e é investido ainda mais na escola, são os chamados “eleitos” por Bourdieu. Por fim, o capital cultural pode existir sob três estados: incorporado, isto é, sob a forma de disposições duráveis do indivíduo; objetivado, que corresponde aos bens culturais; e institucionalizado – outro tipo de objetivação do capital cultural, que tem como resultado os diplomas.

Sob essa ótica, Mont’Alvão (2011, p.304) comenta que:

O sistema privilegia aqueles estudantes equipados com mais capital cultural – bens e investimentos, materiais ou não, transmitidos, principalmente, pela família – e elimina progressivamente aqueles que não possuem o mesmo capital. Este mesmo sistema, através, sobretudo, da pedagogia escolar – todas as formas de instrução, sejam elas dentro da família, da escola, ou qualquer outro lugar – ajuda a naturalizar as desigualdades no alcance escolar entre indivíduos oriundos de diferentes classes sociais, baseando-se em diferenças de mérito individuais, demonstradas através de procedimentos de teste.

Esse trecho citado por Mont’Alvão explica o que Bourdieu (1977) batizou de “a teoria da violência simbólica”, que resume a sua ideia de que a escola é reprodutora das desigualdades, essencialmente quando associa o fracasso dos alunos a méritos individuais, aumentando ainda mais as diferenças entre os estudantes.

Nessa perspectiva, Mont'Alvão nos remete ao entendimento de que o capital cultural pode ser compreendido como sendo as experiências extracurriculares que os alunos trazem consigo e que quanto maior o seu nível social, mais significativa será o seu discernimento em relação ao seu desenvolvimento intelectual. Entretanto, o capital cultural é visto também, como o maior responsável pelo aprofundamento da desigualdade entre os alunos, fazendo com que a escola seja um dos ambientes propícios para o seu desenvolvimento. Sem contar que os mais avantajados com o capital cultural são os que se autodenominam como sendo a melhor cultura, a ideal, ocasionando o desprezo às outras.

Assim, vale ressaltar a importância dos fatores externos na construção de um ambiente propício para a permanência e, conseqüentemente, o êxito dos alunos em seus resultados. Sobre esse aspecto Carvalho (2001) promulga que

Precisamos, urgentemente, transformar a desigualdade educacional que atinge as camadas empobrecidas da população. É necessário reconhecer que fatores sociais, históricos, econômicos e culturais, atuam na manutenção da desigualdade social, mas que a escola é um espaço de transformação. (CARVALHO, 2001, p.116)

Para a autora, existem na escola diversos preconceitos cultivados pelos atores educacionais, como atitudes negativas traduzidas em práticas pedagógicas excludentes em relação aos alunos oriundos de camadas sociais de baixa renda, “atitudes classificatórias em relação à etnia, atitudes discriminatórias que reforçam os tabus referentes ao gênero,” e por fim, “atitudes de desconhecimento do universo cultural dos alunos” (CARVALHO, 2001, p.117). Diante desses aspectos, ressalta-se o cuidado que se deve ter no âmbito escolar com essas atitudes que desvirtuam a função da escola e afastam os alunos.

Nesse contexto, Burgos (2014), realizou uma pesquisa sobre a escola e o mundo do aluno, na qual destaca:

A responsabilização pela promoção de uma escolarização efetiva seria, assim, compartilhada por todos, conforme prevê, também, nossa Constituição. Porque não se pode aceitar, por exemplo, que um estabelecimento escolar não tenha sobre seu aluno informações que seriam cruciais para melhor conhecê-lo, sobre sua família, sua moradia, e sobre sua própria trajetória escolar [...] (BURGOS, 2014, p.258).

Contudo, a escola tem demonstrado ser possível equalizar essas desigualdades através das suas ações e de algumas políticas públicas, quando ela faz chegar até seus alunos uma diversidade de oportunidades, independente do seu capital humano, social

ou cultural. Nesse pressuposto, ao observar junto aos alunos infrequentes se eles possuem menos aspirações acadêmicas e profissionais, do que os que são mais frequentes, o que se constata através da entrevista é que apesar de confusos sobre suas responsabilidades com a presença, os entrevistados vagueiam em perspectivas que precisam da escolarização para que sejam atingidas, como é o caso de B., aluno do 8º ano do Ensino Fundamental:

Minha mãe estudou até a primeira série e meu pai nunca estudou, sempre passo por recuperação, eu gosto mais de ciências e de história porque é mais fácil, quero ser médica perita, para descobrir o que as pessoas têm de doença... Os motivos que me fazem faltar são porque eu acordo muito tarde... Eu passo o tempo todo no celular sem dormir aí eu durmo tarde. (B. entrevista concedida em 08/04/15)

O aluno W. também está entre os faltosos que pretendem ir à faculdade:

Eu não trabalho, passo a maior parte do meu tempo ajudando minha avó em casa, porque eu moro com ela, eu lavo prato, varro a casa... Eu quero ir para a faculdade para ser doutor. Eu falto devido vários motivos, alguns dias foi à chuva, outro dia foi preguiça e outras vezes por ajudar a minha avó, mas de tudo é mais é preguiça de acordar. (W. entrevista concedida em 10/04/15.).

Outro depoimento é de C. A. do 2º ano do Ensino Médio, ele tem quinze anos e fala que sua mãe terminou faculdade de Pedagogia, mas não a exerce, e que o pai só tem o Ensino Fundamental. Ele disse que sempre passa por recuperação. Quando indagado sobre suas perspectivas futuras diz: “eu pretendo fazer alguma faculdade sobre eletrônica, alguma coisa assim, ainda estou procurando, não tenho certeza ainda.” (C.A.entrevista concedida em 09/04/15). E replica que as suas faltas é devido ao seu irmão que o atrasa e acaba perdendo o horário da escola.

Logo, apesar dos jovens não possuírem uma conduta em relação à frequência que revigore seus anseios futuros, eles demonstram susceptíveis a pensamentos promissores em relação à continuação dos estudos, talvez por serem questões difundidas no meio escolar e familiar, resultando na influência que favorece essa visão de graduar-se, embora, esses alunos faltosos ainda não consigam associar para si os benefícios que a sua presença poderia favorecer para a concretização dos seus sonhos.

Sob essa ótica, e trazendo a tona os questionamentos que impulsionam as decisões profissionais vêm à reflexão acerca das teorias inatistas que eram as mais aceitáveis no meio escolar, na qual preponderava a ideia de que as heranças culturais estão impregnadas nos indivíduos, gerando uma impossibilidade de desenvolvimento além do que já lhe é inato, assim ao nascer pobre o seu futuro seria morrer na mesma

condição. Dessa forma, filhos de pais com profissões humildes e sem escolarização, repetiriam o ciclo, ou filhos de domésticas seriam sempre domésticas e assim sucessivamente. Esses valores tendem a ser diminuídos nas nossas escolas, mas, de certa forma, ainda restam alguns vestígios, visto que, muitos alunos e suas famílias não conseguem enxergar para si possibilidades de mudanças, assim os alunos são enxertados de muitas indecisões e pretensões baseadas em desejos de famas rápidas como jogador de futebol.

Porém, partindo da ideia da estratificação educacional citada por Mont'Alvão (2011, apud SILVA, 2003) que se refere à relação entre as origens sociais e o alcance educacional dos estudantes, se compreende que quanto mais mobilidade social permitir uma sociedade, mais aberta e possivelmente democrática ela é. Dessa forma, um sistema escolar é mais aberto ou democrático quanto menor for a correlação entre a origem social do aluno e seu desempenho durante o processo escolar. Sobre a hipótese da meritocrática, o autor complementa que:

A educação seria o principal vetor de mobilidade social, permitindo que indivíduos, independentemente de sua origem socioeconômica, raça ou sexo, alcançassem melhores posições do que sua geração anterior (...). Quanto mais moderna e industrializada uma sociedade, mais oportunidades educacionais ela oferece, mais extensivo é o alcance do sistema e maiores as chances de um indivíduo ascender socialmente através das habilidades conquistadas por seu alcance educacional, e não mais por critérios de origens familiares e herança de status social. (MONT'ALVÃO, 2011 *apud* TREIMAN, 1970).

Um dos grandes desafios da escola é lidar com as diferentes perspectivas que os alunos têm em relação ao seu futuro, já que as relações sociais são fundamentais quando se referem a essas escolhas profissionais. Sob essa ótica, se os alunos projetam o futuro de maneira diferente, isso gera diferentes formas de se relacionarem com a escola. Sendo assim é a escola que deve estar preparada para esse desafio que é manter um aluno que, muitas vezes, não tem grande perspectiva em relação a ela. Isso naturalmente influenciará na visão que ele tem sobre a sua permanência nela. Se o aluno acha que dificilmente a escola projetará ao final um futuro para ele, podemos imaginar que isso pesará na decisão de faltar ou não.

Do ponto de vista de Rocha (2006):

A essência da cultura de uma escola é expressa pela maneira como ela promove o processo ensino-aprendizagem, a maneira como ela trata seus alunos, o grau de autonomia ou liberdade que existe em suas unidades e o grau de lealdade expresso por todos em relação à escola e

à educação. A cultura organizacional representa as percepções dos gestores, professores e funcionários da escola e reflete a mentalidade que predomina na organização (ROCHA, 2006, p.6).

Nessa perspectiva, compreende-se que o trabalho que a escola realiza pode repercutir positivamente nas soluções dos dilemas existentes no ambiente escolar, principalmente quando seus atores conseguem colocar em prática o princípio da equidade educacional que, segundo Brooke (2012) refere-se ao direito de todas as crianças, independentemente de suas características pessoais ou origens socioeconômicas, de ter o mesmo acesso à escola e de receber a mesma educação básica de qualidade. Assim, a escola deve primar pela inclusão do estudante, independentemente do seu status cultural, social ou econômico.

Sob outra ótica, essas questões que acabam por responsabilizar a escola pelo interesse do aluno em frequentá-la, nos leva a imaginar que são fatos que adentram na subjetividade dos alunos, visto que, a mesma escola pode despertar o interesse de diversos jovens, o que para outros podem não significar nada. Sobre essa questão de satisfação ou insatisfação, Cox (2007) ressalta que:

Partindo do fato de que a satisfação completa de todos os desejos é inatingível, Sartre conclui, de forma pessimista, que todos nós experimentamos constantemente desapontamentos. (COX, 2007, p.47).

Não queremos aqui defender que as escolas públicas são bem preparadas e que correspondem às melhores expectativas de seus alunos, mas que existe sim essa controvérsia no juízo que se faz das escolas, visto que as melhores estruturas, não evitam a infrequência.

Essas observações serão melhor visualizadas nas entrevistas com os alunos que respondem sempre que estão satisfeitos com a escola, embora sejam faltosos. Enfim, as razões da infrequência são dilemas complexos, subjetivos em que se interligam na luta da escola em responder às expectativas ilimitadas de alguns e o sentimento de outros recheado da esperança de mudança de vida e tem a escola como ponte.

Em relação à EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho, os professores entrevistados se mostram sensíveis a realizar um trabalho para deixar a escola mais atrativa para o aluno. Nesse sentido o professor J.C. acredita que o que dificulta as soluções para a infrequência é o fato de existir diferenças entre a cultura escolar e as diversas culturas que permeiam o seu espaço. Para minimizar com esses fatos o mesmo sugere:

Trazer aulas mais atrativas, nas minhas aulas de Educação Física, os alunos gostam, devido serem executadas através de atividades de movimento corporal, que naturalmente atrai os alunos. “(J.C. entrevista concedida em 08/04/15)”.

Quando interpelado sobre outras ações utilizadas para cativar a permanência do aluno, J.C. diz que ver o exemplo como primeiro ponto, e assim procura não faltar ao trabalho. Outro ponto é não seguir “rótulos” da secretaria (Estadual de Educação SEDUC), e assim, buscar estratégias que atendam à realidade do aluno. Ele destaca que “às vezes os alunos vêm com objetivos diferentes e que se chocam com os objetivos que a escola espera dele”. “(J.C. entrevista concedida em 08/04/15)”.

2.3 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLARIZAÇÃO DOS SEUS FILHOS

A família tem sido sempre apontada como elemento importante no acompanhamento escolar dos filhos, fato esse constatado nas palavras de Castro (2010, p.14), que frisa “podemos dizer que a relação entre escola e família está presente, de forma compulsória desde o momento em que a criança é matriculada no estabelecimento de ensino.” A autora relata que a presença da família na escola pode estar a serviço de diversas finalidades, tais como: o cumprimento do direito das famílias à informação sobre a educação dos filhos; o fortalecimento da gestão democrática da escola; o envolvimento da família nas condições de aprendizagem dos filhos; o estreitamento de laços entre comunidade e escola; o conhecimento da realidade do aluno; entre outras.

Muitas vezes, é atribuído aos familiares o desinteresse pela escolarização dos filhos, porém Lahire (2003, p.36) defende que “pais de meios populares podem não se interessar pela escolaridade de seus filhos, mas seria injusto pressupor indiferença.” Para o autor, o que pode acontecer é que esses pais não estejam em situação favorável para que possam participar de forma efetiva da escolaridade dos seus filhos, por problemas materiais, econômicos, profissionais e conjugais, bem como por falta de competências relacionadas ao seu papel de responsável como: autoridade e disciplina em relação ao filho, discernimento do que é direito e dever dele como representante legal do aluno, etc.

Entretanto, observa-se que, os pais responsáveis pelos alunos da EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho se apresentam envolvidos no ensino dos filhos, como se pode

constatar nas respostas dadas por eles no questionário contextual da prova Brasil, aplicada em 2011. Alguns dados foram sintetizados na Tabela 15.

Tabela 15- Questionário estudante de 9º ano Prova Brasil /2011

Perguntas	Proposições	Percentual de alunos	Quantidade de alunos (189)	Respostas válidas
Com que frequência seus pais ou responsáveis vão à reunião de pais?	Sempre ou quase sempre.	61 %	114 estudantes de 9º ano	186
	De vez em quando	37%	69 estudantes de 9º ano	
	Nunca ou quase nunca	2 %	4 estudantes de 9º ano	
Seus pais ou responsáveis incentivam você a estudar?	Sim.	97%	181 estudantes de 9º ano	186
	Não.	3%	5 estudantes de 9º ano	
Seus pais ou responsáveis incentivam você a fazer o dever de casa e os trabalhos da escola?	Sim.	95%	174 estudantes de 9º ano	184
	Não.	5%	10 estudantes de 9º ano	
Seus pais ou responsáveis incentivam você a ir à escola e não faltar às aulas?	Sim.	99%	184 estudantes de 9º ano	186
	Não.	1%	2 estudantes de 9º ano	

Fonte: Elaboração própria a partir de dado do portal QEdU, 2014.

Como podemos ver, na questão que aborda a presença dos pais em reuniões, segundo o relato dos alunos, verifica-se que os familiares que nunca comparecem possuem um percentual baixo. Além disso, os dados da tabela apresentam certa contribuição dos pais no acompanhamento das atividades escolares, como também em relação à frequência escolar de seus filhos. Esses fatores denotam a possibilidade desses responsáveis estarem dispostos a coparticiparem no trabalho educativo desses alunos, o

que resta à escola é saber aproveitar essa disposição para alcançar melhores resultados educacionais.

Essa percepção da família em valorizar a escola foi também percebida por Burgos (2009, p.53), em sua pesquisa:

Os responsáveis pedagógicos valorizam a educação escolar. Esta é a conclusão extraída a partir de perguntas que indagavam sobre a sua relação pessoal com a escola. (...) e 74,3% afirmam que, se pudessem, gostaria de estudar mais. E esse desejo tem sido, de algum modo, projetado sobre os filhos, evidência que se constata quando 89,5% dos responsáveis esperam que o estudante faça faculdade, o que pressupõe um projeto de longa escolarização.

No caso da EEFM Dona Clotilde S. Coelho, existe uma confiança das famílias, percebidos nas entrevistas tanto dos responsáveis como dos alunos, que é resultado do trabalho desenvolvido pela escola, e a divulgação disso pelos pais, faz com que a escola seja reconhecida como local bom para os filhos. Nesse ponto, ao entrevistar os familiares dos discentes desta escola a respeito dos motivos que os levaram a escolhê-la para matricular seu filho, entre muitas falas, está a mãe de K. (2º ano) que converge com o autor quando diz:

Tem escola perto da minha casa, mas quero que ela estude é aqui... Eu quero que ela termine que faça faculdade por isso venho todo dia com ela no ônibus (...). Eu sempre converso com ela, porque eu quero que ela estude, eu não tive estudo, nem oportunidade que ela tem hoje, quero que ela estude e se forme. (Entrevista concedida em 08/04/15 por M.R.).

Segundo Alves (2010), a estratificação escolar diz respeito à relação entre a origem social, os resultados escolares e também os mecanismos por meio dos quais esta relação é estabelecida. Então, no seu estudo, a autora desvela os diversos motivos que levam os pais a escolherem determinadas escolas e conclui:

Apontam para a importância de diversas características relacionadas à origem social no “jogo das escolhas”. Embora seja verdade que a grande maioria das famílias de classes populares faz escolhas ditas “tradicionais”, como, por exemplo, escolher a escola municipal mais próxima de casa, algumas famílias fazem determinadas escolhas por estabelecimentos escolares na busca de um diferencial de qualidade para os seus filhos, e estas têm efeitos significativos sobre a aprendizagem dos alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental. (ALVES, 2010, p. 463)

Essa decisão de escolher a escola prevendo melhorias educacionais para seus filhos pode ser verificada no relato de dona R, mãe de B. do 8ºano, ao afirmar que a sua filha estudava em escola privada e que se decidiu pela EEFM Dona Clotilde S. Clotilde,

visto que “todo mundo fala que aqui é bom, aqui é exemplar, tudo tem regras...” (Dona R. entrevista concedida em 08/04/15).

Nesse pressuposto, observa-se que as famílias estão mais próximas da escola e por isso estão atentas no tratamento que é dado à questão da infrequência nessa unidade escolar. Portanto, ao ser questionada acerca de suas ações para evitar que sua filha falte dona R explicitou:

Eu falo para ela direto, não pode perder aula... Como ela falou para mim, que perdeu uns assuntos de prova, quando foi fazer a prova estava perdida... Enquanto estiver no meu poder, tem que estudar se não quiser estudar vai morar com seu pai. Enquanto estiver comigo, todo dia tem que estar na escola. . (Dona R. entrevista concedida em 08/04/15).

Enfim, as escolhas que contemplam os estudantes dessa escola perpassam geralmente pela confiabilidade nos valores culturais e organizacionais oferecidos pela instituição, como disciplina, respeito ao tempo pedagógico, professores assíduos, boas práticas de ensino. Esses valores quando ausentes interferem na qualidade do que é aprendido, e por acreditarem na existência desses elementos na EEFM Dona Clotilde S. Coelho, as famílias demonstram ter maior participação na consecução da ação educativa.

Uma dessas ações cultivadas na escola é a ênfase na presença discente, a partir da ideia de que a escolarização é uma necessidade antiga e atual, e que essa decisão de manter os filhos na escola requer responsabilidades compartilhadas. Nesse pressuposto, Perrenoud (2000) nos faz refletir sobre essa questão ao questionar:

Por que a escola se tornou obrigatória? Ninguém pensaria em tornar obrigatória a respiração, já que todos precisam respirar espontaneamente. A escola se tornou obrigatória porque as crianças não tinham espontaneamente vontade de frequentá-la, nem os pais a necessidade de confiar seus filhos a ela. (PERRENOUD , 2000, p.110).

Entretanto, o autor confirma que se essa obrigação de frequentar a escola fosse hoje extinta, mesmo assim, os pais, em sua maioria, ainda se preocupariam em mandar seus filhos para a escola, pois eles acreditam que a escola tem “uma importância capital para o futuro das crianças” (Perrenoud, 2000 apud MONTADON, 1991, p.110).

Os pais têm demonstrado que a presença do seu filho na escola é importante para a sua formação intelectual e profissional, percebe-se nas suas falas quando dizem:

Eu me preocupo quando ele está doente e não vem para a escola. Eu acho importante não faltar para que no final do ano esteja tudo certo, eu faço de tudo para ele não faltar, como agora que ele está doente

compro remédio e me preocupo para que ele possa ficar logo bom e possa voltar a frequentar a escola. (E. entrevista concedida no dia 20/04/15).

Para esse pai que prima pela presença do seu filho na escola todos os dias, a única razão que pode atrapalhar a frequência é a doença. Do mesmo jeito pensa a mãe de M. do 3º ano do Ensino Médio:

A presença na escola é muito importante, porque se ele falta, falta matéria, falta disciplina e ele se perde, a falta é muito prejudicial, todos os dias eu fico: acorda, acorda tá na hora, eu só não posso acompanhar M. até aqui na escola, porque eu tenho que ir para o meu trabalho, mas eu faço de tudo para ele não faltar, só deixo M. ficar em casa quando está doente... A minha expectativa é que M. vá para a faculdade, ele quer Nutrição. (M.I. entrevista concedida em 07/04/2015).

Como também na entrevista concedida por M.E.:

É decisão dele não faltar, não que eu não cobre, mas ele não falta porque ele não quer e eu fico muito feliz dele não querer faltar... Todos os dias pergunto a E. , foi à escola meu filho, ele responde: sim mãe eu fui, e como eu estudo aqui à noite eu sempre me certifico como ele está na escola, pergunto sempre à agente se ele esteve mesmo presente e ela me confirma que sim. É isso que eu sempre passo para ele que a escola é muito importante, eu falo para meus filhos o meu exemplo que já era para eu ter terminado e hoje voltei para escola porque no passado não quis frequentar, priorizei o casamento, o trabalho e hoje estou arrependida. (M.E. entrevista concedida em 09/04/15.).

Isso ocorre devido a uma crença positiva na escolarização, como frisou Burgos (2009) quando diz que os pais acreditam que a escola pode ser muito importante para fazer com que seu filho chegue à faculdade como podemos ver no Quadro 7.

Quadro 7- Expectativas dos pais com a escola segundo Burgos (2009)

O que você acha que a escola pode fazer de mais importante pelo estudante?
-Fazer com que ele (a) possa chegar à faculdade. -Fazer com que ele (a) aprenda a ser um cidadão/cidadã. -Fazer com que ele vá mais longe do que eu nos estudos. -Ensiná-lo a ser uma pessoa trabalhadora. - Ensinar matemática e a ler e a escrever. . -De tudo um pouco. - Dar bolsas de instituições particulares para os mais inteligentes. - Não sabe.

Fonte: Elaboração própria.

Associado a esses argumentos está a fala do aluno F.C. do 3º ano cuja situação no cotidiano escolar se apresenta sem nenhum registro de faltas, ao dizer que:

Quando falto meus pais acham que eu tenho que dar justificativas. Não posso estar faltando sem motivos, meu tempo é agora (...). Eu tenho o exemplo do meu pai que não terminou os estudos e vejo o que ele passa. Minha mãe também só terminou o Ensino Médio e não conseguiu muita coisa (...). Eu pretendo ir para uma faculdade. (F.C. entrevista concedida em 10/04/15)

Em suas palavras, o aluno demonstra a preocupação em ir além da escolaridade dos pais, em cursar uma faculdade. Essa expectativa está em consonância com o que foi encontrado nos estudos de Burgos (2009) no que se refere à opinião dos pais conforme destacado no quadro 7. Assim, a família parece ainda deter uma forte representação na educabilidade dos seus filhos. Nesse panorama, os pais exercem certa influência frente aos seus filhos, tanto no aspecto das faltas, como no caminho a seguir após a educação básica. Esse esforço educativo dos pais em relação aos filhos é também percebido na fala da aluna S. do 3º ano, ela relata que:

Minha mãe não deixa faltar muito não. Ela diz “já faltou essa semana não falte mais não”. Eu não falto mais por causa dela. Meu pai deixa mais. Minha mãe é bem rígida nesse aspecto, ela é bem interessada na minha vida escolar. ...(entrevista concedida em 10/04/15 por S.).

Nesse contexto, Burgos (2009) confirma essa mudança de realidade em que os pais estão mais atuantes no contexto educacional dos filhos, e isso está difundido por famílias populares, que passam a assumir um papel dramaticamente importante na

educabilidade dos jovens. O autor relata que a opção mais votada pelos pais quando se refere à escolha da escola ter sido aquela que fala de uma escola "disciplinadora", no sentido de formar "estudantes mais respeitadores", é convergente com o entendimento de que a escola deve ser mais rígida no sentido tradicional do termo. Os responsáveis parecem inclinados a apostar em uma escola que deve ensinar e, ao mesmo tempo, educar.

Nesse sentido, a mãe de E. do 9º ano, com um histórico sem faltas no período, comenta: “Coloquei ele aqui por ter tido boas informações da escola, E. estudava antes na particular, sem condições de pagar, me informaram, que essa é uma escola boa, que nos avisam quando o aluno falta.” (entrevista concedida em 09/04/15 por M.E.).

Entretanto, é equivocado pensar que estamos diante de uma participação extrema da família e sem problemas. O que se percebe é que os pais auxiliam de alguma maneira os estudos dos seus filhos. As entrevistas em articulação com as fundamentações teóricas nos indicam que não existe uma ausência completa dos pais na vida escolar dos estudantes, mas a escola precisa bem mais dos familiares e essas expectativas são indicadas através de cobranças a esses responsáveis que em contrapartida não possuem capital escolar, isto é, são desprovidos de um legado educacional, fato esse que se pode constatar na Tabela 16 que retrata a realidade das turmas da escola.

Tabela 16- Escolaridade dos pais dos alunos do 2ª B da EEFM. Dona Clotilde S.

Coelho

Escolaridade	Números absolutos	Percentual
Ensino Médio Completo	6	17%
Ensino Fundamental Completo	5	14%
Ensino Fundamental Incompleto	12	33%
Não sabe responder	13	36%
TOTAL	36	100%

Fonte: Elaboração própria.

Vale ressaltar, que esses dados foram retirados das fichas biográficas respondidas pelos alunos do 2ª B. Dessa forma, devido aos pais não terem frequentado por muito tempo a escola, podemos inferir que não faz parte da sua cultura o incentivo da leitura e da escrita, chegando a repercutir negativamente também no acompanhamento das atividades escolares dos seus filhos. Castro (2010, p. 16) defende que a educação é algo coletivo, e isso pressupõe que a escola e os responsáveis são

indissociáveis na busca de soluções para a educação institucionalizada, e muitas famílias simplesmente não sabem ou não conseguem realizar esse acompanhamento com a disponibilidade e/ou competência que se espera delas. Nesse contexto, M. I. de trinta e oito anos de idade e que trabalha no setor de saúde municipal de Juazeiro do Norte, mãe de M. , quando interpelada sobre como vivencia e acompanha a rotina escolar do seu filho, argumenta:

Eu tento acompanhar a rotina escolar dele, embora o tempo seja pouco, mas o tempo que eu tenho, eu gosto de acompanhar, eu gosto de ver se está fazendo as tarefas, pergunto se tem trabalho, pergunto se tem exercício, eu gosto sempre de fazer isso, às vezes, eu falho em não tá presente na escola, eu acho uma falha minha, agora depois dele já adolescente, já rapaz, né? Eu já acompanhei ele muito, hoje em dia eu me sinto falha com isso, mas eu vou tentar pegar mais no pé dele ver se ele termina o terceiro ano bem... Para ver se faz um vestibular bom, fazer uma faculdade coisa que eu não tive oportunidade eu queria muito que ele tivesse... (M.I. entrevista concedida em 07/04/2015).

Na entrevista percebe-se que a mãe possui interesse na vida escolar do filho, embora sinta dificuldade nessa participação. Isso é percebido quando a mãe diz que pergunta “se tem trabalho, se tem exercício,” a mesma resume sua preocupação somente na pergunta, não demonstra vontade de ajudá-lo com os deveres de casa. Quer apenas acompanhar se ele está cumprindo com o seu dever. Do mesmo jeito, responde o senhor E. quando lhe é perguntado a mesma questão “Eu sempre pergunto como foi a escola para ele”. (E. entrevista concedida no dia 20/04/15).

Neste sentido, se faz necessário refletir sobre a educabilidade que é conceituada por Burgos (2012, p.16) como uma questão relacional entre escola e o mundo do aluno, assim, para ele, “nem é para ser colocado todo o peso na capacidade da escola de forjar na criança o aluno; nem na capacidade da família e da cidade de educar a criança para o jogo escolar”, devendo haver um equilíbrio entre escola e família nessa educabilidade.

Assim, com o intuito de uma maior participação da família na escola, muitos teóricos abordam a importância de se formar nas escolas Associação de Pais e Mestres. Referente a isso, Antunes (2014) diz que a presença de pais e representantes da comunidade não pode se restringir a eventos ou circunstâncias especiais. Nesse ponto, se nota a inexistência desse colegiado nas escolas da região, e quando existem não atuam como é esperado pela lei. Na EEFM Dona Clotilde S. Coelho, não existe associação de pais.

Por fim, conclui-se que as famílias possuem altas expectativas em relação ao futuro dos seus filhos. Por isso, os monitoram mais, embora sintam muitas dificuldades de realizar esse acompanhamento escolar e de ter uma participação mais ativa na escola, devido a problemas no seu contexto social, exigindo muito mais da responsividade escolar, imbuindo mais deveres às instituições e estas, por sua vez, não sabem lidar com o absenteísmo das famílias.

2.4 A ESCOLA E O TRABALHO/ESTÁGIO NO COTIDIANO DOS JOVENS ESTUDANTES

Para retratarmos a questão do trabalho remunerado dos discentes no nosso contexto, faz-se necessário rever os fatores extraescolares dos estudantes da EEFM Dona Clotilde S. Coelho, especialmente no que se refere à questão econômica, fato esse, que faz com que os alunos divaguem entre suas responsabilidades estudantis e o primeiro emprego, gerando dificuldades nas suas relações pessoais e de escolaridade, surgindo o empasse entre custo e benefício dessa prática que é comum nos grupos de alunos da escola pública. Dos 323 alunos matriculados do Ensino Médio diurno da escola, 52 (16%) relataram que exercem alguma atividade remunerada. Esses dados foram coletados através da ficha biográfica do Projeto Diretor de Turma, preenchida no início do ano letivo. A ficha registra atividades informais que retratam prestações de serviços realizadas pelos alunos e que por isso recebem pagamentos.

Sob essa ótica, Cunha (2013) acredita existir uma relação importante da família com as escolhas dos jovens nesse momento de suas vidas, assim argumenta:

Por estarem sujeitas a novas exigências culturais, pressionadas pela demanda de formação escolar, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho, seria de se esperar que as novas gerações estivessem desvinculadas das gerações de seus pais e avós, mas a realidade que se observa é bem diferente: os jovens continuam a recorrer às gerações anteriores e, mesmo que estas não disponham de elevado capital cultural, o ponto de encontro entre avós, pais e netos reside nos valores pragmáticos, na razão instrumental e na ética do trabalho intimamente associada a suas histórias de vida. (CUNHA, 2013, p.13.)

O cenário socioeconômico dos estudantes da EEFM. Dona Clotilde S. Coelho, os leva geralmente a trabalhar em empregos informais, levados, muitas vezes, pelos pais, como citado por Cunha (2013). Adendo a essa realidade está o pensamento de E. que ao ser perguntado se o seu filho do primeiro ano do ensino médio trabalha, ele disse:

Ele me ajuda na parte da tarde no hortifruti por isso que eu o coloquei de manha não é um trabalho puxado, é mais para ficar perto de mim. Ele contribui muito com a renda familiar, eu sempre digo para ele vamos trabalhar para pagarmos as nossas contas juntas, quer dizer a gente se une (...) não atrapalhar na escola, não, jamais porque ele vai lá só para pegar uma experiência de criança, não trabalha forte, é só para ele ver o tipo de coisas que eu faço ,quero ensinar a trabalhar, quero que ele ganhe experiência comigo que sou seu pai. (Sr. E.entrevista concedida no dia 20/04/15).

Ele trata como natural essa relação de trabalho, isso é algo muito comum no Brasil, acredita-se que a noção de que o trabalho disciplinaria os jovens, principalmente aqueles mais pobres. Porém, a escola pode ajudar os pais a entenderem que mesmo que seus filhos sejam de classes menos privilegiadas devem ter o cuidado de ponderar as atividades entre o emprego e a escolarização, não colocando o trabalho como sendo o fator essencial nessa etapa da vida dos jovens, visto que, dependendo dos seus ideais perpassados no grupo familiar, haverá sempre casos em que focar unicamente nos estudos será mais proveitoso para os futuros trabalhos dos jovens, e em outros casos, será também positivo a aliança entre emprego e escolarização, dependendo de como esses alunos consigam equilibrar esses dois intervenientes do seu progresso.

Dessa forma, pode-se inferir que a maioria dos empregos adquiridos pelos alunos da EEFM Dona Clotilde S. Coelho estão dentro da informalidade, principalmente os jovens do primeiro ano, tendo indícios de que eles trabalham em mercearias, borracharias, oficinas mecânicas e outros serviços dessa espécie. Geralmente, recebem no máximo um terço do salário mínimo, fato confessado nas entrevistas, porém os que fazem parte do Jovem Aprendiz são regidos pela CLT, art. 28, § 2º; Decreto nº 5.598/05, art. 17, parágrafo único, que diz que o aprendiz tem direito ao salário mínimo/hora, salvo condição mais favorável, fixado no contrato de aprendizagem ou previsto em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

Outro fato que é comum aos alunos desta escola, é que eles ajudam nas despesas domésticas da família. Os alunos entrevistados citam que essa participação se dá nas contas de água, luz, telefone (celulares) e internet. Outros vão mais além, dizendo que contribuem até mesmo no aluguel. Dentro dessa realidade está A. aluno do Ensino Médio que diz: “eu trabalho com meu pai, mas o meu dinheiro vai todo para minha mãe pagar as despesas. ´É que meu pai é separado da minha mãe...” (A. entrevista concedida em 09/04/15). Porém, tem também os que dizem que o seu

dinheiro é somente para seu usufruto. Essa tendência se confere na fala da aluna M.A. do primeiro ano do Ensino Médio, quando perguntado se ajuda nas despesas de casa, a aluna replica que “eu trabalho porque eu gosto. Um dinheirinho a mais não é ruim não; não contribuo com nada em casa...” (M. A., entrevista concedida em 09/04/15).

Na escola, um projeto que traz em suas metodologias a discussão acerca da importância do trabalho para a vida dos jovens alunos é o Jovem de Futuro. Ele aborda que, por falta de orientação, perspectiva de futuro e, em alguns casos, por necessidade, vários jovens abandonam a formação escolar básica, ingressando precocemente no mundo do trabalho, quase sempre em condições de subemprego, com prejuízos para seu desenvolvimento. Porém, nota-se, nos discursos dos entrevistados, tantos dos pais, como dos alunos, que os discentes conseguem conciliar o trabalho com a escola, como foi visto na fala anterior do Sr. E. e dos alunos: A. “eu não falto... O trabalho não atrapalha nos meus estudos.” (A., entrevista concedida em 11/04/15). Do mesmo jeito M. ao ser perguntada se o trabalho atrapalha no seu cotidiano escolar diz:

De jeito algum! Eu trabalho pela manhã e não me torno cansada. Eu chego às onze horas, e depois venho para a escola normalmente. Não me atrapalha em nada. Eu só falto quando estou doente. Minha mãe vem justificar... (M. entrevista concedida em 11/04/15).

No caso dos que trabalham e são faltosos estão J. e S., mas estes ressaltam que suas faltas são por motivos diferentes do trabalho. Permeados por essas ideias dizem; “eu trabalho com meu pai. É em casa mesmo. A gente vende água e eu faço as entregas... Meu pai briga muito quando eu falto, mas eu falto, às vezes, é porque eu gosto de viajar com o meu tio...” (J. entrevista concedida em 08/04/15). Já S. diz:

Eu faço parte do Jovem aprendiz e dá para conciliar com a escola... eu falto, às vezes, é devido ao final de semana ser muito cansativo. Faço muitas coisas que me deixam cansada... pode olhar as minhas faltas: é mais na segunda-feira. (S., entrevista concedida em 10/04/15).

Dessa forma, os alunos confirmam em seus relatos que o trabalho não é reconhecido como sendo causa de suas faltas. No que se refere à relação entre o trabalho e o nível de escolarização, Bassi (2012, p. 22) declara que “os trabalhadores com nível de educação mais elevado apresentam melhores condições no mercado de trabalho (salários mais altos, maiores índices de emprego, menor participação em

empregos informais)”. É essa ideia que faz com que os alunos sintam uma maior necessidade de estar presentes na escola para galgar melhores oportunidades, se apegando a conhecimentos que os levem às universidades e assim possam usufruir melhorias salariais.

Sobre essa temática, Nonato (2012, p.1) ressalta que “o mercado é relativamente tolerante em relação à formação técnica dos jovens que buscam o 1º emprego. Mas, não o é em relação às habilidades básicas – leitura escrita, cálculo – e a aspectos atitudinais”. O autor entende que a falta de conhecimentos técnicos dos jovens pode ser suprida por meio de treinamentos específicos oferecidos pelo próprio empregador, sendo para esse caso, o mercado de trabalho relativamente tolerante. Porém, esse mesmo mercado é muito exigente em relação a aspectos comportamentais e a habilidades cognitivas básicas.

Nesse pressuposto, a escola se coloca como elemento favorável ao jovem no desenvolvimento dessas habilidades cognitivas básicas, daí a importância da sua frequência e convivência no âmbito dessa instituição. Dessa forma, compreende-se que o conhecimento na escola deve ser a principal motivação do aluno, para que, a partir daí, ele possa avançar em busca de caminhos que o levem ao emprego de qualidade.

Dentro desse contexto, o governo federal tem oferecido cursos profissionalizantes técnicos de nível médio de forma integrada ou concomitante. (Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004). No caso das escolas regulares como a EEFM Dona Clotilde S. Coelho, elas se enquadram na concomitante, com adesão ao programa PRONATEC, cursos nos quais os jovens aprendem um ofício para desenvolver suas habilidades que servirão na sua inserção ao mundo do trabalho.

Neste sentido, a questão do trabalho e a escola vista por esse parâmetro é algo positivo na vida dos estudantes. Porém, alguns autores indicam o trabalho desses jovens como sendo uma das causas para a evasão e a infrequência discente. Isso é explicitado por Bissoli e Rodrigues (2007, p.6):

Algumas destas causas são fixas, portanto, crônicas. Segundo Pinto (1982) outras causas vão surgindo com o correr do tempo e as transformações criam oportunidades para que elas se transformem em um sério problema para toda a sociedade, tais como: 1º) cansaço natural dos alunos, após um dia de trabalho, impedindo frequência regular e atenção às aulas;

As autoras estão se referindo aos alunos do turno noturno que se enquadram bem nesse perfil, de infrequentes e, conseqüentemente, de propensos à evasão devido ao trabalho. Entretanto, os entrevistados na EEFM Dona Clotilde S. Coelho estudam de manhã e trabalham à tarde e os que estudam à tarde trabalham pela manhã, assim, eles não indicaram o trabalho como motivo que os leva a faltar. Isso talvez seja uma característica mais acentuada no turno noturno que é o horário em que se concentram os de idade mais adulta e, por isso, com uma maior necessidade de desenvolverem atividades remuneradas para seu sustento.

Por fim, se constatou que os motivos que levam os alunos, nesse momento de suas vidas, em que estão em vistas de concluir a última etapa da educação básica, ao trabalho são: necessidade de geração de rendas; desejo de consumo (vimos na fala de M.A.), necessidade de aumentar a renda familiar (fala de A.). Conclui-se também que segundo os alunos entrevistados, o fato de estudar e trabalhar não traz prejuízos a eles em sua permanência na escola. No caso das faltas mensais desses alunos são em decorrência de outros motivos. Conhecer melhor os motivos que levam os alunos a permanecerem na escola e buscar estratégias para sua permanência na escola, faz parte do trabalho do gestor, por isso, é importante uma análise dos preceitos da gestão em vistas do resgate desse aluno para a sala de aula.

2.5 PRECEITOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUAS IMPLICAÇÕES COM A LIDERANÇA DA ESCOLA COM VISTAS AO SUCESSO DO EDUCANDO

O gestor educacional é apontado nos dias de hoje como possuidor de forte influência na consecução dos resultados educacionais esperados pela escola, essa responsabilização traz consigo a ideia de que os gestores, por estarem mais próximos do processo ensino-aprendizagem, são os que deverão responder por resultados promissores na educação. Nessa perspectiva, entende-se que para uma prática gestora para resultados eficientes e eficazes, as ações devem estar pautadas no princípio da gestão democrática que é definida por Souza (2004, p.17):

A gestão democrática parte do princípio de que todos os atores devem conhecer os princípios de gestão e interferir nos processos decisórios da escola. Pressupõe, também, a participação coletiva nas ações que objetivam garantir o alcance das grandes metas definidas pela escola.

Dessa forma, a gestão democrática é um caminho no qual todos os atores educacionais precisam convergir, revestindo-se de características que são peculiares a

um líder democrático como abertura às participações, estímulo à discussão e às deliberações coletivas, acolhimento positivo às críticas, utilização de forma transparente dos recursos financeiros. Vale ressaltar que na contramão dos líderes democráticos estão os autoritários que convivem com atitudes personalistas, e que em muitos momentos de decisões importantes para a escola se utilizam da discricionariedade. Isso nos remete ao quanto é difícil a prática da gestão participativa e democrática para resultados com qualidade nas escolas públicas que, em sua maioria, são repletas de ativismos, nas quais as diretoras vivem de apagar incêndios e a prática da gestão democrática se distancia da realidade vivida nas escolas.

Dessa forma, Polon (2009) realizou um estudo em que aborda a atuação dos gestores em busca dos resultados de qualidade para o ensino do nosso país. Esse estudo concluiu que, apesar das diferenças entre as escolas, o perfil do gestor eficaz é comum entre as instituições que produzem resultados satisfatórios. Os perfis são descritos no Quadro 8.

Quadro 8- Perfis de liderança segundo Polon (2009)

Organizacional	Que indica a forte correlação entre tarefas realizadas com o intuito de dar um suporte ao trabalho do professor em suas necessidades cotidianas, ou controlar resultados através da produção de mapas, planilhas, ou outros.
Pedagógica	Está ligada à atividade de orientação e acompanhamento do planejamento escolar;
Relacional	Que indicam forte correlação entre tarefas associadas à presença no cotidiano escolar, com prioridade para o atendimento de alunos, pais e professores.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do texto da autora.

A autora concluiu, em sua pesquisa, que as escolas que apresentam maior proficiência são aquelas que têm como característica principal a presença de liderança de diretores ou equipe de gestores voltados para o perfil pedagógico e que as escolas que apresentam menor proficiência praticamente não fazem uso desse perfil de gestão e acabam se ocupando com outras práticas também importantes, mas que não entram muito nas discussões pedagógicas. É importante que haja um equilíbrio entre os três aspectos: administrativo organizacional, relacional e pedagógico, porém, muitas vezes, os gestores se envolvem demais na administração da escola e acabam deixando o pedagógico nas mãos de terceiros.

No entanto, há os gestores que possuem esse perfil pedagógico e que são atuantes no campo da reflexão e da ação curricular como também revelam as disputas político-ideológicas em torno do quê e como ensinar, sobre o quê e como avaliar, por fim, o que fazer com os alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem.

Por outro lado, existem muitos gestores que se distanciam do processo ensino-aprendizagem e não colocam o discente como foco do seu trabalho, não procuram saber quais as suas dificuldades e anseios. Diante dessa dinâmica existente nas escolas é que se percebe o valor da presença discente como parte do trabalho desse gestor que é pedagogicamente motivado para agir na consecução de uma aprendizagem de sucesso. Sob esse ponto de vista de Paro (2000) acredita que é extremamente importante conhecer os fatos e relações que se dão no cotidiano da escola, e como isso repercute em seus alunos, se se pretende estudar formas de melhorar seu desempenho enquanto gestor e assim propor políticas que reorientem suas ações. Com isso expõe:

Isso exige investigar a anatomia das práticas pedagógicas e das demais relações sociais que acontecem no dia-a-dia da escola, de modo a compreender seus problemas, considerar suas virtudes e avaliar suas potencialidades. Ao mesmo tempo é preciso conhecer a opinião dos atores (professores, alunos, pais, direção, demais funcionários), seus interesses e expectativas, sua visão da educação e dos problemas a ela correlatos, bem como os determinantes de suas posturas e sua disposição para aderir a novas propostas. (PARO, 2000. p.32)

Nesse pressuposto, o autor nos convida a olhar para a prática cotidiana na escola, sobre os problemas existentes e os sintomas que demandam atenção, e assim, buscar junto aos atores educacionais possíveis soluções. Dessa forma, procurando conhecer a opinião dos professores acerca da infrequência na EEFM Dona Clotilde Saraiva, expomos as palavras de J.C. ao responder sobre que ações ele consegue perceber dentro da escola que possua o objetivo de minimizar a infrequência discente?

Essa é a primeira escola que trabalho em que procura envolver os professores para que tragam ações para minimizar a infrequência, observo que há o envolvimento da diretora, das coordenadoras, da secretaria, realizando ações para que os alunos não falem. (J.C. entrevista concedida em 08/04/15).

Já I. B. aponta para as ações que dizem respeito ao envolvimento dos professores no resgate dos alunos faltosos:

Eu vejo nos projetos interdisciplinares uma forma de cativar os alunos na escola, como por exemplo, o de esporte, gincanas, que envolvem os discentes, como também, no projeto que existe na escola para o

resgate dos infrequentes, e os que envolvem os DTs. Eu também procuro conversar com os alunos, com os seus pais, e assim acho importante ter essa atenção com eles e buscar saber os motivos que tenha levado os mesmos a faltar e diminuído o seu interesse. No meu caso há uma facilidade porque sou professora de Língua Portuguesa e possuo um horário maior dentro da sala de aula e por isso fica mais fácil observar os alunos mais faltosos. Eu procuro resgatá-los com a ajuda dos colegas professores das outras disciplinas e com o núcleo gestor, porque sozinha é mais difícil, em equipe a gente encontra mais resultados. (I.B. entrevista concedida em 05/06/15.)

Sobre essa mesma questão, o professor V. diz: “tem sempre reunião com os pais, a direção sempre procura detectar os faltosos e toma providências.” (Entrevista concedida por V. em 10/04/15). E por fim, J.D. relata:

A escola tem uma chamada geral, única e é passada cotidianamente em sala, ela consegue nos dá um diagnóstico geral daqueles alunos que deixam de frequentar a escola e assim que isso é percebido a direção chama esses alunos para compreender os motivos das faltas e tenta corrigir de alguma forma esse problema. (J.D. entrevista concedida em 07/04/15).

Assim, se percebe, por meio desses fragmentos, que a visão do gestor é importante na organização da aprendizagem dos alunos e isso repercute no cotidiano da escola e é compactuada com os seus atores educacionais.

Então, entende-se que as funções dos atuais gestores das escolas públicas são a pedagógica, a burocrática, a administrativa e a financeira. Associada a tais funções existe a mediação de conflitos que possam existir na comunidade escolar, a necessidade de atualização constante e de ser uma figura mediadora entre o sistema educacional a qual a escola está inserida e a equipe pedagógica da instituição, além de sempre se preocupar com o aluno e sua aprendizagem na escola.

Por fim, alguns dos grandes desafios a serem enfrentados são as muitas habilidades que o gestor deve ter para que todas as suas funções sejam realizadas com sucesso tais como: saber se orientar pelos resultados esperados pelo sistema para a sua escola, ter uma visão sistêmica, compartilhar conhecimentos e informações, ser um líder de sua equipe, gerir as pessoas, ter competência técnica e que tenha também, um comportamento inovador. Além disso, é preciso que ele saiba exercer sua autonomia administrativa e pedagógica em busca de uma prática coerente com a gestão democrática para resultados, perpassando também pela sua capacidade de gerenciar pessoas e assim elevar a participação dos Conselhos Escolares, Conselho

Tutelar, segmentos esses que precisam ser mais atuantes nas escolas, inclusive na EEFM. Dona Clotilde S. Coelho.

2.6 O RETRATO DE OUTRAS EXPERIÊNCIAS REGIONAIS ACERCA DA PERMANÊNCIA DO ALUNO NA ESCOLA

As escolas públicas estaduais inseridas na 19ª Crede possuem características distintas como número de matrículas e estruturas físicas diferenciadas, além disso estão localizadas em regiões mais vulneráveis do que outras, porém a questão da infrequência discente é um dado comum entre elas.

Em decorrência dessa concepção, buscamos conhecer quatro dessas instituições, e o ponto de vista dos gestores acerca da infrequência discente diária. A escolha dessas escolas foi por pertencerem à rede estadual de ensino como a EEFM Dona Clotilde; além disso, possuem características semelhantes como: mesmas modalidades de ensino, serem urbanas, situadas no mesmo município, mesmos projetos federais e estaduais. Quanto à quantidade de alunos matriculados nas 4 escolas em 2015, a tabela 17 apresenta tais números.

Tabela 17- Matrículas iniciais de 2015 referente às escolas pesquisadas

ESCOLAS	MATRÍCULAS 2015
EEFM. Dona Maria Amélia Bezerra	1540
EEFM. Tiradentes	785
CERE	1040
EEM. Figueiredo	830

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados apresentados nas entrevistas concedidas pelos gestores

A primeira escola é a EEFM Dona Maria Amélia Bezerra que fica próxima à EEFM. Dona Clotilde Saraiva Coelho. A diretora P. relatou que a infrequência no turno diurno é recorrente e que para combatê-la se utiliza da estratégia de realizar diariamente a chamada e quando detectada a ausência por um longo período são tomadas as providências. Nas referidas chamadas o que chama a atenção é uma sala de primeiro ano do turno diurno com mais de quinze alunos com faltas que ultrapassam cinco no mês de fevereiro.

A segunda escola é conhecida como o Centro de Referência Almirante Ernane Vitorino Aboim Silva- CERE, a diretora fez a observação que no turno matutino esse

problema de infrequência é menor sendo mais gritante no turno vespertino. A gestora confessou até que tem uma sala de primeiro ano do Ensino Médio prestes a ser reordenada para outras turmas devido a pouca frequência dos estudantes. Dessa forma, ao ser perguntada se ela possui alguma estratégia que identifique quantos alunos faltam no turno, ela disse:

O núcleo gestor não tem um controle sistemático. Fica mais para o Diretor de Turma. Porém, quando ele não dá conta de resolver o caso, o Diretor de Turma traz até a direção o problema. Já houve caso da gente mandar até um moto táxi na casa do aluno. Aí os pais entram em contato, mas acontece das vezes da gente não conseguir, e assim é um caso de abandono mesmo. (Diretora L. entrevista concedida em 05/05/2015).

Essa alusão ao Diretor de Turma como sendo um dos projetos para minimizar a infrequência discente fez com que tivéssemos o interesse de entrevista V. que ocupa esse cargo de Diretora de Turma nessa escola, ela falou acerca de suas estratégias:

Eu criei um sistema de parceria em que se formam duplas em que cada um é responsável pelo colega para pegar o número do telefone, se tiver whatsapp, facebook e aí através destas redes sociais, eles se comunicam, perguntam porque o colega faltou, em todas as aulas eu fico cobrando da dupla, eu acho que isso é muito positivo, além disso, fazemos ligações para os pais... sempre estou cobrando quando faltam e no dia que aparecem eu pergunto porque estão faltando. (Professora V. entrevista concedida em 05/05/2015).

Para a professora os dias mais críticos são as segundas e a sextas, os outros dias os alunos faltam, mas os motivos são doenças, trabalho e problemas com o transporte escolar. Como Diretora de Turma ela tem observado que o que atrai os alunos na escola, é a questão das amizades, visto que, é de sua opinião que os alunos, muitas vezes, vivem em situações difíceis e por isso não possuem muitos amigos, mas na escola ele consegue se envolver com boas amizades e por isso eles preferem estar na escola a estar em casa. A professora defende que em uma sala que tem um grupo bom de amigos a infrequência é menor, e quando a turma é dispersa a infrequência é maior. Embora, esse relato não seja estritamente educacional, percebe que auxilia de qualquer forma na permanência do aluno na escola.

A terceira escola é a EEFM. Tiradentes, sua estrutura física é pequena, mas possui uma quadra de esportes no padrão do Ministério da Educação. A diretora é de opinião de que os dias que mais os alunos faltam são as segundas e a sextas, como também os dias próximo aos feriados. Outra observação que ela faz é que a

frequência na escola que é gestora está atrelada ao que é oferecida no lanche, ela diz que os alunos observam o cardápio e frequentam mais nos dias em que gostam do que é servido na merenda. Quando interpelada sobre o que faz para minimizar a infrequência, ela diz:

Esse é um tópico que nos tem preocupado muito dentro da escola e por isso a gente passa a ter uma parceria com o Diretor de Turma, a gente faz o acompanhamento diário, encaminhamos recados, telefonemas, a gente faz o levantamento e coloca para os pais ficarem conscientes, a gente faz isso para que não haja evasão na escola, eles assinam esses acompanhamentos pedagógicos, e quando não resolvem, a gente faz uma ocorrência mais grave, nosso medo é que essas infrequências gerem casos de evasão na escola. (L. P. entrevista concedida em 07/05/2015).

Assim, para essa escola é também o Projeto Diretor de Turma que mais tem dado suporte para a resolução desse dilema que é a infrequência.

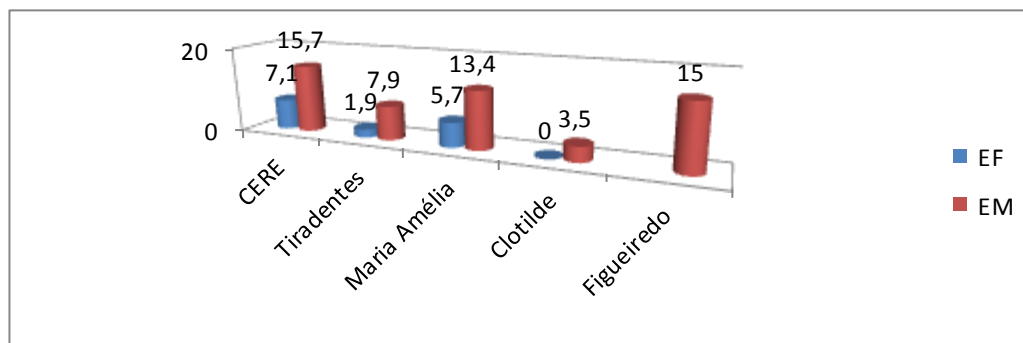
A quarta escola, Figueiredo Correia é de pequeno porte. Para a coordenadora pedagógica E., em função de o bairro ser violento, existe um preconceito em relação ao contexto social da escola, fazendo com que os alunos dos seus arredores procurem outras instituições para estudar, embora seja fato também que para ela esse quadro vem mudando com a nova gestão. Quanto à infrequência relata que:

Acho que toda escola tem batido nessa tecla sobre infrequência, procurando soluções, o projeto Diretor de Turma tem ajudado bastante ... A gente tem uma frequência que passa no final do turno, a gente sempre acompanha e contabiliza, mês a mês, essas quantidades de faltas, abre o sistema e a gente mostra e conscientiza a quantidade que ele tem por direito, o ano passado a gente fez isso e conseguimos reverter vários casos de infrequência. O caso da noite é o mais gritante... (E., entrevista concedida em 07/05/15).

A coordenadora percebe que o que leva muitos dos alunos a faltar é a questão da desmotivação, para ela os pais que são analfabetos não contribuem para mandar os filhos para a escola, pois preferem que eles se dediquem logo a um emprego, por acreditar que ter um trabalho é melhor que ir para a escola. Eles não conseguem enxergar que a escola é uma ponte para um futuro promissor. Ela Completa: “para eles é melhor trabalhar porque tem uma coisa rápida garantida do que ainda estudar para se formar, ter uma profissão, nosso caso basicamente é isso, eles não têm um acompanhamento familiar direcionado”.

Nessa perspectiva, muitos desses atores foram unânimes em acreditar que as infreqüências geram abandono, assim o quadro de abandono dessas escolas tem o seguinte formato, conforme mostra a Figura 6.

Figura 6- Abandono/2013 das escolas pesquisadas



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de MERITT e FUNDAÇÃO LEMANN, 2014.

O gráfico nos mostra que o CERE tem uma maior incidência em abandono tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, seguido da EEM. Figueiredo Correia (no Ensino Médio, pois a escola deixou de ter Ensino Fundamental) e EEFM Dona Maria Amélia ficando em melhor situação as escolas EEFM Dona Clotilde e o Tiradentes.

Entre outros resultados que valem ser ressaltados para nível de comparação e conhecimentos da realidade destas instituições estão os resultados do Ideb e o resultado do Enem em Linguagem e Código e Matemática, como também a participação dos alunos nesse exame:

Tabela 18- Resultados externos das escolas pesquisadas

Escolas	Ideb/2013	Enem /2013		
		Linguagem e Código	Taxa de participação	Matemática
CERE	4,1	463	79%	466
Maria Amélia	4,1	441	68%	453
Tiradentes	4,8	467	85%	488
Clotilde	4,4	448	80%	461
Figueiredo	--	427	58%	444

Fonte: MERITT e FUNDAÇÃO LEMANN, 2014.

Na Tabela 18, observa-se que a escola Tiradentes se destaca entre as demais tanto no Ensino Fundamental, através do Ideb como no Ensino Médio, observado através do Enem.

Conclui-se que o vício da infrequência está presente em todas as escolas pesquisadas, e com o agravante de que essa ausência do aluno tem se configurado em evasão, não sendo diferente em outras regiões do Brasil, fato registrado também por Burgos (2014), que fala do caso do menino Alan que foi detectado como um caso de evasão escolar, assim, vem a tona o tema responsabilização social como uma das causas das circunstâncias que levaram ao assassinato do menino no Estado do Rio de Janeiro, sobre esse caso, diz:

O menino, segundo sua mãe, era analfabeto funcional, embora cursasse um programa de correção de fluxo e estivesse no quinto ano do Ensino Fundamental. Ele dizia a ela ir à escola todos os dias, mas foi reprovado por faltas. Emiliane, ao que tudo indica, não tinha condições de acompanhar a vida escolar do filho; “ele fingia ir à escola e ela fingia que acreditava.” (BURGOS, 2014, p. 257).

Nesse caso, como em muitos outros, se pode apontar como uma falha dessa responsabilização da presença do aluno, tanto da escola como da família, sobre isso a diretora do CERE, L. expõe que ao não assumir essa responsabilização pela presença do aluno, o diretor infringe o princípio da igualdade, porque para ela todos devem estar na escola, e se um não está é porque esse direito está sendo negado a ele, e completa:

É uma questão de justiça. O aluno pode muito bem faltar muito se não tiver o controle da escola e ele pode até ultrapassar a carga horária mínima, então que importância teria a lei, no sentido de ser desrespeitada, a meu ver não procurar os alunos infrequentes é um descaso à legislação. (Diretora L. entrevista concedida em 05/05/2015).

Por fim, a infrequência discente está embutida na problemática da aprendizagem das escolas, porém, nota-se o envolvimento dos gestores em busca de soluções para minimizá-la, tendo como aporte o Projeto Diretor de Turma em consonância com as famílias, assim se nota uma ambígua mistura entre problema e solução para a infrequência discente que acaba por manifestar-se nas atitudes e nas relações do cotidiano das escolas, sem ocultar o caráter difuso e complexo que acarreta o referido tema.

3 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – PAE - IMPLEMENTAÇÃO DE UMA CULTURA QUE REVIGORE A PERMANÊNCIA DO DISCENTE NA ESCOLA

Nos capítulos anteriores, muito se falou da importância da escolarização e da vivência na escola, tendo como premissa que durante o período que o aluno passa na escola ele tem a chance de conhecer suas potencialidades e testar seus limites, como também, a oportunidade para viver sentimentos de vitória e derrota. Ribeiro (2010) defende que a escola é o mais legítimo espaço na sociedade atual para realizar a educação das crianças e adolescentes e que ela terá de se transformar para assumir esse papel: a de ser, não apenas, o lugar da escolarização, mas, sobretudo o da elaboração humana. Então, é preciso que se busquem estratégias para que o aluno permaneça na escola.

Nessa perspectiva, pretende-se com este plano dar respostas aos dilemas encontrados nos capítulos I e II sobre o tema infrequência discente. Sendo que, torna-se importante frisar que essas respostas servem tanto para a escola estudada como também para realidades similares. Dessa forma, vale ressaltar que a infrequência já vem sendo vista como importante fator para a consecução do direito à educação isto está claro nas leis LDB, PNE Lei n.º 13.85(CEARÁ, 2006) e que adendos a essas leis estão às políticas públicas, os projetos e programas instituídos pelos órgãos federais, estaduais, como também os executados pela escola. São eles: O Programa Aprender para Valer, Jovens de Futuro, PROEMI, Mais Educação, Diretor de Turma, Projeto de infrequência da escola, PPP, Regimento escolar.

No capítulo II, buscou-se responder os questionamentos sugeridos com as entrevistas realizadas no capítulo I, como também desvendar os entraves advindos com o paradoxo da presença e ausência discente no campo educacional. Detectou-se, então, que algumas causas da infrequência discente têm diversas vertentes dependendo do ponto de vista da análise. Assim, pelo prisma dos professores e diretores, a questão tende para fatores como: desinteresse do aluno, trabalho, ausência da família, merenda escolar, os alunos e a utilização dos equipamentos eletrônicos, doenças, gestores pragmáticos, aulas diferenciadas, as diversidades culturais. Nesse interim, encontram-se também as questões intraescolares como a falta de interação entre alunos e professores, aulas desmotivadas, preconceitos, bullying, dentre outras. Entretanto, percebe-se que essas causas são concorrentes e não exclusivas, ou seja, a infrequência discente se verifica em razão da somatória de vários fatores e não

necessariamente de um especificamente, porém este trabalho destacou os fatores mais relevantes encontrados na pesquisa de campo. Enfim, a escola é vista como sem atrativos para os alunos e a família, com indícios de fragilidades na atuação dos colegiados e desuso do Conselho Tutelar (os gestores ameaçam acioná-lo, mas não realizam as ameaças) como parceiro na aplicabilidade da lei.

Sob essa ótica, se expõe o que se percebeu nessa análise que servirá como subsídio para a proposta das ações: (i) Ênfase centrada no binômio escola/família; (ii) a infrequência discente pode ocasionar evasão, progressão parcial e reprovação; (iii) existem diferenças entre a cultura institucional da escolar e as diversas culturas que permeiam o seu espaço (iv) a motivação/desmotivação dos alunos e a compreensão da sua subjetividade; (v) a percepção de que a família em sua maioria se preocupa com a escolarização dos filhos, porém há uma minoria que não possui condições (econômicas, culturais) para esse acompanhamento; (vi) a importância de revigorar a gestão democrática que leve ao envolvimento da família e dos colegiados, como também de outro órgão que pode ajudar na questão da infrequência e que pouco foi citado: o Conselho Tutelar.

Essas reflexões nos levam a propor o Plano de Ação Educacional - PAE com o intuito de revitalizar os programas e projetos existentes no monitoramento da infrequência e promover uma reeducação que tenha em vista minimizar a infrequência e que promova um processo de valorização crescente da presença discente na escola, tendo em vista a possibilidade de se gerar uma significação maior na vida do estudante, através da disseminação de uma cultura da presença que perpassa por todos os atores educacionais e mobilize a comunidade como um todo, fazendo com que facilite o diagnóstico antecipado dos infrequentes e agilize sua superação.

O Plano de Ação Educacional (PAE) surge como um instrumento que poderá nos possibilitar um redimensionamento dos paradigmas existentes sobre a infrequência discente tendo por base o resgate desse aluno, e estratégias que o faça permanecer na escola, tendo também, ênfase na presença estudantil como um valor fundamental para ele, a família, a escola e a sociedade.

Assim, pretende-se ter a escola EEFM Dona Clotilde S. Coelho como um laboratório em que serão realizadas ações que visem a construir uma nova cultura, um novo ethos da presença discente na escola. Nesse sentido, Senger (2009, p.40), defende que “uma organização que aprende é um lugar em que as pessoas descobrem continuamente como criam sua realidade. E como podem mudá-la”. É

proposição desse PAE também que, após a avaliação de sua implementação nessa escola pesquisada, possa então, ser estendido às demais escolas estaduais da 19ª CREDE.

Dessa forma, este PAE tem a intenção de potencializar a permanência do aluno na escola, sabendo que toda mudança demanda tempo para ser eficaz, principalmente, quando já se estão enraizados na cultura da comunidade pensamentos que mitificam a escola, como: a aprovação é automática, não há reprovação, o importante é só o certificado, a escolarização por si só não garante o emprego, dentre outros. Essa radicalização afeta a conquista de uma consciência popular sobre a importância da presença diária na escola.

Compreende-se, então, que a superação destes aspectos ocorre por uma posição dialogal mediante colaboração, união, organização e do resgate cultural da forma de pensar, procurando reverter essa ideia, à medida que defendemos a presença diária na escola, e rejeita-se o modelo excludente da ausência.

Então, para os gestores, este PAE, deve servir para identificar as práticas que contribuem para a presença do discente na instituição, como também, os percalços da infrequência, suas soluções e sua aplicabilidade na escola. Para os professores, um diálogo sobre os motivos contemporâneos que retiram os jovens da sala de aula. Para os pais, um olhar de cumplicidade na construção de uma melhor educabilidade para seu filho. Para a sociedade, em geral, que se leve a uma discussão sobre a invisibilidade da infrequência, no descaso e descumprimento da lei, no esvaziamento dos objetivos da escolarização, e a importância disso tudo na perspectiva de um futuro melhor para a sociedade.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que as proposições explicitadas neste PAE, foram construídas a partir da premissa da visão compartilhada e assim foram ouvidos os envolvidos com a intenção de uma reorganização coletiva da escola. Por isso, foi de fundamental importância a adesão do núcleo gestor, da família, dos professores e dos alunos, como também de parceiros externos como o Conselho Tutelar de Juazeiro do Norte.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que a divulgação dessa proposta será através de assembleia com a comunidade, como também serão utilizados elementos como: panfletos, banners, e a rádio local.

Quadro 9- Aspectos a serem melhorados e proposições para a permanência do aluno na escola

ASPECTOS A SEREM MELHORADOS	PROPOSIÇÕES
Desmotivação dos alunos para frequentarem a escola.	Realizar um seminário com todos os segmentos da escola para divulgação do PAE, com o intuito de expor o embasamento do plano, as propostas, os resultados esperados, facultando a palavra para que todos opinem e participem da sua execução. Construir com os alunos fóruns bimestrais tendo como base temas de interesse sugeridos por eles. Procurar, nesse momento, definir com os estudantes como revitalizar a rádio da escola, com o propósito de tornar o recreio mais interativo e estimulante para os jovens.
	Desenvolver junto aos alunos do 1º ano do Ensino Médio o seu projeto de vida.
	Socializar com os estudantes os resultados externos da escola, o SPAECE (quantos atingiram a meta para ganhar computadores), ENEM (quantos conseguiram a nota que permite o acesso à universidade) como força para o incentivo ao seu progresso.
A frequência discente e seus intervenientes a evasão, a progressão parcial e a reprovação.	Potencializar o Projeto da infrequência existente na escola em busca de uma permanência que dê suporte para minimizar os problemas da infrequência.
Maior interação entre a escola e a família.	Realizar um chá cultural onde os pais são convidados para que, de forma descontraída, participem de oficinas de artes manuais, de informática (ou outras definidas a partir do interesse deles), como também de fóruns que debatam sobre temas que suscitem a importância da escolarização na vida dos seus filhos, como também que versem sobre: a utilização de mídias poder da família (antes conhecido como pátrio poder). Convidar a família para os festejos que acontecem na escola, como dia das mães/pais, São João, conclusão das etapas escolares dos seus filhos etc.
Respeito às diferentes culturas existentes na escola.	Trabalhar projetos que desenvolvam o senso de solidariedade e justiça nos alunos como o projeto Paz na Escola para que através dele possa criar um espírito de pertencimento pela escola, de paz e de boa convivência, como também, o projeto consciência negra que luta contra os preconceitos e as discriminações, étnicas e sociais.
Revigorar a gestão democrática e os colegiados no trabalho de resgate dos infrequentes.	Planejar estratégias para o monitoramento dos alunos faltosos conjuntamente com o grêmio estudantil e o Conselho Escolar.
	Buscar parceria com o Conselho Tutelar, através de reivindicação de um projeto em que demonstre sua participação efetiva na escola.

Fonte: Elaboração própria.

Esse intento em buscar possibilidades para minimizar a infrequência discente vem imbuído de vários desafios para os atores educacionais que fazem parte

da EEFM Dona Clotilde Saraiva Coelho. Assim, agregada a esta proposta, está o sentido que a fez surgir, como também o responsável pelas atividades, o seu custo financeiro, o tempo que irá acontecer e, principalmente, se de alguma forma haverá um *feedback* entre a execução das ações e seus resultados. Com esse intuito, o quadro 10 tem como função de nortear a operacionalidade deste PAE.

Quadro 10- Síntese das ações a serem desenvolvidas durante a execução do Plano de Ação Educacional- PAE.

AÇÃO	JUSTIFICATIVA	QUEM	QUANDO	ONDE	CARGA HORÁRIA	CUSTO	Monitoramento/ avaliação	QUANDO
Realizar um seminário com todos os segmentos da escola para divulgação do PAE, com o intuito de expor o embasamento do plano, as propostas, os resultados esperados, facultando a palavra para que todos opinem e participem da sua execução. E a partir daí construir juntos com os alunos fóruns bimestrais tendo como base temas de interesses descritos por eles. Procurar nesse momento definir com os estudantes como revitalizar a rádio da escola, com o	Com o objetivo de fazer evoluir, no âmbito da escola, a participação de todos da comunidade na cultura da presença discente, e que tenha por resultados o ato de delegar poderes, atribuir responsabilidades, e estimular organizações.	Diretora /Agente Jovem	No início do semestre / Bimestralmente.	Na escola.	40 horas anuais.	Sem custos adicionais.	Registrar através de relatórios elaborados pela diretora e Agentes Jovens.	Após o seminário e no final de cada Bimestre.

propósito de tornar o recreio mais interativo e estimulante para os jovens.								
Desenvolver junto aos alunos do 1º ano do Ensino Médio o seu projeto de vida.	Despertar no aluno as diversas possibilidades que a escolarização pode lhe trazer para auxiliar na sua trajetória de vida e ascensão social.	Professor do NTPPS.	A partir de fevereiro o 2016.	Escola	5 h/a.	Material de expediente da escola.	Monitorar através da entrega dos projetos dos alunos.	Início do ano.
Socializar com os estudantes os resultados externos da escola, o SPAECE (quantos atingiram a meta para ganhar computadores), ENEM (quantos conseguiram a nota que permite o acesso à universidade) como força para o incentivo ao seu progresso.	Para que os alunos tenham ciência das proficiências que são exigidas nessas avaliações e percebam os pontos em que tiveram êxitos e quais precisam melhorar.	Coordenador Pedagógico.	Bimestralmente.	Sala de aula.	20 horas.	Sem custos adicionais.	Registrar através de ata a divulgação dos resultados e a execução dos estudos.	Bimestralmente.
Potencializar o Projeto da	Para que os alunos sejam	Núcleo gestor.	Agosto/ 2015	Na escola	Sem carga	Sem custos adicionais.	Mensalmente avaliar através	A partir de agosto/2015

infrequência existente na escola em busca de uma permanência que der suporte para minimizar com os fragmentos da infrequência.	acompanhados na sua trajetória escolar e sejam detectados os faltosos, logo no início do problema evitando maiores consequências na aprendizagem dos mesmos.				horária		das ações do projeto a sua execução e resultados.	
Realizar um chá cultural onde os pais são convidados para que de forma descontraída participem de oficinas de artes manuais, de informática (ou outras definidas a partir do interesse dos mesmos), como também de fóruns que debatam sobre temas que suscitem a importância da escolarização na vida dos seus filhos. Além disso, convidar a família para os festejos que acontecem na	Para que haja uma aproximação entre a escola e família facilitando o diálogo sobre as regras e normas que suscitam o bom andamento da presença do aluno na escola.	Diretora	Bimestralmente/ 2015/2016.	Na escola	40 horas/aula .	Custos embutidos nos recursos disponíveis da escola.	Registrar a satisfação da permanência desses pais nesses eventos através de fotografias que serão expostas no pátio da escola, como também, em ata todas as palestras.	Bimestralmente/ 2015/2016.

escola, como dia das mães/pais, São João, conclusão das etapas escolares dos seus filhos etc.								
Trabalhar projetos que desenvolvam o senso de solidariedade e justiça nos alunos como o projeto Paz na Escola para que através do mesmo possa criar um espírito de pertencimento à escola, de paz e de boa convivência, como também, o projeto consciência negra que luta contra os preconceitos e as discriminações, étnicas e sociais.	Melhorar o clima escolar, no que se referem à urbanidade, prevenções contra a violência, e incentivo à formação de grupos de amizade e minimizem com os diversos preconceitos existentes no convívio escolar.	Diretora.	Durante o ano 2015/2016.	Na escola	Sem carga horária.	Sem custos adicionais.	Registrar em atas o resultado dos projetos.	Durante o ano 2015/2016.
Planejar estratégias para o monitoramento dos alunos faltosos conjuntamente com o Grêmio Estudantil e o Conselho Escolar.	Para que haja um compartilhamento dos dilemas estudantis com os colegiados, elevando o envolvimento desses órgãos na	Presidentes dos colegiados.	Durante o ano 2015/2016.	Na escola	Sem carga horária.	Material de expediente da escola.	Através de registros das ações executadas em atas no livro do conselho.	Bimestralmente.

	minimização da infrequência.							
Buscar parceria com o Conselho Tutelar, através de reivindicação de um projeto em que demonstre sua participação efetiva na escola.	Para que o conselho tutelar se una com os atores escolares na busca de amenizar com a infrequência discente.	Diretora	A partir de agosto/2015	Na escola	Sem carga horária	Sem custos adicionais.	Elaborar conjuntamente o projeto e monitorar mensalmente suas ações.	A partir de agosto/2015

Fonte: Elaboração própria.

O seminário é o primeiro passo para o desenvolvimento do PAE, não só pelo fato de divulgar as suas ações, mas por impulsionar a colaboração todos e envolvê-los na construção de melhores resultados educacionais na EEFM Dona Clotilde S. Coelho.

O evento visa suscitar o protagonismo juvenil através da participação dos alunos na função de Agentes Jovens, em ações como a criação dos fóruns e revitalização da rádio escolar, com o intuito de serem ouvidos e incentivados a argumentar, pesquisar, inventar, criar socializar sobre as diversas problemáticas da escola, e encontrar juntos a solução para os seus anseios. Os Agentes Jovens fazem parte do Projeto Jovem de Futuro e são caracterizados dentro do projeto como possuidores de perfil de liderança, são comunicativos e atuam como multiplicadores do projeto, protagonizando suas ações. Cabe a eles mobilizar a comunidade escolar em gincanas, torneios, mutirões e outras atividades voltadas para o aumento da frequência, melhoria da qualidade do ensino e do clima coletivo. Como líderes, também representam os alunos, organizando atividades esportivas e culturais e sendo responsáveis pelo grêmio estudantil, blogs, rádio ou jornal da escola.

O incentivo na construção do projeto de vida dos alunos do primeiro ano, surge por se acreditar que ao se autoavaliarem os alunos podem dar novos significados à sua permanência na escola, então, o citado projeto será construído sob a coordenação do professor de Núcleo de Trabalho Pesquisa e Práticas Sociais. (NTPPS). Essa disciplina teve a sua recente implementação na EEFM Dona Clotilde S. Coelho, em 2015, ela surgiu em decorrência da reorganização curricular do Ensino Médio. O NTPPS trata-se de um componente curricular integrador e indutor de novas práticas que têm como finalidade o desenvolvimento de competências socioemocionais por meio da pesquisa, da interdisciplinaridade, do protagonismo estudantil, contribuindo fortemente para um ambiente escolar mais integrado, motivador e favorável à produção de conhecimentos.(ver o apêndice 2).

A divulgação da avaliação externa quando bem ministrada traz benefícios para a permanência do aluno, de maneira geral, a escola é conhecida pelos seus resultados, qual seu Ideb, quantos alunos atingiram a nota de proficiência do SPAECE estipulada para ganhar computadores (Projeto aprender para valer - do governo estadual), quantos passaram no vestibular pelo SISU, quantos foram aprovados nas faculdades particulares. Então é importante que os alunos conheçam sua avaliação e

saibam onde estão na escala de proficiência se no muito crítico, crítico, intermediário ou adequado.

O projeto da infrequência que está na página 50 desta dissertação, e que já é realizado pela escola, terá sua continuidade no que se refere ao diagnóstico das causas da infrequência discente, notificação à família (ligação, visita, reunião), ação do conselho escolar, notificação ao conselho tutelar.

Serão acrescentadas ao projeto ações para valorização dos alunos presentes na escola, essas ações consistirão em envolver todas as salas de aula, que terão como responsável os Agentes Jovens (Ensino Médio) e os líderes de sala (Ensino Fundamental) com o apoio dos professores. A ação consiste em um tipo de desafio e competição entre salas, ao quais os alunos serão motivados a se responsabilizarem por seus colegas de classe cuidando para que nenhum falte às aulas, para que eles não percam pontos. Os pontos serão mensurados através do percentual de presentes por sala mensalmente. A cada mês serão avaliadas as metas alcançadas, portanto as salas que atingirem as suas metas terão direito a:- Passeios-prêmio para as turmas com maior índice de assiduidade, Campeonatos de futebol, Divulgação no jornal da escola; qual(is) a(s) sala(s) destaque(s) e o aluno destaque de cada sala, com fotos da turma destacadas não só no jornal, mas também no mural da escola. Como avaliação dessas ações deverá ser feita efetivo acompanhamento e cobrança dos resultados por isso que deverá ocorrer uma reunião mensal com professores e grupo gestor, para avaliar e comparar os resultados de cada sala, como também trocar informações e experiências, para que haja uma associação objetiva entre medidas tomadas e resultados esperados.

A ideia surge com cautela para que não venha a obscurecer as demais ações, mesmo porque não se tem a intenção de tornar a questão da frequência num fim em si, mas com o objetivo de levar de forma lúdica e interativa a discussão da infrequência escolar, esperando também que estando presente o aluno tenha mais oportunidade de ser contemplado pelas outras ações e assim ser estimulado a permanecer e participar do ato educativo oferecido pela escola.

A permanência da família na escola através das oficinas tende a repercutir em uma maior interação com os atores escolares, visto que, esta visa estabelecer uma relação entre o interesse dos familiares com os sujeitos presentes na escola. Os fóruns têm por finalidade minimizar as linguagens antagônicas entre escola e família, acreditando-se que ao informar sobre as leis, direitos, respeitos os pais

ficarão mais abertos a compartilhar da educabilidade dos seus filhos e das decisões da escola. Além disso, a participação dos pais nos eventos festivos faz com que haja uma maior familiarização entre os educadores e os responsáveis. Portanto, informar e envolver os pais devem ser vistas como palavra de ordem e uma competência dos atores escolares, para que, se consiga construir o sentimento de pertencimento à escola também dos pais. Enfim, fazer com que essa ação de interação da família possa ser também um momento de tomada de decisões.

Os projetos interdisciplinares têm por objetivo envolver os alunos na discussão de ações que minimizem o racismo, preconceitos sociais que veiculam estereótipos aos alunos e os afugentam da escola. Um exemplo disso é O projeto de paz que traz aos educandos a tranquilidade de frequentar a escola, visto que a violência inibe a presença dos alunos, e realizar esse projeto é incutir a cultura da paz, do diálogo e da alteridade. Esses projetos devem ser organizados em torno de uma atividade pedagógica e sua proposição deve ter por base tornar a escola mais tolerável diante das diversidades existentes na mesma.

Por fim, a visão compartilhada está presente na gestão democrática e por isso é importante ser revigorada nas proposições em que estimulam a participação de todos nas decisões da escola, instigando o protagonismo juvenil dos gremistas e o Conselho Escolar, como também a parceria com do Conselho Tutelar com o desejo de que todos possam trabalhar em prol da educabilidade dos alunos desta escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este PAE deve ser entendido como sendo um instrumento de constante e progressiva reflexão sobre as intenções e as práticas da educação e da gestão escolar tendo como foco a presença discente e, conseqüentemente, um melhor desenvolvimento do processo educativo. Deve-se compreender também que, para o seu sucesso, todos precisam sentir-se responsáveis pelo o que acontece na escola e devem ter claro que a tarefa de projetar a escola é dos seus agentes, e não de indivíduos alheios à realidade da escola. Por isso, é importante que as ações sejam elaboradas por atores que vivenciam o dia a dia da escola.

Nessa perspectiva, entende-se que muitos são os fatores que levam a infrequência dos discentes, não existindo um único e isolado dos demais, da mesma forma são as proposições apresentadas, uma não pode estar desligada da outra, pois uma está relacionada ao sucesso da outra. Além disso, sabe-se que as mudanças educacionais não se fazem somente por normas ou planos. Elas são processuais e se constituem no tempo, pela dinâmica da articulação entre a vontade de mudar e a condição objetiva que as mudanças ocorram. Caso desconsiderarmos essa dinâmica de articulação entre esses dois pontos, pode-se cair no descrédito que nada acontece no agora, por se esperar por um futuro que nunca virá. Porém, vale destacar que é na escola, que se encontram as chaves que impulsionam qualquer medida a ser tomada, e elas estão nas mãos do professor, do gestor, da família e do aluno. É através dessa visão compartilhada que se pretende semear, na escola, a cultura da presença discente diária e este PAE tem esta incumbência.

Dessa forma, este plano tem em sua proposta a vigência de dois anos quando será avaliado de uma forma geral e sendo o resultado positivo, será proposta a sua continuidade, como também, pretende-se divulgar em todas as escolas da 19ª Crede, como uma forma de propagar a proposta, e também como forma das escolas se autoavaliarem no aspecto da responsabilidade com a presença dos discentes que estão sob sua égide. Entretanto, compreende-se que todas essas abordagens estão longe de circundar todo o problema, é necessário que haja mais estudos sobre as causas e conseqüências das faltas dos alunos para que a educação siga realmente com sua finalidade e tenhamos uma educação mais justa e igual.

Por fim, este PAE se configura em um instrumento impulsionador para que se instiguem mais estudos educacionais acerca da questão da permanência escolar, sem

pseudo concepções geradas através de achismos acerca da real presença dos alunos na sala de aula. Então acredita-se que, a ideia propagada através de uma rede positiva que foca na frequência discente, tende a repercutir na escolarização dos alunos, o inverso também é verdade, visto que, ao valorizar a escola, a presença diária do aluno, seria uma ocorrência natural no contexto educacional desses alunos. Enfim, um país grande e cheio de controvérsias pode se perder na contramão da infrequência escolar por se acreditar em números que dizem que todos estão na escola, embora não seja absolutamente verdade, já que há os que fingem ir á escola e os que fingem que acreditam nessa suposta verdade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **Escolhas Familiares, Estratificação Educacional e Desempenho Escolar: Quais as Relações?** DADOS –Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, n.º 2, 2010, pp. 447 a 468.

AZEVEDO, F. et al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores, 1959.** Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Massangana, Coleção Educadores. 2010.

BIBLIOTECA VIRTUAL DE DIREITOS HUMANOS. Universidade de São Paulo. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** Jomtien, 1990. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-aEduca%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos.html>>. Acesso em: 07. out. 2014.

BISSOLI, A. C. S.; RODRIGUES, R. M.I. **Evasão escolar:** o caso do Colégio Estadual Antônio Francisco Lisboa. Disponível em: <www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/.../evasao_escolar.pdf>. Acesso em: 07 maio 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF. 1988a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 28 set. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº.9394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 27. set.2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.** Geografia da Educação Brasileira, Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/>>. Acesso em: 10 out. 2014.

BRASIL. **Lei 11.274 de 6 de fevereiro 2006.** Dispõe sobre: a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 6 fev. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm> Acesso em: 12 nov.2014.

BRASIL. **Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009.** Diário oficial da União. Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Ensino Médio Inovador. Disponível em:<http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/port_971_09102009.pdf> Acesso em: 11 out. 2014.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 11 nov. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 06 out 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo De Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Perguntas Frequentes.** 2009. Disponível em: <<http://www.educacao.ma.gov.br/Documentos/Perguntas%20frequentes%20-%20FUNDEB%20-%20FNDE.PDF>> Acesso em: 26 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer nº 8 de 2010 do Conselho Nacional de Educação.** 10 de maio de 2010. Disponível em: <portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=>. Acesso em: 02 nov.2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação.** 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2010/12/veja-integra-do-plano-nacional-deeducacao.html>>. Acesso em 26 set. 2014.

BRASIL. **Projeto de Lei: Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.** 2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto que limita Número de alunos em sala de aula é tema de debate amanhã.** Brasília. 2013. Disponível em:

<jusbrasil.com.br/noticias/112144694/projeto-que-limita-numero-de-alunos-em-sala-de-aula-e-tema-de-debate-amanha>. Acesso em: 27 set. 2014.

BRASIL. **Portal Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/>> Acesso em: 05 out. 2014.

BRASIL. Diário Oficial da União. Seção 1. **Portaria nº. 885, de 10 de Outubro de 2014**. Autoriza a divulgação do Censo Escolar de 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=13/10/2014&jornal=1&pagina=14&totalArquivos=760>>. Acesso em: 07 nov 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP. **IDEB**. 2014. Disponível em: <ideb.inep.gov.br/resultado>. Acesso em: 11 out 2014.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação, FNDE. - **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação**. Perguntas Frequentes. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/ActionDatalegis.php?cod_menu=868&cod_modulo=11&acao=abrirTreeview> Acesso em: 26 nov. 2014.

BROOKE, N (Org.). **Marcos históricos na reforma da educação**. 1.ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Fino Traço, 2012.

BURGOS, M. B. **A escola e o mundo do aluno**: estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

BURGOS, M.B.; ALMEIDA, A. C. C. de; DUTTON, R.; ROSSI, L. e SILVA, C. **O Cotidiano de Quatro Diretoras de Escolas Públicas**: uma abordagem etnográfica. Relatório Final. Juiz de Fora: Mimeo, 2010.

CARVALHO, M. C.S. Progestão: como construir e desenvolver os princípios de convivência democrática na escola? - Módulo V. **Curso de Especialização para Coordenadores Escolas**. Conselho Nacional de Secretários de Educação. Brasília: CONSED, 2001.

CARREIRA, D; PINTO, J.M.R. **Custo Aluno. Qualidade Inicial: Rumo à educação**

pública de qualidade no Brasil. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/qualidade_aluno.pdf >

Acesso em: 10 out.2014.

CASTRO, J. M.; REGATTIERI, M. (orgs.). **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares.** Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

Verdes Mares, G1. Ceará. 2013. Ceará tem 1,79 milhão de estudantes matriculados na rede pública. Programa de TV. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2013/09/cearatem-179-milhao-de-estudantes-matriculados-na-rede-publica.html>>. Acesso em: 25 set. 2014.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **Lei nº 12.452, de 06 de junho de 1995.** Diário oficial da União. Dispõe sobre o processo de municipalização do ensino público do Ceará e dá outras providências. Disponível em:

<www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis95/12452.htm>. Acesso em: 08 out. 2014.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará **Legislação Estadual. Lei n.º 13.851, 21 de dezembro de 2006.** Ministério Público do Estado do Ceará. 21 dez. 2006. Disponível em: <www.mp.ce.gov.br/orgaos/caopij/legislacao_est.asp>. Acesso em: 07 out. 2014.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **Lei nº 14.026, 17 de dezembro de 2007.** Ministério Público do Estado do Ceará. 17 nov.2007. Disponível em: <www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2007/14026.htm>. Acesso em: 07. out. 2014.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **Lei n.º 14.190, de 30 de julho de 2008.** Ministério Público do Estado do Ceará. 30 jul. 2008. Disponível em: <www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2008/14190.htm>. Acesso em: 27 set. 2014.

CEARÁ. Diário Oficial do estado série 3 ano i nº196 Fortaleza, 20 de outubro de 2009, p.3 **Lei nº14.483, 08 de Outubro de 2009.**Institui a premiação para alunos do Ensino Médio com melhor desempenho acadêmico nas escolas da Rede Pública de Ensino do Estado e dá outras providências. Disponível em:

<<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20091020/do20091020p01.pdf>> Acesso em: 15

nov. 2014.

CEARÁ. Secretaria de Educação do Estado do Ceará. **Programa mais Educação**. 2010. Disponível em: <<http://www.seduc.ce.gov.br>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

CEARÁ. **Projeto Professor Diretor de Turma**. Secretaria de Educação. Governo do Estado do Ceará. 2011. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/arquivos/apresentacao-fortaleza>>. Acesso em: 07 out. 2014.

CEARÁ. **Portaria de matrícula do Estado do Ceará nº1.089**, 2013. Série 3; n.232. Fortaleza, 10. Dez.2013. Diário Oficial do Estado do Ceará. 10 dez, 2013.

CEARÁ. Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da educação. **CREDE19**. 2014. Disponível em: <<http://www.crede19.seduc.ce.gov.br>>. Acesso em: 30. Set. 2014.

CEARÁ. **Doze cidades do Ceará atingem 100% da meta escolar**. O povo online. Fortaleza/ Ceará. 21 Jul. 2014. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/07/21/noticiafortaleza,3285473/trezecidas-do-ceara-atingem-100-da-meta-escolar.shtml>>. Acesso em: 06. Nov. 2014.

FRANCO, C. et al. Qualidade do ensino fundamental: políticas, suas possibilidades, seus limites. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 989-1014, out. 2007. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 27 set. 2014.

GENTIL, M. **Universalização da Educação Básica e a Emenda Constitucional nº59**. Disponível em:<<http://www.infonet.com.br/mauriciomonteiro/ler.asp?id=92217&titulo=mauriciomonteiro>>. Acesso em: 27 set. 2014.

GIESTEIRA, M. Magistério em baixa. **Revista Pátio Ensino Médio**. Porto Alegre-RS. ano 6, nº21., p.30-48, jun./ago. 2014

GIL, J. **Existe uma lei que determina o número máximo de alunos por turma? A escola é punida se ultrapassar o limite?** 2010. Disponível em:

<<http://gestaoescolar.abril.com.br/politicas-publicas/existe-lei-determina-numeromaximo-alunos-turma-escola-punida-se-ultrapassar-limite-611007.shtml>>.

Acesso em:

27 set.2014.

GREMAUD, A.P. **Investimentos em educação: comparação internacional**. 2012.

Disponível em:

<<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/194/documentoreferencia.pdf>>. Acesso em: 04. nov.2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. Disponível em: < <http://www.ceap.br/material/MAT09032009164123.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2014

JUAZEIRO DO NORTE. **Sistema Municipal de Ensino**. Ceará, 2005. Disponível em:

<<http://www2.juazeiro.ce.gov.br/>>. Acesso em: 27 set.2014.

LAHIRE, B. Enfoque – Três observações sobre famílias populares e a escola. **Revista Pátio Ensino Médio**. Ano 5. nº17, p.37-54, jun./agos. 2013

MINTZBERG, H. **Managing: desvendando o dia a dia da gestão**. (tradução: Francisco Araújo da Costa). Porto Alegre: Bookman, 2010.

MIRANDA, H.C. **O professor como referencial da capacidade de aprendizagem**. **Revista Pátio Ensino Médio**. ano 6, nº 23, p.26 -58, dez. 2014/fev.2015.

MONT'ALVÃO, A. Estratificação Educacional no Brasil do Século XXI. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 54, nº2, p. 389 a 430, 2011.

MERITT E FUNDAÇÃO LEMANN. 2015. **Os resultados do ENEM**.

Disponível em: < <http://www.qedu.org.br/especiais/enem-no-qedu>>. Acesso em: 19 mar. 2014

MERITT E FUNDAÇÃO LEMANN. 2015. Dona Clotilde Saraiva Coelho: Índice de Desenvolvimento da Educação **Ideb**. Ceará, 2013Disponível em:

< <http://www.qedu.org.br/>>. Acesso em: 11 out. 2014.

PARO, V.H. **Educação para a democracia**: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino. Universidade de São Paulo: Brasil, 2000.

PEREGRINO, M. **Trajetórias desiguais**: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres. Garamond, 2010.

POLON, T. L.P. **Identificação dos perfis de liderança e características relacionadas à gestão pedagógica eficaz nas escolas participantes do Projeto Geres**: Estudo Longitudinal - Geração Escolar 2005 - Polo Rio de Janeiro. Tese - Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação da Pontifícia, Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Teologia, 2009. 323 p.

SENGER, P.M. **A quinta disciplina**: arte e prática da organização que aprende. Tradução: Gabriel Zide Neto, OP traduções. 25 ed. Rio de Janeiro: Bestseller, 2009.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores/L.S, Vygotsky; Organizador Michael Cole... (et al); tradução José Cipoli Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche- 6 ed. – São Paulo: Martins Fontes 2000.

APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA

Os professores serão entrevistados com o objetivo de trazer para a discussão a opinião deles acerca da ideia da permanência discente como forma premente de melhoria nos resultados na aprendizagem dos mesmos. Seguindo então o cabeçalho e as questões:

Nome	Idade	Tempo trabalha instituição	que nessa	Área de atuação	Formação
------	-------	----------------------------------	--------------	-----------------------	----------

- 1- Como você, no cotidiano de seu exercício profissional na escola, enxerga a questão da infrequência escolar?
- 2- Que ações você consegue perceber dentro da escola que possua o objetivo de minimizar com a infrequência discente?
- 3- Que atividades diárias você acredita ser importante para cativar a permanência do aluno na escola?
- 4- Quais as estratégias utilizadas por você e demais atores em relação aos alunos, e famílias para buscar reverter esse processo?
- 5- Você acredita que a infrequência dos estudantes limita a aprendizagem, chegando a repercutir no desempenho dos mesmos na sua disciplina?
- 6- Em que grau de importância você consegue perceber que o viés da infrequência tem limitado a aprendizagem dos seus alunos

Para os alunos o objetivo será de conhecer o que pensam esses jovens sobre a permanência na escola como elemento interveniente para sua educação escolar, e quais as suas perspectivas diante da escola e sua vida futura. Cabeçalho de entrevista dos alunos:

Nome	Idade	Série	Escolaridade dos pais?	Trabalha?	Já repetiu de série?	Possui dependência em alguma disciplina?
------	-------	-------	---------------------------	-----------	-------------------------	---

- 1- O que mais gosta de fazer quando não está na escola?
- 2- Há alguma coisa que te atrai na escola?
- 3- Pretende prosseguir nos estudos após a educação básica?
- 4- Como é um dia típico da sua vida?
- 5- Qual a disciplina que você tem mais afinidade e qual que tem mais dificuldade?
- 6- Que motivos mais frequentes o levam a faltar às aulas?

- 7- Em relação aos conteúdos de sala de aula, você se sente prejudicado quando falta às aulas?
- 8- Você se preocupa em repor os conteúdos? Se sim, como faz isso?
- 9- O que seus pais acham da sua ausência na escola?
- 10- Você trabalha? O trabalho lhe atrapalha no seu cotidiano escolar?

ALUNOS SEM FALTAS (mesmo cabeçalho)

- 1- Quais motivos que o faz estar presente todos os dias na escola?
- 2- O que mais gosta de fazer quando não está na escola?
- 3- Há alguma coisa que te atrai na escola?
- 4- Como é um dia típico da sua vida?
- 5- Pretende prosseguir nos estudos após a educação básica?
- 6- Em relação aos conteúdos de sala de aula, você se sente prejudicado quando falta às aulas?
- 7- O que seus pais acham da sua ausência na escola?
- 8- Você trabalha? O trabalho lhe atrapalha no seu cotidiano escolar?

Como também serão ouvidos os pais (responsáveis) cujo objetivo, será o de compreender a importância desse personagem na permanência com sucesso do aluno na escola. Cabeçalho dos pais:

Nome	Idade	Profissão	Escolaridade	Qual a composição familiar? Pai e mãe? Outros filhos?

- 1- Poderia nos relatar como o (a) senhor (a) vivencia e acompanhar a rotina escolar do seu filho?
- 2- Que motivos o levaram a matricular seu filho nessa escola?
- 3- Que expectativas esperam que a escola contemple para seu filho?
- 4- Como é sua relação com a escola do seu filho?
- 5- O (a) senhor (a) considera importante a presença do aluno na escola?
- 6- O (a) senhor (a) tem feito alguma coisa para evitar que seu filho falte à escola? O que tem feito?
- 7- O (a) senhor (a) tem costume de conversar com seu filho sobre a escola? O que conversam?
- 8- O (a) estudante reside/mora nas proximidades da escola?

9- Como ele (a) se desloca para a escola? Que tipo de transporte utiliza para vir à escola?

10- O (a) estudante colabora na renda familiar? Em que medida? Como isto interfere na frequência ou no rendimento escolar do (a) estudante?

11- O (a) estudante apresenta doenças crônicas? Em que medida elas são impeditivas em relação à frequência e rendimento do (a) estudante?

12- O (a) estudante já comentou sobre alguma briga ou ameaça dentro ou nos arredores da escola?

ROTEIRO DA ENTREVISTA AS DIRETORAS:

Nome	Escola que trabalha	Matriculas de alunos em 2015
------	---------------------	------------------------------

1- A infrequência discente é detectada como um problema na escola é que você é gestora?

2- Para você o aluno estar presente na escola resulta em melhorias na aprendizagem?

3- Quais as causas mais comuns para as faltas discentes?

4- Que projetos ou ações sua escola tem realizado para minimizar com a infrequência?

APENDICE B – ROTEIRO DAS ATIVIDADES BIMESTRAIS NA CONDUÇÃO DO PROJETO DE VIDA DOS ALUNOS

NÚCLEO DE TRABALHO, PESQUISA E PRÁTICAS SOCIAIS – 1º ANO.

TEMA GERAL: ESCOLA E FAMÍLIA

1º BIMESTRE

TEMA

ACOLHIDA

IDENTIDADE PESSOAL

PESQUISA

FAMÍLIA

CONTEÚDOS / OFICINAS

SA-1. Apresentação da equipe e apresentação do núcleo: metodologia das aulas.

SA-2. Iniciação ao núcleo e compromisso com a pesquisa.

ID-1. Crescimento pessoal – Origem do nome.

ID-2. Autoestima, autoconceito e autoconfiança.

ID-3. Resiliência.

ID-4. FILME IDENTIDADE – Mãos Talentosas.

ID-5. Autoimagem / Auto percepção.

ID-6. A importância do ato de ler o mundo para compreender-se e significar-se.

ID-7. Ler e escrever para se conhecer.

ID-8. Descobrindo minha história.

ID-9. Autobiografia - Escrevendo minha história.

P-1. FILME PESQUISA – O ENIGMA DA PIRÂMIDE

P-2. Ciência e cotidiano.

P-3. Diferença entre o Senso Comum e a Ciência.

P-4. Aparência e essência.

F-1. Descobrindo a família.

F-2. A família contemporânea e os novos arranjos familiares.

CARGA HORÁRIA DO 1º BIMESTRE – 40h

2º BIMESTRE

TEMA

PESQUISA

SAÚDE

PESQUISA

PROJETO DE VIDA

CONTEÚDOS / OFICINAS

P-5. O que é pesquisar?

P-6. Exercício de pesquisa 1 - Eu e minha família.

P-7. Exercícios de pesquisa 2- Arranjos Familiares. (NOTA 2ºBI)

S-1. Escolhas Saudáveis / As Diversas Saúdes

S-2. Sexualidade e Afetividade I – Namoro ou amizade

S-3. Sexualidade e Afetividade II - conhecendo o corpo

S-4. Homem e Mulher- Relações de Gênero

S-5. Métodos contraceptivos / Fatores de risco e proteção

S-6. Conversando sobre drogas

S-7. A escola saudável

S-8. Saúde do Planeta

S-9. Pensar global e agir local

P-8 Pesquisa Saúdes na escola: Escolha dos temas / Levantamento de interesses /

Constituição das equipes

P-9. Problemática (equipes)

P-10. Projeto de pesquisa 1 Elaboração dos Projetos de Pesquisa: Objeto / Justificativa / Objetivo.

P-11. Projeto de Pesquisa 2–Elaboração dos projetos de Pesquisa: Justificativa / Metodologia

PV-1 Quem sou eu

PV-2 Quem sou eu 2

PV-3 Bandeira Pessoal

CARGA HORÁRIA DO 2º BIMESTRE – 40

DISTRIBUIÇÃO DAS OFICINAS

NÚCLEO DE TRABALHO, PESQUISA E PRÁTICAS SOCIAIS – 1º ANO.

TEMA GERAL: ESCOLA E FAMÍLIA

3º BIMESTRE

TEMA

INTEGRAÇÃO

PESQUISA

COMUNICAÇÃO

PESQUISA

COMUNICAÇÃO

ÉTICA E CIDADANIA

CONTEÚDOS / OFICINAS

IN-1. Relação com os pares - Acompanhamento à elaboração dos projetos de pesquisa-

IN-2. Trabalho em equipe - Fortalecimento de vínculos - Acompanhamento à elaboração

Dos projetos de pesquisa

IN-3. Negociação de conflitos / Bullying- Acompanhamento à elaboração dos projetos de pesquisa

P-12. Projeto de Pesquisa 3 – Justificativa / Metodologia / Cronograma

P-13. Projeto de Pesquisa 4 – Levantamento bibliográfico

P-14. Projeto de Pesquisa 5 – Conclusão dos projetos / Planejamento da apresentação (PowerPoint)

P-15. Apresentação dos projetos

C-1. O que é comunicação?

C-2. Saber ouvir, saber falar.

C-3. Comunicação interpessoal

P-16. Orientação para a execução das pesquisas – Cronograma

P-17. Acompanhamento à execução das Pesquisas – Como fazer um questionário

C-4. Comunicação e mídia – Acompanhamento à execução da pesquisa

C-5. Comunicação na mídia - Redes sociais/ Acompanhamento à execução da pesquisa

EC-1. O que é Ética

EC-2. O que é valor / Atitudes e valores éticos presentes na sociedade

EC-3. O que é valor / Atitudes e valores éticos presentes na minha vida /

Acompanhamento à execução da pesquisa

CARGA HORÁRIA DO 3º BIMESTRE 40h

-4º BIMESTRE

TEMAS

PESQUISA

ÉTICA E CIDADANIA

PROJETO DE VIDA

AVALIAÇÃO FINAL

RITO FINAL

OFICINAS

COMPLEMENTARES

CONTEÚDOS / OFICINAS

P-18. Acompanhamento à execução das Pesquisas – Exercício de Tabulação

P-19. Acompanhamento à execução das pesquisas – Como fazer um relatório de Pesquisa

P-20. Acompanhamento à execução das pesquisas – Regras para redação dos relatórios de pesquisa

P-21. Acompanhamento à execução das Pesquisas – Como fazer uma apresentação oral

P-22. Apresentação prévia dos resultados da pesquisa (preparação para a o evento de apresentação das pesquisas - Feira)

P-23. Evento de Apresentação das Pesquisas (Feira)

P-24. Plano de Ação

P-25. Preparação para a Realização das Ações

P-26. Realização das Ações

EC-4. Ética no cotidiano: que valores são inegociáveis?

EC-5. Posicionamentos éticos: o que é o Preconceito

EC-6. Respeito à diversidade

PV-4. A árvore dos sonhos

PV-5. Futuro que desejo para mim

PV-6. Metas para o próximo ano

AF. Avaliação da vivência com o Núcleo

RF. Rito final

Aulas de Suporte a execução e apresentação das Pesquisas

CARGA HORÁRIA DO 4º BIMESTRE – 40h